

SÉRIE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4  
Coleção

Meio  
Ambiente

# PENSANDO E PRATICANDO

a Educação Ambiental na  
Gestão do Meio Ambiente

Org. José Silva Quintas



Pensando  
e Praticando a  
Educação Ambiental  
na Gestão do  
Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente  
*Marina Silva*

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
e dos Recursos Naturais Renováveis  
*Marcus Luiz Barroso Barros*

Diretoria de Gestão Estratégica  
*Eason Ferreira do Nascimento*

Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental  
*Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior*

Coordenação-Geral de Educação Ambiental  
*José Silva Quintas*

### **Edição**

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Diretoria de Gestão Estratégica

Edições Ibama

SCEN - Trecho 2 - Bloco B

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (061) 3316-1190 e 3316-1192

FAX: (061) 3316-1189



Brasília  
2006

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Pensando  
e Praticando a  
Educação Ambiental  
na Gestão do  
Meio Ambiente

Organizado por

*José Silva Quintas*

3ª Edição



Brasília

2 0 0 6

Coordenação *Cleide Passos*

Edição *Vitória Rodrigues*

Revisão *Maria José Teixeira*

Capa *Paulo Luna*

Diagramação *Paulo Luna*

Normalização Bibliográfica *Helionidia C. de Oliveira*

Catálogo na fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

P418 Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente / José Silva Quintas (organizador). - 3ed. - Brasília: Ibama, 2006. 204 p. ; - (Coleção meio ambiente. Série educação ambiental)

Inclui bibliografia e anexo.  
ISBN 85-7300-235-2

1. Educação ambiental. 2. Gestão ambiental. I. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. II. Título. III. Série.

CDU (2 ed.) 37:504

---

## APRESENTAÇÃO

O artigo 225 da Constituição Federal ao mesmo tempo em que estabelece “o meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito e como “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, também impõe ao “poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Para garantir a efetividade deste princípio, a Constituição determina sete incumbências ao poder público e somente a ele. Nestas incumbências, que vão desde a preservação e restauração de processos ecológicos até a proteção da fauna e da flora, destaca-se a educação ambiental como instrumento estratégico para a concretização do controle social sobre o processo de acesso e uso do patrimônio ambiental brasileiro.

É a partir desta perspectiva que o Ibama vem contruindo uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória e, assim, contribui para que os ditames da Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela Lei nº 9795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4281/02, se efetivem.

Ao lançarmos mais uma publicação da Série Educação Ambiental, da Coleção Meio Ambiente deste Instituto, esperamos estar fortalecendo cada vez mais este propósito.



## Sumário

- 13 Por uma educação ambiental emancipatória:  
considerações sobre a formação do educador para atuar no  
processo de gestão ambiental  
*José Silva Quintas*
- 23 Um pouco de filosofia no meio ambiente  
*Carlos Walter P. Gonçalves*
- 39 Desafios e dilemas políticos das lutas e movimentos  
ambientais  
*Isabel C. M. Carvalho*
- 49 Natureza e sociedade: elementos para uma ética da  
sustentabilidade  
*Carlos Walter P. Gonçalves*
- 77 A crise ambiental e suas implicações na produção  
de conhecimento  
*Elísio M. de Oliveira*
- 93 Crise ambiental e educação  
*Marcos Sorrentino*

- 107 De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil  
*Marcos Sorrentino*
- 119 Do desenvolvimento para além do desenvolvimento sustentável  
*Simão Marrul Filho*
- 131 Gestão ambiental na esfera do estado e do mercado: quem regula o quê e por quê  
*Patrício Melo Gomes*
- 143 A crise ambiental em tempos de globalização: implicações para a gestão  
*Isabel C. M. Carvalho*
- 155 Cultivos transgênicos e cidadania  
*Beatriz M. A. de Heredia*  
*Renata Menasche*
- 161 A crise ambiental e suas implicações na educação  
*Philippe Pomier Layrargues*
- 199 Meio ambiente e cidadania  
*José Silva Quintas*

## INTRODUÇÃO

Esta publicação resultou da organização dos textos utilizados nos módulos I e II dos cursos de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, promovidos pelo então Programa de Educação Ambiental e Divulgação Técnico-Científica do Ibama — PEA, que constituem a base de um processo de formação continuada de educadores para trabalhar no espaço complexo da Gestão Ambiental. Os cursos atenderam, prioritariamente, àqueles que atuam em órgãos de meio ambiente (Ibama, Órgãos Estaduais e Municipais), executores de políticas públicas que usam intensamente recursos ambientais (Incrá, órgãos federais e estaduais de reforma agrária e de irrigação, Emater, prefeituras etc.) e em organizações da sociedade civil que vêm fazendo parceria com o Ibama.

Os objetivos de aprendizagem do curso são:

1) Relacionar a crise ambiental planetária com a necessidade, ou não, tanto de construir uma ética centrada na vida quanto de repensar os processos de produção do conhecimento, de desenvolvimento socioeconômico e de gestão ambiental.

2) A partir de um conflito ambiental descrito e de um problema ambiental observado:

- identificar os principais atores sociais envolvidos, suas formas de organização, seus interesses, assim como os conflitos potenciais e explícitos;

- analisar o instrumental de mediação à disposição do Estado e dos diferentes segmentos sociais sob o ponto de vista ético, de sua eficácia e de sua efetividade;
  - analisar os instrumentos legais facilitadores da ação organizada de grupos ou segmentos sociais afetados.
- 3) Distinguir práticas educativas dialógicas e emancipadoras de práticas impositivas e domesticadoras.
  - 4) Aplicar procedimentos metodológicos de caráter dialógico e recursos audiovisuais que facilitem:
    - a) uma compreensão totalizadora da realidade, relevando as especificidades em diferentes contextos culturais;
    - b) a ação coletiva e multidisciplinar para explicitação de problemas, formulação de propostas e tomada de decisões;
    - c) aquisição e produção de informações, conhecimentos e habilidades, bem como desenvolvimento de atitudes necessárias à participação individual e coletiva na gestão do uso de recursos ambientais e na formulação e aplicação de decisões que afetam a qualidade dos meios físico-natural, social e construído.
  - 5) Elaborar o trabalho final, após o momento presencial do curso, sobre uma ação educativa a ser desenvolvida no contexto de uma situação-problema relevante, sob o aspecto socioambiental, no Estado, segundo um roteiro fornecido.

Com duração de noventa e seis horas presenciais<sup>1</sup>, em duas semanas de imersão total, num intenso clima de cooperação e solidariedade, os participantes, a partir de um processo de construção coletiva do conhecimento, analisam a crise ambiental numa perspectiva histórica, refletem sobre as especificidades da relação do Estado com a sociedade brasileira, na esfera da Gestão Ambiental, visitam ou revisitam textos referenciais sobre a Educação Popular e sobre a Questão Ambiental, discutem instrumentos e metodologia compatíveis com a prática de uma Educação Ambiental emancipatória e, sobretudo, avaliam sua

---

<sup>1</sup> A partir do X Curso houve acréscimo de 8 horas.

prática como educadores e cidadãos. O último módulo do curso prevê a elaboração de um projeto no campo da Educação no Processo de Gestão Ambiental, preferencialmente, em conjunto com colegas do curso que atuam na mesma Unidade da Federação. Para isto é exigido da instituição onde o aluno trabalha, no ato da inscrição no curso, o compromisso de conceder 40 horas para a elaboração do seu trabalho final. Em virtude de o curso ser parte fundamental de um projeto de formação continuada de educadores, o Ibama se propõe a contribuir para o fortalecimento da comunidade de aprendizagem que é instituída, durante sua realização, pelos seus alunos e professores. Neste sentido, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental está organizando a rede de participantes do curso (alunos e professores) para facilitar a discussão, o acesso à bibliografia especializada e a troca de experiências e informações entre seus membros.

A realização de um trabalho desta natureza, no quadro de carências e indefinições que se observa na Administração Pública Federal, somente tem sido possível devido ao empenho e à dedicação dos servidores do Ibama e dos professores de outras instituições que, convidados para contribuir nos cursos, embarcaram “de cabeça” nesta viagem.

Não poderia deixar de registrar um agradecimento especial aos professores e autores dos textos desta coletânea e aos colegas do Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste — Cepene, do Ibama, e ao seu chefe, Antonio Clerton, que, com carinho, dedicação e competência proporcionaram as imprescindíveis condições materiais e afetivas para que a tão sonhada comunidade de aprendizagem se produzisse ao longo dos cursos, ali realizados.

Aos alunos, com quem convivi diuturnamente, do primeiro ao último dia, meu reconhecimento pela dedicação, esforço, paciência, confiança, disposição de participar e contribuir para que o curso seja cada vez mais aprimorado. Como sempre tenho dito em sala de aula, a pessoa que mais aprende nos cursos sou eu, o seu professor-coordenador.

*José Silva Quintas*  
Organizador



# Por uma educação ambiental emancipatória

Considerações  
sobre a  
formação do  
educador para  
atuar no  
processo de  
gestão  
ambiental\*

José Silva Quintas

*Educador e Coordenador-Geral de  
Educação Ambiental do Ibama.*

---

\* Texto apresentado no Seminário sobre Educação Ambiental - Desenvolvimento de Cursos e Projetos, promovido pela Faculdade de Saúde Pública/USP, em 08 e 09/11/99, e no 3º Fórum de Educação Ambiental promovido pela Secretaria de Meio Ambiente de Goiânia, em 17 e 18/11/99.



## Introdução

Como qualquer processo que se fundamenta na dinâmica social e na construção coletiva, a implantação da Educação Ambiental no Ibama teve e continua tendo avanços e recuos.

A existência de concepções diferenciadas da gestão ambiental na sociedade e no próprio Ibama, a indefinição quanto ao seu futuro, as condições políticas e administrativas adversas para se atuar a partir do Estado Brasileiro e a carência de recursos compõem o quadro onde vem se delineando uma vertente da Educação Ambiental que, inspirando-se nas Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi, está sendo desenvolvida no espaço de gestão ambiental de competência do Instituto, conforme preconizam as suas diretrizes para a execução do Programa Nacional de Educação Ambiental.<sup>1</sup>

As lições extraídas das experiências desenvolvidas pelos Núcleos de Educação Ambiental do Ibama têm fornecido elementos fundamentais para a construção de uma proposta de capacitação, que habilite o educador a atuar em processos sociais complexos, decorrentes de intervenções que modificam a qualidade do meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Ibama. **Diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental.**

Brasília, edição revisada, 1997. (Série Meio Ambiente em Debate, 9).

## O transformar-se para transformar ou transformar-se transformando: caminhos que levam a uma prática pedagógica emancipatória?

Freqüentemente, educadores de órgãos ambientais e das chamadas organizações não-governamentais, são procurados por grupos sociais, órgãos públicos, empresas, movimentos sociais, escolas, entidades comunitárias e até pessoas, para formularem, orientarem ou desenvolverem programas de Educação Ambiental a partir de várias temáticas.

São trabalhos relacionados com lixo, recursos hídricos, licenciamento ambiental, desmatamento, queimadas, assentamentos de reforma agrária, agrotóxicos, irrigação, manejo florestal comunitário, captura e tráfico de animais silvestres, espécies ameaçadas de extinção, ordenamento da pesca, maricultura, aquíicultura, ecoturismo, unidades de conservação, construção de agendas 21 locais e tantos outros temas que, em muitos casos estão, também, associados com questões étnicas, religiosas, políticas, geracionais, de gênero, de exclusão social etc. Além da variedade de temas é comum também se encontrar uma grande variedade de abordagens.

O modo como um determinado tema é abordado em um projeto de Educação Ambiental, define tanto a concepção pedagógica quanto o entendimento sobre a questão ambiental assumidos na proposta.

A questão do lixo, por exemplo, pode ser trabalhada em programas de Educação Ambiental, desde a perspectiva do **Lixo que não é lixo**, em que o eixo central de abordagem está na contestação do consumismo e do desperdício, com ênfase na ação individual por meio dos três R (reduzir, reutilizar e reciclar), até aquela que toma esta problemática como consequência de um determinado tipo de relação sociedade – natureza, histórica e socialmente construída, analisa desde as causas da sua existência até a destinação final do resíduo e, ainda, busca a construção coletiva de modos de compreendê-la e superá-la.

Para quem se identifica com a primeira perspectiva, está implícita a idéia de que a prevenção e a solução dos problemas ambientais dependeriam, basicamente, de “cada um fazer sua parte”. Assim, se cada pessoa passasse a consumir apenas o necessário (aquelas que podem), a reaproveitar ao máximo os produtos utilizados e a transformar os rejeitos

em coisas úteis, em princípio, estariam economizando recursos naturais e energia e, desta forma, minimizando a ocorrência de impactos ambientais negativos. Neste quadro, à Educação Ambiental caberia, principalmente, promover a mudança de comportamento do sujeito em sua relação cotidiana e individualizada com o meio ambiente e com os recursos naturais, objetivando a formação de hábitos ambientalmente responsáveis no meio social. Esta abordagem evidencia uma leitura acrítica e ingênua sobre a problemática ambiental e aponta para uma prática pedagógica prescritiva e reprodutiva. Assim, a transformação da sociedade seria o resultado da transformação individual dos seus integrantes.

Na outra perspectiva, assume-se que o fato de “cada um fazer sua parte”, por si só, não garante, necessariamente, a prevenção e a solução dos problemas ambientais. Numa sociedade massificada e complexa, assumir no dia-a-dia condutas coerentes com as práticas de proteção ambiental pode estar além das possibilidades da grande maioria das pessoas. Muitas vezes o indivíduo é obrigado, por circunstâncias que estão fora do seu controle, a consumir produtos que usam embalagens descartáveis em lugar das retornáveis; a alimentar-se com frutas e verduras cultivadas com agrotóxicos; a utilizar o transporte individual em vez do coletivo, apesar dos engarrafamentos; a cumprir escala de rodízio de veículos; a trabalhar em indústrias poluentes; a aceitar a existência de lixões no seu bairro; a desenvolver atividades com alto custo energético; a morar ao lado de indústrias poluentes; a adquirir bens com obsolescência programada, ou seja, a conviver ou a praticar atos que repudia pessoalmente, cujas razões, na maioria dos casos, ignora. De acordo com esta visão, as decisões envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais são as que condicionam a existência ou inexistência de agressões ao meio ambiente.

Nesta concepção, o esforço da Educação Ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. Segundo esta percepção, a leitura da problemática ambiental se realiza sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Aqui acredita-se que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa, também, estará se transformando.

## Educação no Processo de Gestão Ambiental: alguns pressupostos para uma prática pedagógica emancipatória

A construção de uma proposta de Educação Ambiental emancipatória e comprometida com o exercício da cidadania exige a explicitação de pressupostos que devem fundamentar sua prática, entre os quais consideram-se:

- 1) *O meio ambiente ecologicamente equilibrado é:*
  - *direito de todos;*
  - *bem de uso comum;*
  - *essencial à sadia qualidade de vida;*<sup>2</sup>
- 2) *Preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado para presentes e futuras gerações é dever:*
  - *do poder público;*
  - *da coletividade.*<sup>3</sup>
- 3) *Preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado antes de ser um dever é um compromisso ético com as presentes e futuras gerações.*
- 4) *No caso do Brasil, o compromisso ético de preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações implica:*
  - *construir um estilo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente seguro num contexto de dependência econômica e exclusão social;*
  - *praticar uma Gestão Ambiental democrática, fundada no princípio de que todas as espécies têm direito a viver no planeta, enfrentando os desafios de um contexto de privilégios para poucos e obrigações para muitos.*
- 5) *A gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como*

---

<sup>2</sup> BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, 1988.

<sup>3</sup> Idem.

*os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes.*<sup>4</sup>

6) *“A gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao assumir determinada postura diante de um problema ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos, e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído.*

7) *Ao praticar a gestão ambiental, o Estado distribui custos e benefícios de modo assimétrico na sociedade.*

8) *A sociedade não é o lugar da harmonia, mas, sobretudo, de conflitos e dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (da política, da economia, das relações sociais, dos valores etc.).*

9) *Apesar de sermos todos seres humanos, quando se trata de transformar, decidir ou influenciar sobre a transformação do meio ambiente, “há na sociedade uns que podem mais do que outros.”*

10) *O modo de perceber determinado problema ambiental, ou mesmo a aceitação de sua existência, não é meramente uma questão cognitiva, mas é mediado por interesses econômicos, políticos, posição ideológica e ocorre em determinado contexto social, político, espacial e temporal”.*<sup>5</sup>

11) *A Educação no Processo de Gestão Ambiental deve proporcionar condições para produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva:*

- *na gestão do uso dos recursos ambientais; e na concepção e aplicação das decisões que afetam a qualidade dos meios físico, natural e sociocultural.*

12) *Os sujeitos da ação educativa devem ser, prioritariamente, segmentos sociais que são afetados e onerados, de forma direta, pelo ato de gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervirem no processo decisório.*

---

<sup>4</sup> CONSÓRCIO PRICE-WATERHOUSE-GEOTÉCNICA. **Fortalecimento institucional do Ibama: cenários de gestão ambiental brasileira.** Relatório Final. Brasília, 1992. Mimeo. p 8.

<sup>5</sup> QUINTAS J.S.; GUALDA. M.J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental.** Brasília: Ibama, 1995. (Série Meio Ambiente em Debate,1.)

## A formação do educador no contexto de uma Educação Ambiental emancipatória

Distintas concepções pedagógicas sugerem processos de capacitação, também, diferenciados. Para pôr em prática uma proposta pedagógica emancipatória no espaço de gestão do meio ambiente, assume-se que o educador, além do seu compromisso com a causa ambiental e com uma educação transformadora e dialógica, deve ser detentor de conhecimentos e habilidades, no campo ambiental e educacional, que lhe permitam:

- *construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico com os sujeitos envolvidos no processo educativo, no sentido de superar a visão fragmentada sobre esta;*
- *atuar como catalizador (sem neutralidade) de processos educativos que respeitem a pluralidade e diversidade cultural, fortaleçam a ação coletiva e organizada, articulem aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionem a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade;*
- *agir em conjunto com a sociedade civil organizada e sobretudo com os movimentos sociais, numa visão da educação ambiental como processo instituinte de novas relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza”.*<sup>6</sup>
- *dialogar com as áreas disciplinares e com os diferentes atores sociais envolvidos com a gestão ambiental.*

---

<sup>6</sup> QUINTAS J.S.; GUALDA. M.J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental.** Brasília: Ibama, 1995. (Série Meio Ambiente em Debate,1.)

## Conclusão

Uma proposta de Educação Ambiental dialógica e transformadora pressupõe escolhas. Ao negar a neutralidade da gestão ambiental e ao afirmar o caráter intrinsecamente conflituoso da sua prática, esta concepção só deixa uma alternativa ao educador: a de comprometer-se com aqueles segmentos da sociedade brasileira que, na disputa pelo controle dos bens ambientais do País, são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus. O compromisso e a competência do educador são requisitos indispensáveis para passar do discurso para a ação.



# Um pouco de filosofia no meio ambiente

Carlos Walter P. Gonçalves

*Professor Doutor, Departamento de Geografia, Universidade Federal  
Fluminense*

*“Nós vos pedimos com insistência:  
não digam nunca isso é natural,  
diante dos acontecimentos de cada dia.  
Numa época em que corre o sangue;  
em que se ordena a desordem;  
em que o arbitrário tem força de Lei;  
em que a humanidade se desumaniza...  
Não digam nunca,  
isso é natural! Para que nada passe por ser imutável!”*

*(Bertold Brecht)*



A rotina da vida cotidiana nos imprime uma dinâmica que, inconscientemente, nos leva a assimilar como familiar e natural uma série de práticas. São tantas as coisas que fazemos de modo mecânico e sem reflexão no nosso dia-a-dia, que passamos a considerá-las como fenômenos inerentes ao próprio processo da vida, ou seja, como “naturais”. Convivemos com tal tranqüilidade com os artefatos que fazem parte da chamada tecnosfera, que sequer conseguimos imaginar um mundo em que essas coisas não estejam presentes. Dessa forma, acabamos aceitando-as como naturais ao ambiente. Todavia, todo esse complexo de aparelhos tecnológicos com que nos defrontamos é datado historicamente. Foi a partir da Revolução Industrial no século XVIII que o capitalismo inaugurou uma nova relação da sociedade com o *seu-outro*, a natureza. Foi necessário que uma série de condições políticas, sociais e culturais, tecidas nos embates cotidianos da História, se impusesse para que este mundo fosse instituído e sentido por nós como “natural”.

Durante os dois últimos séculos, sobretudo, temos vivido sob a crença de que a Ciência e a Técnica constituem as formas de saber nas quais os povos devem se apoiar para assegurar seus objetivos de “progresso” e “bem-estar” geral. Já no século XVI, R. Descartes, em seu “Discurso sobre o Método” questionava “essa filosofia especulativa que se ensina nas escolas...”. A Filosofia, naquele momento, mostrava-se reduzida a um discurso dogmático, impregnado por doutrinas religiosas.

Descartes contribuiu, entre outros, para inaugurar o que mais tarde chamaríamos de Modernidade. Elaborar um método que nos permitisse penetrar nos mistérios da natureza seria, nas palavras de Descartes, dispor de “uma filosofia prática, pela qual, por conhecer a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam (...) poderemos empregá-los em todos aqueles usos a que são apropriados, tornando-nos assim como que mestres e possuidores da natureza”. Pouco a pouco, observamos um deslocamento da autoridade da filosofia e da religião para o estabelecimento dos critérios de verdade em favor da ciência e da técnica. Vivemos ainda hoje essa falsa polarização entre filosofia e ciência que está na raiz da incapacidade de penetrar satisfatoriamente nos mistérios da vida.

Após dois séculos de acúmulo de todo um patrimônio de conhecimentos técnico-científicos, continuamos convivendo com uma situação de miséria em que se encontram enormes parcelas da humanidade e com um processo de devastação da natureza, sem precedentes na história. Neste momento de crise, velhas questões filosóficas se atualizam: o que somos, de onde viemos e para onde vamos? São questões que exigem reflexão que permita um agir politicamente lúcido. Se a partir sobretudo do século XVIII os *factos* passaram a importar mais que os *valores*, é importante que contextualizemos esse debate, pois o empirismo apontava para uma Filosofia que partisse do mundo e não de dogmas, fossem eles quais fossem. Ironicamente, isso não impediu que a valorização dos fatos se tornasse um verdadeiro dogma. O empirismo e, mais tarde, o positivismo ressaltaram os fatos, isto é, deram *valor* aos fatos e exatamente por isso são, antes de qualquer coisa, uma concepção filosófica. Portanto, já é momento de superarmos velhas e falsas dicotomias como esta que opõe fatos (ciência) a valores (filosofia).

É preciso atentar seriamente para a necessidade de superação da referida dicotomia para não continuarmos a atribuir à ciência e à técnica a razão dos males que nos afligem, como equivocadamente o fazem vários ambientalistas. Ora, não existe ciência sem cientistas, nem técnica sem técnicos de carne e osso, inseridos em relações sociais historicamente instituídas. Sendo assim, a ciência e a técnica são produtos de relações sociais tecidas no terreno movediço da história. Elas não se impuseram simplesmente porque eram superiores ou racionais com relação a outras

formas de saber. Elas não significam o ápice de um processo civilizatório que, como se fosse um desdobramento natural, passou do pensamento animista ao religioso, deste ao filosófico e daí ao técnico-científico, como querem fazer crer certas concepções evolucionistas da filosofia da história. Os meandros da história são muito mais complexos do que quer fazer crer essa vã filosofia... Os gulags e os auschwitz são suficientes para nos indicar que a história não avança necessariamente de maneira positiva. Muitas das críticas e alertas que hoje fazemos acerca dos perigos nucleares, do efeito estufa, do buraco na camada de ôzônio, da devastação das florestas tropicais; da profunda miséria a que estão submetidas grandes parcelas da humanidade requerem a contribuição da ciência, embora não exclusivamente. Enfim, a ciência e a técnica são patrimônio da humanidade e o debate que se impõe é o de como a sociedade pode submetê-las ao seu controle democrático. Todo cientista, como sujeito, estabelece uma relação com a Physis, como objeto de estudo. A questão que temos de desembaraçar é: como um saber construído numa relação sujeito-objeto pode migrar para o campo social, político, onde as relações são mediatizadas simbolicamente, permeadas pela intersubjetividade, pelos desejos e paixões? Eis o desafio, se é que queremos superar o tecnocratismo, tão em voga, que transpõe, sem mediações, o saber tido como racional e científico para o plano do político. Por exemplo, é a política econômica que produz fatos que vão ser estudados pela ciência econômica. No entanto, os diferentes economistas sempre lançam mão do argumento de cientificidade para justificar as diferentes “soluções” que apresentam para os problemas da economia. O modelo é conhecido: ou controlamos a inflação e temos desemprego ou garantimos o emprego e temos inflação que, sabemos, é um fluxo de riqueza dos trabalhadores em direção aos detentores do capital. Em suma, para quem cria a riqueza, qualquer dessas soluções não é solução. O mesmo pode ser dito com relação aos problemas ambientais, em que cresce a tendência a se vislumbrar na técnica a milagrosa possibilidade de superação dos graves problemas a que nos encontramos submetidos. Ora, a técnica é uma das formas de concretização de relações sociais, assim sendo, não podemos falar de técnica destituída de historicidade. É preciso, por exemplo, perceber que a agricultura é a expressão material de uma cultura na sua

relação com o áger - com a terra. É preciso, portanto, detectar a cultura que está sendo expressa nessa palavra tão frequentemente tomada numa acepção puramente mecânica, “técnica”, ou seja, de meios e modos de cultivo da terra.

Quando nos defrontamos com a problemática ambiental, verificamos o quanto a nossa herança filosófica e científica é limitada, apesar da crença em contrário. A matriz filosófica cartesiana que separou modernamente homem e natureza constitui um dos pilares do conhecimento científico institucionalizado no ocidente. Hoje sabemos que a problemática ambiental não é exclusivamente natural ou exclusivamente social ou cultural. O profundo fosso estabelecido entre as chamadas ciências humanas e as da natureza mostra todo o seu limite. A reflexão acerca da questão ambiental requer a contribuição de ambas; mais do que isso, é de uma nova concepção de homem/natureza que carece.

Nenhuma das ciências, mesmo com todo o conhecimento que acumulou, tem competência para dar conta da questão ambiental. Como conciliar/articular a enorme especialização a que cada cientista se entregou, ignorando as demais áreas de conhecimento/realidade, com um novo paradigma não reducionista? E mais: como fazer isso quando sabemos que o atual modelo de divisão do trabalho imposto pelas necessidades, não da sociedade em seu conjunto, mas de setores interessados em produzir antes de mais nada mercadorias? Como continuar a falar de Ecologia, separada da economia, ignorando que, neste caso, até etimologicamente patenteia-se a sua íntima relação, pois ambas têm o mesmo radical — Eco, do grego Oikos, que significa casa, morada, habitat?

Numa sociedade produtora de mercadorias, não é fortuito que a economia seja instituída como a ciência humana por excelência, pois as relações humanas, socialmente instituídas, colocaram a compra e venda de mercadorias como a principal mediação social. Aí, valor de troca se sobrepõe a valor de uso. Por outro lado, como pensar o homem como parte da natureza sem reduzi-lo a uma dimensão meramente biológica, como, infelizmente, a ecologia humana vem fazendo? O homem *por natureza* produz cultura, cria, faz História. E todo povo cria, inventa, um modo de sentir, pensar e agir, apropriando-se da natureza de forma material e simbólica — “Uma rosa é uma rosa até virar poesia”, como

nos ensina Gabriel Cohn. O conceito de natureza não é natural. Mesmo no ocidente, cujas matrizes filosóficas remontam ao mundo grego, o conceito de natureza veio sendo reelaborado ao longo de sua história. Para os filósofos pré-socráticos não havia essa dicotomia corpo-espírito; sujeito-objeto; homem-natureza, que caracteriza o mundo moderno. Para eles a *Physis* não se reduzia à nossa Física, pois concernia a tudo, até mesmo aos deuses ( com minúscula) que dela também faziam parte.

É a partir do Renascimento, com seu antropocentrismo, que o homem se torna Todo-Poderoso e passa a se lançar no projeto de dominação da natureza. Para dominar, manipular, submeter, chega-se mesmo a falar em torturar, como o fez Francis Bacon. Expulso o sagrado da natureza, esta passa a ser vista como objeto, como recurso. O homem descola-se da natureza e, de fora, passa a dominá-la. Os ensaios para essa filosofia racional-pragmática já começam a ser feitos na Idade Média, quando se iniciam as práticas de dissecação de cadáveres. Afinal, o corpo morto, que não tem alma-espírito, pode ser manipulado, cortado, dissecado. Há uma profunda dívida da racionalidade científica moderna para com essa tradição que separa corpo e espírito. Um homem desnaturalizado e uma natureza desumanizada, eis o ponto de partida do pensamento/sentimento/ação do mundo moderno.

Existe uma armadilha neste paradigma que elude a sua dimensão política: é que ao falar de dominação da natureza, tendo, de antemão, dela excluído o homem, deixamos de observar que o projeto de dominação da natureza implica o trabalho, como elemento necessário desse empreendimento. E o processo de trabalho implica um conjunto de energias físicas e intelectuais. Aqui se imiscui sorrateiramente uma outra dicotomia do pensamento ocidental que, pelo menos desde Platão, valoriza a idéia em face do mundo material; valoriza o intelecto em face do corpo e, numa linguagem moderna, o trabalho intelectual em face do braçal. Quem “por natureza” é destinado a trabalhar com a mente e quem o será para trabalhar com o corpo? Essa é uma questão que não se resolve no campo específico da filosofia, mas da história; nos embates sociopolíticos. Os eleitos desse processo de dominação da natureza não são todos os homens, embora todos pertençam à mesma espécie: *homo sapiens*. A produção de riquezas, cada vez mais mediatizada pela elaboração

racional científica, tem reduzido parcelas significativas da humanidade a um trabalho de rotina, sem imaginação até mesmo ao sem-trabalho. Deste modo, nem todos os homens têm igual poder de decidir sobre os destinos da natureza. A relação do homem com a natureza torna-se cada vez mais instrumentalizada, sendo que tanto a terra ( que aqui implica a água, a flora, a fauna e o ar) como os próprios instrumentos de produção estão atravessados pelo instituto jurídico da propriedade privada. Destituída desse privilégio, grande parcela da humanidade fica privada de exercer efetivamente o poder de decisão sobre os destinos do ar, da água, da fauna, da flora, dos minerais... A propriedade privada, priva.

A destruição dos valores comunitários (mesmo em sociedades estamentais ou de classe, como a feudal, a comunidade de alguma forma existia) e a exaltação do indivíduo, como expressão do universal humano, conformam o caráter exemplar do chamado homem moderno, apto para a concorrência. A medida do sucesso desse homem moderno no seu projeto de dominação da natureza passa a ser a quantidade de tempo em que ele consegue submeter e dominar a natureza: a produtividade. O relógio, não por acaso, buscará registrar segmentos contínuos, permanentes, constantes, de igual duração de tempo, constituindo a primeira verdadeira máquina moderna. E sua batida será sempre a mesma, faça chuva ou faça sol, seja calor ou frio. O tempo do relógio é abstrato, indiferente às pulsações da *Physis*. É assim também a máquina a vapor com seu ritmo uniforme, com sua batida indiferente e, por isso, universal. James Watt estava certo quando falava da universalidade de sua invenção.

Todo o complexo tecnológico que povoa o nosso cotidiano está impregnado dessa racionalidade historicamente instituída. A ciência e a técnica estão bem no centro do imaginário do homem moderno. Nele estão o vídeo-cassete e a bomba atômica; o automóvel e as armas químicas; a televisão, a mídia, a aldeia global e a devastação dos povos “primitivos” e de seus territórios, seja na Amazônia, no Cerrado, no Senegal ou no Alasca...

É de uma nova concepção científica que a humanidade carece. De uma ciência que restabeleça um diálogo com a filosofia; de uma ciência com consciência. De uma ciência que sabe que saber é poder, o que estabelece ou reinstaura a necessidade de pensar a complexa relação ciência-ética-política.

A ecologia é, nesse sentido, uma ponte, um elo decisivo, pois se revela um conhecimento que vindo do mundo da ciência se quer filosofia, percebendo a íntima relação física com a vida, tão bem sintetizada no conceito de ecossistema que implica a complexa relação entre o *biótopo* e a *biocenose*.

A ecologia coloca em debate os limites acerca da relação dos homens com a natureza e, deste modo, remete para o campo da política que passa a ser visto como verdadeiramente é: a arte de definir os limites. E, após dois séculos de vigoroso desenvolvimento científico e tecnológico, onde miséria e devastação convivem com o “american way of life”, põe em questão o projeto de dominação do homem sobre a natureza com a indagação de quem domina o dominador. Não há solução científica para os problemas com que nos defrontamos, até por que não foi a ciência que instituiu o mundo em que vivemos.

Não é fortuito que seja em torno da natureza que se dê o grande debate dos dias que correm. A palavra crise já não é assimilada exclusivamente na sua dimensão econômica, embora seja compreensível que, numa sociedade em que tudo se mercantiliza, o econômico apareça como o centro da crise. Um novo paradigma, enfim, está em gestação e nele, por exemplo, a economia constitui um capítulo importante, sem dúvida, da ecologia.

Como momento de crise, vivemos um momento de criação; um momento que requer imaginação, reflexão. A filosofia emergiu como forma de saber na Grécia clássica em um momento de crise da Democracia. O momento em que vivemos vê cair muros que os gregos designavam como *pólis*, o muro que delimitava a cidade, do campo.

Os desafios com que nos defrontamos requerem a superação de dicotomias tais quais aquelas que opunham, de uma parte, a liberdade — que estaria do lado de cá do muro, o mundo capitalista — e, de outra, a igualdade — que estaria do lado de lá de Berlim Oriental, até por que essa dicotomia não estava somente na Geografia que o muro de Berlim demarcava: ninguém é livre se não dispõe de condições iguais para viver; não há igualdade onde todos não sejam igualmente livres para decidir sobre os destinos da *pólis*, da sociedade. Talvez, a queda do Muro de Berlim nos permita revelar as falácias

que os ideólogos dominantes das duas faces os impingiram. Assistimos à corrida dos alemães orientais aos *shopping centers* da Alemanha Ocidental, enquanto no ocidente muitos não têm dinheiro para entrar na fila. De um lado, os que têm dinheiro e não têm o que comprar e, de outro, o mundo onde se tem o que comprar, mas não se tem o dinheiro para fazê-lo.

A crença de que a civilização industrial resolveria os problemas da humanidade desembocou numa vazia corrida a esse templo da moderna sociedade industrial que é o *Shopping Center*. Durante muito tempo os ecologistas criticaram o consumismo, essa face aparente de algo mais profundo, o produtivismo, ou seja, a preocupação com o *mais* e não com o *melhor*, ou, caso se prefira, o mais passa a ser o melhor. O princípio cristão do “crescei e multiplicai” sofre uma apropriação moderna e industrial, tanto na sua vertente burguesa quanto na seguida pelos burocratas do chamado socialismo real. O primado do ser é substituído pela hegemonia do ter. O *stress* permanente, o vazio existencial, o individualismo que nega a individualidade autêntica que se afirma no seio de uma sociedade livre, são alguns dos sintomas dessa profunda crise em que vivemos.

É sabido que durante a emergência do sindicato Solidariedade, na Polônia, em 1980 e 1981, caiu em 40% o consumo de vodka no país. Isso tem uma profunda implicação política: é que os poloneses começavam a forçar as barreiras para poder discutir as suas utopias, as suas fantasias. E isso sem deixar totalmente de consumir vodka, o que nos ensina também que o homem tem necessariamente uma dimensão mágica, de fantasia, um lado *demens* que não se submete àquilo que sobressai na expressão *homo sapiens*, isto é, o seu lado racional. Afinal, não conheço, historicamente, sociedade que não faça uso, legalmente ou não, de alguma substância que estimule a fantasia, seja o uísque, a vodka, o vinho, o haxixe, o ópio, a maconha, o hauáscar, a cerveja ou a cachaça. O que talvez devemos nos indagar é por que nas modernas sociedades do ocidente torna-se crescente o consumo de drogas. Não será por que elas abrem caminho para a dimensão da fantasia no reduzido espaço que o dia-a-dia reserva para o social-simbólico? Ou por que a instrumentaliza diante da mídia que

com seu marketing-publicidade estimula desejos e manipula a subjetividade? Será fortuito que a palavra embalagem deriva do verbo embalar, ou seja, o gesto-movimento de fazer as crianças dormir. E o pior é que quando cai o Muro de Berlim e com ele os fantasmas da Guerra Fria acalentados pelos tecnoburocratas a serviço de um determinado modo de vida, militariza-se o combate às drogas, sem que se pergunte antes por que as pessoas se drogam tanto. Efetivamente, não se pode nutrir a ilusão de que se possa construir um mundo onde as drogas estejam completamente ausentes porque isto significaria reduzir o *homo* a sua dimensão *sapiens* e não incorporar a reflexão a sua dimensão *demens* (conforme E. Morin). Nesse sentido, podemos compreender por que a arte é um gênero de primeira necessidade.

Os ecologistas, caso não possuíssem outras virtudes, já valeriam pelo fato de terem desmistificado a idéia de que o *american way of life* é passível de generalização por todo o mundo. Aquilo que alguns precursores afirmavam já há algum tempo começa a ser levado a sério: esse modo de vida só se sustenta se for da exclusividade de alguns e não extensivo a toda a humanidade, sob pena de exaurirmos os recursos naturais do planeta, pelo menos aqueles que têm servido à infra-estrutura dessa sociedade.

Não é mais possível continuarmos a conviver com o obsoletismo planejado das mercadorias, num verdadeiro culto ao desperdício. As lâmpadas fluorescentes, quando descobertas ou inventadas em 1937, apresentavam uma durabilidade de 10.000 horas ou o equivalente a 14 meses de ligação ininterrupta. A empresa que as descobriu fez com que seus técnicos “pesquisassem” um modo de diminuir tal “inconveniência”. Quatro anos após, as lâmpadas eram lançadas no mercado com duração de 1.000 horas, ou seja, 10% apenas do que a capacidade da técnica já disponível permitia. Aqui, pois, a preocupação com o valor de troca, com o lucro na sua expressão mais banal se mostra integralmente como antiecológica e anti-social. Deste modo, a natureza, que é condição de existência de todas as espécies vivas, é dilapidada em benefício de uma minoria e isto não é considerado um crime porque a legislação instituída também incorpora a mesquinha lógica do “crescei e multiplicai” que,

como vimos, rigorosamente beneficia apenas uma parte e não toda a sociedade. Assim, também, não nos devemos deixar cair na simplificação, tão comum a vários ambientalistas, de afirmar que os homens estão destruindo a natureza, até por que os homens não são igualmente livres para decidir sobre o seu uso e dos demais instrumentos e meios de produção. Continuar afirmando semelhante tese é diluir responsabilidades, nivelando-as, deixando intocadas as relações sociais que foram instituídas em nosso mundo contra outros possíveis históricos. A história que afirmou esses valores e suas práticas é a mesma história que sufocou outros valores e outras práticas. O mundo não foi, nem será sempre e naturalmente assim, tal como ele é...

É sabido que o advento do capitalismo pressupôs a expulsão dos camponeses de suas terras e a privatização das antigas terras comunais. Ainda hoje vemos o desenvolvimento desse processo no Brasil, não só com a expulsão de posseiros, de pequenos proprietários e colonos, mas também a destruição de manguezais, banhados, fontes e olhos d'água que são verdadeiros patrimônios públicos. Uma comunidade de pescadores, por exemplo, não sobrevive à destruição de manguezais e esta é uma das formas correntes de os expropriar. O despovoamento dos campos foi um dos traços essenciais da geografia social do capitalismo que tem no *Oikos* urbano a sua forma privilegiada de organização do espaço. O advento da moderna sociedade industrial, primeiro com a revolução burguesa e depois com a burocracia do socialismo real, concentrou as populações nas cidades. Essa expropriação de parcelas significativas da população não é só uma expropriação da terra como meio de produção. Estamos diante também da expropriação da base material de todo um saber acerca da fauna, da flora, da terra e da água que essas populações acumularam durante séculos. Transformados em assalariados urbanos, nada mais sabem acerca daquele mundo. Agora serão as universidades e centros de pesquisas que produzirão saber técnico e científico acerca da fauna, da flora, da terra, da água, do ar e do fogo, cristalizando, ao nível do conhecimento as desigualdades sociais. A passagem da manufatura à maquinofatura é reveladora da essência da tecnologia moderna. Manufatura significa literalmente fazer com a mão (*manu*), configurando, pois, um determinado modo de fazer, onde o

corpo do trabalhador está no centro — é a mão e o saber materializado no corpo do trabalhador que dão a dinâmica da elaboração das matérias-primas. Já a maquinofatura implica um complexo de conhecimentos que se coloca diante do trabalhador, vindo de outro lugar social, que já não detém em seu próprio corpo a concepção dos instrumentos de produção. Em suma, o corpo do trabalhador se torna um apêndice da máquina.

Nos quadros da manufatura existem limites tanto físicos como psíquicos muito imediatos para que se possa exigir do trabalhador uma produção ilimitada. Além disso, o trabalhador pode fazer “corpo mole”, como dizia Taylor, o pai da “gerência científica do trabalho”. Na manufatura o saber é parte do corpo do trabalhador e é ele quem imprime o ritmo do processo de trabalho. Qualquer exigência para além de um certo limite físico e/ou psíquico fica de imediato caracterizada na opressão do capataz e/ou do patrão. Já na maquinofatura o ritmo da linha de montagem é determinado por quem controla a chave de comando. Desta forma, o capital e a tecnocracia conseguem impor na produção o ritmo que lhes convém, “libertando-se” do trabalhador. O fascínio que o filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, exerce sobre nós deve-se à forma exemplar com que o artista denuncia a dominação que se instaura no coração da fábrica e que Fritz Laing, por sua vez, com seu filme “Metrópolis”, traz para o terreno da *pólis*, da cidade. Quando aludimos ao caso das lâmpadas fluorescentes, não o fazemos apenas com a finalidade de apontar o desperdício, mas principalmente, para identificar o caráter de quem o determina. São imensos os benefícios que podemos ter com a lâmpada-luz elétrica. Não é em nome de uma nostálgica volta ao campo que trazemos esse exemplo ao debate. Se somos tecnicamente capazes de produzir lâmpadas que durem o máximo de tempo, que elas sejam produzidas e estocadas. Os trabalhadores dessas fábricas não precisariam ser considerados, a partir de então, como socialmente inúteis, como desempregados. Poderiam partilhar com os demais trabalhadores outros setores do agir humano, diminuindo um pouco que fosse a jornada geral de trabalho para que todos pudessem ter mais tempo para a vida familiar e comunitária; para o desenvolvimento das artes e do conhecimento científico e filosófico. Numa socialidade assim instituída, a

individualidade poderia desabrochar mais plenamente. No entanto, no interior da sociedade em que vivemos, o desenvolvimento tecnológico não só produz mais mercadorias como, também, desemprego, além desse obsoletismo planejado da vida física dos produtos. Ele oferece como alternativa menos trabalho nas fábricas e mais emprego no marketing e na publicidade; ou nos bancos e no sistema de comercialização; ou nos demais mecanismos de controle social. E a moda, por sua vez, se encarrega de promover um outro obsoletismo, o simbólico. Vários bens de consumo, particularmente os de uso pessoal, embora não fisicamente obsoletos, passam a ser vistos como tal porque ficaram “fora de moda”. Com a crescente automação e robotização das fábricas e a conseqüente diminuição relativa do emprego de trabalhadores nessas atividades, acompanhadas pelo aumento da produtividade, cresce o número daqueles que vão se ocupar na tarefa de estimular novos gostos e “criar” novos desejos. Nada é tão ideológico quanto as aparentemente ingênuas propagandas da mídia. Vivemos uma verdadeira midiocrização da vida cotidiana. E haja energia e matérias-primas para manter todo esse complexo ideológico-tecnológico em movimento! Não é só o modo de produção, em sentido estrito, que está em discussão. É todo um modo de vida, um projeto civilizatório que o movimento ecológico coloca em xeque, através do debate científico-filosófico-político.

Trazer essas questões ao debate é condição para um pensar/agir lúcido sobre a natureza da tecnologia e de todo o complexo institucional e imaginário que a suporta. Falar, por exemplo, de acidente de trabalho, no contexto simbólico e político em que vivemos, é um abuso de linguagem. O termo acidente diz respeito a algo inesperado, imprevisível, que não faz parte da natureza de um determinado processo; é como se fosse um acaso. Não é disso que se trata quando nos vemos diante de uma tecnologia que, para dominar a natureza, começa exatamente por submeter a natureza do homem que trabalha sob os ditames do aumento da produtividade. Assim sendo, não há dominação da natureza que não seja, ao mesmo tempo, dominação do homem pelo homem. Eis uma tese que não pode deixar de ser aprofundada pelos que almejam uma outra relação com a natureza. Não é por simples ironia que todos os segmentos sociais

submetidos, oprimidos e explorados são freqüentemente assimilados à natureza. Das mulheres, diz-se que são frágeis; sobre os negros, acrescenta-se que são, pela natureza da raça, inferiores; os indígenas, por sua vez, são selvagens, quer dizer, da selva, da natureza; os operários são desqualificados porque somente são capazes de trabalhar com as mãos. Igual discriminação sofrem os velhos porque, naturalmente em função da idade, já não são capazes de trabalhar; ou as crianças porque, pela natureza da idade, são frágeis e ainda não são capazes de um agir responsável; ou também os homossexuais porque transgridem uma lei da natureza que, na tradição religiosa dominante no ocidente, condiciona a prática sexual à reprodução da espécie. Na linguagem do cotidiano, *locus* do agir- imediato-com-vistas-a-fins, se manifesta o projeto civilizatório onde a dominação da natureza é, também, inevitavelmente, dominação do homem pelo homem.

A busca permanente do salto do reino da natureza para o da cultura levou o ocidente a caracterizar outras sociedades como selvagens (quer dizer, da selva, da natureza) ou como bárbaras (que significa etimologicamente “canto desarticulado das aves”, conforme L. Strauss — quer dizer, pertinente ao domínio da natureza). A moderna sociedade industrial instituiu uma relação de distanciamento com a natureza. Nosso ambiente é cada vez mais tecnosfera; nossa relação com a natureza é cada vez mais instrumentalizada. Para isso, são destruídas outras relações socioculturais com o ar, a água, com a flora, a fauna, enfim, com o universo. Derrubam-se mitos e deuses e, com eles, uma série de referências exteriores a nós que, simbólica, imaginária e materialmente, constituíram as diferentes culturas. Nesse momento de crise desse paradigma de moderna sociedade industrial, observamos um esforço de resgate de outras culturas; a busca de valorização do modo de vida dos outros povos, desde a recuperação da filosofia dos orientais até o respeito pelo modo de sentir, pensar e agir dos ianomâmis. Não que neles estejam guardados os segredos que poderão trazer a solução para os nossos problemas, mas simplesmente porque a aceitação das suas diferenças nos permite o reconhecimento de que o nosso projeto civilizatório não é o único, nem tampouco o melhor. Trata-se apenas de um projeto civilizatório

que, se de um lado colocou a questão da universalidade do ser humano, demonstrou, também, que o social-histórico é instituído e, portanto, pode ser reinstituído, reinventado pela história concreta dos homens. Em suma, se todo esse complexo ideológico-tecnológico que construímos é patrimônio da humanidade, também o são outros sistemas de pensar, sentir e agir. A negação da diferença fez com que os europeus não só destruíssem as culturas existentes na África, Ásia e América, através do colonialismo e do imperialismo, mas também outros povos que outrora habitaram o próprio território europeu — onde estão os godos, visigodos e tantos outros mais? Acreditamos que o universal era *o mesmo, o igual*, por toda parte. Onde existia a diferença, impusemos a hierarquia, a dominação, a opressão. Onde aparecia o negro como diferença natural, instituímos o racismo branco; sobre a diferença homem-mulher, estabelecemos a discriminação machista. Onde estavam os maias, os bantos, os armênios, os bascos, etc., instituímos o etnocentrismo. O mesmo pode ser dito do sociocentrismo que separa e hierarquiza a divisão do trabalho entre os que planejam e controlam e os que operam com as mãos.

São essas questões acerca da natureza do homem, quer dizer, da historicidade; da possibilidade de nos fazermos diferentes do que somos, que inspiram a política com o paradigma ecológico. Este pode incorporar um profundo caráter democrático, uma vez que se opõe exatamente ao poder do um, ou seja, à ditadura. Pode também confirmar essa dicotomia fundante do pensamento ocidental, como querem muitos ambientalistas biocêntricos que só vêem uma natureza não-humana como se o homem não fosse natureza. Se iludem pensando que podem salvar a natureza contra outros homens. Os homens estão condenados à vida comunitária social. E isso, por natureza. É preciso inventar, com o pé no chão, um outro modo de viver entre os homens com a natureza. É, enfim, em torno desses a quem têm sido negados todos os bens e valores que o conjunto da humanidade produziu que estamos tentando forjar o corpo e o espírito de um novo homem. Sem medo de ser feliz!

# Desafios e dilemas políticos das lutas e movimentos ambientais

Isabel Cristina Moura Carvalho  
*Psicóloga e educadora*



Estamos às vésperas do século XXI e a natureza ocupa um lugar cada vez mais destacado no debate sobre os destinos da sociedade. Poderíamos dizer que vivemos hoje um momento onde as sensibilidades políticas, éticas e estéticas garantiram à natureza e às questões ambientais um lugar de indubitável notoriedade e evidência. A difusão e a legitimidade da "questão ambiental", tanto nas lutas sociais quanto nas ações governamentais, não deixam dúvidas sobre a constituição de um campo social ambiental.

Algumas análises consideram esse panorama um indicador da crescente ambientalização da sociedade. O início de uma nova era de harmonização dos projetos sociais e estilos de vida com os limites da capacidade de suporte e regeneração do meio ambiente. Por outro lado, considerando a assimetria das relações de força que estão definindo as transformações sociais e econômicas em curso, uma reorientação global das relações com a natureza parece mais próxima de uma utopia ecológica do que uma realidade em curso. Ainda estamos longe de consolidar uma nova aliança entre a sociedade e a natureza. Talvez estejamos no momento de, justamente, confrontar e discutir sobre que bases essa "reconversão" dos projetos de sociedade em direção a uma ordem sustentável poderia se dar. O horizonte histórico-cultural deste debate está, irremediavelmente, atravessado por uma multiplicidade de interesses e projetos sociais que vão interpretar diferentemente o "ambiental".

Essas múltiplas interpretações do ambiental estão presentes, por exemplo, no vasto leque de orientações que definem as clivagens no conjunto dos movimentos ecológicos (materialismo, pós-materialismo, ecologia profunda, realismo/pragmatismo, fundamentalismo, socioambientalismo etc.). Para além dos movimentos nomeadamente ecológicos, lutas sociais diversificadas têm assimilado ao seu ideário a dimensão ambiental, conferindo-lhe os sentidos e matizes particulares do seu campo de ação.

Nas esferas do Estado e do mercado, surgem uma diversidade de formas de intervenção ambiental como, por exemplo, novas modalidades de áreas e recursos preservados (reservas extrativistas, da biosfera etc.), a troca da dívida por natureza, as agendas sustentáveis, as condicionalidades ambientais, o ecoturismo, a certificação ambiental, a conversão tecnológica de processos produtivos etc.

É preciso reconhecer que, diante de tanta diversidade, a repetição ad nauseam de uma retórica da importância do meio ambiente é ainda pouco expressiva de um consenso efetivo, que viabilize uma reorientação consistente das relações da sociedade com a natureza.

Por isso, mais do que um fenômeno que tende à convergência e à estabilidade, prefiro tomar essa heterogeneidade de práticas e sentidos em torno do ambiental como um campo instável e multifacetado. A preocupação ambiental atravessa diversas práticas sociais contemporâneas e comporta um alto grau de heterogeneidade, podendo incluir movimentos sociais de filiações ideológicas diferenciadas, políticas públicas, partidos políticos, estilos de vida alternativos, opções e hábitos de consumo etc.

As lutas socioambientais, sejam aquelas travadas pelos movimentos ecológicos ou por movimentos populares que incorporaram a questão ambiental, podem ser compreendidas como parte desse conjunto heterogêneo de valores e ações constitutivos do campo ambiental. E, neste sentido, representam o agenciamento de uma sensibilidade para a valorização da natureza como bem vital, com as lutas pelo direito aos bens ambientais e a qualidade de vida.

## **Lutas socioambientais: natureza e cidadania**

A configuração de um conjunto de conflitos socioambientais, constituídos por lutas sociais em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais é, no contexto de fraca definição ideológica que caracteriza o campo ambiental, um fato importante porque concorre para dar conteúdo político ao ambiental.

Estes conflitos podem operar como forças publicizadoras do bem ambiental diante das investidas dos interesses privados sobre o patrimônio natural. A submissão dos bens ambientais aos interesses privados termina por afetar sua disponibilidade para outros segmentos da população, incorrendo no prejuízo ao uso comum do bem ambiental. Muitas das lutas em torno dos bens ambientais são expressão desta tensão entre interesses públicos e privados. E, na medida que o que está sendo reivindicado é o caráter público do meio ambiente, trata-se de uma luta por cidadania.

Nem todos os atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais se consideram ecologistas ou vêem suas lutas como estritamente ecológicas. Contudo, isso não tem impedido a construção, em diferentes níveis, de um ideário ambientalizado por esses atores.

Os ribeirinhos do São Francisco, no sertão da Bahia, por exemplo, não se apresentam como ecologistas, embora tenham incorporado parte deste ideário em sua luta pela defesa do rio. Um evento ilustrativo disto foi a expressiva mobilização dessas comunidades em torno da peregrinação de um grupo de franciscanos que desceu o rio em 1993, durante vários meses, parando em cada comunidade para denunciar a degradação social e ambiental. Vale a pena descrever um flagrante da chegada desta peregrinação ao Santuário de Bom Jesus da Lapa. Entre o grupo de pessoas que os esperava, uma enorme faixa se destacava, com os dizeres "Quem desmata, mata". Era sustentada por um grupo de mulheres, do Apostolado da Oração, vestidas de branco. Esta imagem pode ser considerada emblemática. O que torna essa cena possível. O que tornou plausível todo o evento em questão? Certamente, esse acontecimento testemunha uma das composições possíveis entre ideários diversos como o religioso-popular e o ecológico, onde ambos os universos se entrelaçam e, ao mesmo tempo, se recriam mutuamente.

Nesse sentido, não se pode minimizar a relevância dos valores emancipatórios que talvez sejam um dos elementos-chave na construção dessa ponte entre ecologia e lutas populares, tornado possível uma maior visibilidade e legitimação dessas lutas no conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, um enraizamento popular da luta ecológica como luta cidadã.

As lutas socioambientais lançam a questão ambiental na esfera pública das decisões comuns. A partir de sua inserção concreta na defesa e/ou disputa pelos bens ambientais, essas lutas instituem espaços efetivos de encontro, confronto, e negociação entre projetos políticos, universos culturais, e interesses sociais diferentes. Para além dos seus resultados imediatos, estas lutas podem contribuir de uma forma muito concreta para o avanço de um dos grandes desafios contemporâneos: a busca de possíveis novas tecituras entre a natureza e a política – bios e pólis.

### **Entre bios e pólis: qual o lugar do projeto democrático-emancipatório?**

A entrada da "natureza" na esfera da política pode ser vista como uma ampliação da esfera pública, na medida que os destinos da vida, do ponto de vista do bios, conquistam um espaço crescente como objeto de discussão política na sociedade. Contudo, há que se manter o olhar atento às tensões entre bios e pólis, lembrando que, se podemos falar de uma politização da natureza pelos movimentos sociais e lutas ecológicas emancipatórias, também podemos ver no bojo do campo ambiental indícios de uma biologização da política, ou seja, a afirmação do bios sobre a pólis em várias práticas e orientações ambientais.

Esta tensão entre ampliação e/ou redução da esfera pública entendida como esfera política, evidencia a pergunta sobre as possibilidades emancipatórias ou desagregadoras do fazer político na contemporaneidade. Nesta perspectiva, poderíamos dizer que, se a problemática socioambiental é denunciadora dos riscos que afetam a vida das populações humanas, a consciência destes riscos pode tanto atuar como uma força agregadora, contribuindo para a formação do que Habermas (1995) chamou de uma comunidade de riscos compartilhados; quanto reforçar os mesmos mecanismos de desintegração social e ambiental que tendem a acelerar a apropriação dos bens ambientais pelos interesses privados, degradando não apenas a base de sustentação material do planeta mas também as bases dos vínculos de solidariedade social.

Este panorama não pode ser desvinculado do recrudescimento nos anos 90 de uma conjuntura mundial de crise econômica e social, que ameaça a própria idéia de solidariedade social, ensaiando um movimento mundial inédito de exclusão social. As teses neoliberais, fortalecidas pela crise do socialismo real e pelo esgotamento do estado de bem-estar social, procuram legitimar-se como a última e única voz, ditando a morte das utopias e afirmando o império do econômico e do mercado sobre o campo da política, e dos direitos sociais e humanos.

Habermas (1995) nos auxilia mais uma vez a compreender o surgimento do que nomeia como uma *underclass* – algo entre "subclasse" e classe marginalizada – no bojo dos processos de ajuste das economias nacionais à competitividade internacional imposta pela globalização. São grupos marginalizados que se vêem gradualmente apartados e passam a ser vistos como uma parte "supérflua" da sociedade que, privada de voz, deixa de ser reconhecida na esfera pública. Assim, aqueles que já não são capazes de mudar sua condição por conta própria são abandonados à própria sorte. O autor destaca ainda os efeitos dessa segregação, relacionando-os à erosão da força integrativa da cidadania democrática.

No contexto atual de uma cultura política ambientalista multifacetada ideologicamente, o ecologismo, que se pauta na defesa dos valores emancipatórios, apesar de estar na gênese histórica do campo ambiental, é hoje uma força entre outras. Entre os efeitos que resultam do impacto de uma orientação antiutópica ou "realista" sobre o mundo ambiental, sobressai como uma tendência o enfraquecimento do ecologismo emancipatório. Nesse sentido, a força da crítica civilizatória que opõe radicalmente o ideário ecológico ao status quo tende a ser "amenizada". Do mesmo modo, a idéia de conflito é secundarizada, "envelhecida", pelas tentativas de domesticação da arena política como campo de contradições e conflitos sociais.

Trata-se, portanto, de observar o surgimento de uma realidade complexa onde diferentes orientações políticas disputam a interpretação dos problemas ambientais. Esta é a luta pelos sentidos que atravessa o debate político contemporâneo e, por conseguinte, configura as contradições do campo ambiental, tornando possíveis versões ambientais de matrizes ideológicas as mais conservadoras. Entre estas podemos citar

aquelas práticas que se pautam pelo anti-humanismo, individualismo, segregação social e autoritarismo político, em nome da preservação ambiental. Nestes casos, o que está em risco de extinção são as bases políticas de sustentação de um projeto emancipatório e solidário.

Neste jogo de forças, os sentidos emancipatórios para a ação política permanecem disputando a esfera pública, gerando utopias, e incidindo concretamente em determinadas ações e escolhas do presente. Como vimos, as lutas ambientais por cidadania representam um dos campos promissores de atualização dos valores emancipatórios e da busca de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. Assim, podemos situá-las, neste tumultuado final de século, ao lado das forças que integram o projeto de uma cidadania democrática. Ao traçar este quadro pretendemos, mais que fixar um estado do debate ambiental, descrever os fios de tensão que atravessam este campo, marcando uma dinâmica de disputa, material e simbólica, pela natureza e seus sentidos. Felizmente estamos muito distantes do fim da história. Ao contrário, vivemos um momento especialmente intenso e instável de avanços, recuos e recomposições das forças e projetos sociais e ambientais.

## Referências bibliográficas

CHARTIER, R. **Espacio publico, critica y desacralizacion en el siglo XVIII**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 43, 1995.

HOBSBAWN, E. J. **A Era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

WORSTER, D. **Nature's economy; a history of ecological ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.



# Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade

Carlos Walter P. Gonçalves

*Professor Adjunto do Departamento  
de Geografia da Universidade Federal  
Fluminense e Presidente da  
Associação dos Geógrafos Brasileiros.*



## Introdução

Ali pelos anos sessenta começou a ganhar o espaço público aquilo que Freud, nos anos vinte, chamara de “mal-estar da civilização”. E o interessante é que esse “mal-estar” surgia exatamente nos estados que viviam um regime social por muitos designados por *Welfare State*, isto é, Estado do Bem-Estar Social. Assim, ali mesmo onde um projeto civilizatório parecia ter sido vitorioso, emerge um conjunto de movimentos que traz à cena política novos atores e novas questões. São as mulheres, os jovens, os negros e outros movimentos denominados como das minorias que se juntam a outros protagonistas que já lutavam por direitos individuais, sociais e coletivos, como os operários e camponeses.

*The dream is over* nos lembravam os Beatles e, anos mais tarde, um deles, John Lennon, nos convidaria a uma nova utopia — *Imagine*. É que os anos sessenta emergem como se fosse “a mosca que posou na sopa” do projeto civilizatório ocidental, parafraseando Raul Seixas. É ali naqueles anos que a idéia de progresso, através da produção ilimitada de bens materiais, começa a ser questionada para além dos marcos modernos das matrizes filosóficas e doutrinárias hegemônicas, tanto na sua vertente liberal como na marxista. Falava-se de um “lixo ocidental”.

Questionava-se o desperdício. De um lado, o consumismo exagerado de uns diante da miséria abjeta de muitos. De outro, os gastos militares e suas guerras, frias e quentes. O anticonsumismo e o antimilitarismo constituirão os dois pilares em torno dos quais emergirá o movimento ambientalista. O ambientalismo que emerge nesses anos sessenta tem um forte componente de generosidade e solidariedade social.

O ambientalismo é o único movimento social que, nascido numa época de tantas fragmentações e individualismos, nos convida a pensar o todo. Fala-nos do destino do planeta, dos destinos da humanidade. Convida-nos a pensar a respeito do modelo de desenvolvimento prevalecente e, até mesmo, sobre a própria idéia-força do que seja o desenvolvimento.

O ambientalismo coloca para cada um de nós o debate sobre a relação da humanidade com o planeta, a relação das sociedades com a natureza. Questiona sobre a capacidade de suporte do planeta diante das exigências de uma produção de bens materiais que já teria chegado aos seus limites, ainda que com somente cerca de 30% da humanidade participando plenamente desse banquete.

Os anos sessenta sinalizaram que a humanidade, tal como o Titanic, havia tocado no fundo. Os anos que se seguiram acreditaram que a orquestra poderia continuar tocando e a primeira classe dançando sem maiores conseqüências. Aliás, o próprio sucesso de um filme refilmado é revelador do seu significado mítico. É como aquela criança que nos pede para recontar sempre a mesma história enquanto ela tenta reelaborar a sua compreensão, sempre enigmática.

Estamos, pois, com a questão ambiental diante de problemas de claro sentido ético e filosófico. Que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de humanos? Qual é o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer com o nosso antropocentrismo quando olhamos do espaço o nosso planeta e vemos o quão pequeno ele é, e nós uma das espécies, entre tantas? Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem filosófica, do próprio caráter do que entendemos por civilização, é se desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido, qual seja, o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, de erosão. Com essas pseudo-

soluções práticas, técnicas, acabamos, na verdade, prisioneiros de um pensamento já dado, que é, ele mesmo, parte do problema e não da sua solução. Um deles é essa crença acrítica de que há, sempre, uma solução técnica para tudo. Como se o sistema técnico inventado por uma sociedade não trouxesse embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas próprias contradições traduzidas nesse campo específico. Essa crença ingênua no papel redentor da técnica é uma invenção extremamente recente na história da humanidade, da Revolução Industrial para cá, e faz parte do ideário filosófico do Iluminismo, coincidindo exatamente com esse período que culmina hoje com a necessidade de se repensar a relação da humanidade com o planeta. Como vemos, mesmo que não queiramos filosofar, não quer dizer que a filosofia não esteja embutida no que fazemos sem pensar, sem refletir. Assim, há uma filosofia em nossas práticas que pede que não reflitamos sobre seus fundamentos. É o pragmatismo, a maior contribuição dos norte-americanos à filosofia. Poderíamos, ao contrário, invocar Aristóteles quando nos diz que “devemos filosofar, ainda que para provar que não devemos filosofar”. Mas devemos evitar essa dualidade entre o fazer e o refletir, pois, como nos ensina o filósofo gaúcho Gerd Bornhein, “toda teoria sem ação é vazia e que toda ação sem teoria é cega”.

Eis o caminho, mais difícil, sem dúvida, que haveremos de percorrer se quisermos sair das armadilhas de noções fáceis, como as de “qualidade de vida” ou de “desenvolvimento sustentável” que, pela sua superficialidade, preparam hoje, com toda a certeza, a frustração de amanhã. Aliás, o debate ambientalista cada vez mais se torna um debate com fortes conotações esquizofrênicas, onde a gravidade dos riscos com que o planeta se defronta, aliás, gravíssimos como freqüentemente nos anunciam, contrasta com as pífiás e timidíssimas propostas do gênero “plante uma árvore”, promova a “coleta seletiva de lixo” ou desenvolva o ecoturismo.

A banalização e a superficialidade grassam nas lides ambientalistas, como se a crítica “do Lixo Ocidental”, tivesse se transformado na coleta seletiva “do Lixo Ocidental”, de que nos falavam os ambientalistas dos anos 60. Teríamos, assim, saído da crítica civilizatória do projeto de origem judaico-cristã européia como, nos anos sessenta, com a crítica à idéia de desenvolvimento, idéia-chave do constructo moderno, e tivéssemos caminhado nos anos oitenta para a idéia de “desenvolvimento sustentável”

e, nos anos noventa, para a ISO14000, um “selo verde”. Aqui, aquela generosidade e solidariedade social tão explicitada no ambientalismo dos anos sessenta está bastante atenuada, quando ainda presente.

Assim, o ambientalismo que inicialmente surge ali onde o modelo civilizatório ocidental teria sido bem-sucedido e que criticava sobretudo o desperdício — o excesso de consumo de bens materiais como sendo capaz de satisfazer as necessidades mais profundas do homem — encontraria enormes dificuldades para se afirmar diante de sociedades onde, no lugar de excesso, o que havia era fome e escassez. As classes dominantes desses países do Terceiro Mundo souberam tirar proveito dessa ambigüidade do discurso ambientalista do Primeiro Mundo. O que elas reivindicam, na verdade, é o direito àquele modelo como se o planeta pudesse comportá-lo para toda a humanidade. Essa é uma verdade trazida à luz pelo ambientalismo do Primeiro Mundo e com a qual todos haveremos de considerar, estejamos onde estivermos. Assim, o princípio de que todos são iguais, trazido à luz pela Revolução Francesa, encontra limites para ser realizado pelo atual modelo de desenvolvimento. Na verdade, essas próprias classes dominantes dos países do chamado mundo subdesenvolvido são, em grande parte, protagonistas ativos dessa desigualdade social interna aos seus países, quase sempre assentando seu poder na enorme concentração da propriedade da terra e de outros recursos naturais e/ou destinando a produção quase sempre para a exportação de matérias-primas agrícolas e minerais para os países do Primeiro Mundo. Não seria entre esses setores que haveria de emergir um movimento social capaz de comportar uma outra relação da sociedade com a natureza.

Os anos oitenta veriam surgir, sobretudo na América Latina, mas também na Ásia, na Índia, em particular, múltiplos movimentos sociais que, mesmo não partindo de uma matriz ambientalista, viria se encontrar com o ambientalismo, como são os casos dos seringueiros liderados por Chico Mendes, ou dos camponeses-indígenas do sul do México, os Chimalapas, assim como muitos outros na Bolívia, no Equador, na Colômbia e outros países e que combinam, num mesmo processo, um forte componente político de auto-organização, a outros, igualmente importantes, de ordem cultural, social e ecológica. As maiores facilidades dos novos meios de comunicação contraditoriamente haveriam de facilitar que esses velhos protagonistas pudessem ganhar visibilidade

política tendo, para isso, que romper com o monopólio das relações internacionais até então detido pelas classes dominantes nacionais que controlavam o aparelho de Estado Nacional.

Assim, ao lado de um ambientalismo de corte empresarial, que conserva as premissas das relações societárias com centralidade na dimensão econômica, de que radicalmente não abrem mão, existem outras matrizes que, sem descurar dessa dimensão econômica, a subordinam a valores culturais, ecológicos e políticos, de outro tipo.

Esboça-se, assim, uma racionalidade ambiental (Leff) que se contrapõe a uma racionalidade instrumental, de corte predominantemente econômico, e que coloca explicitamente a necessidade de repensarmos e analisarmos, mesmo que sucintamente, como nesse artigo, de onde emanam os valores que vêm comandando nossas práticas. É um convite para quem não quer assumir, sem saber por que, porque estão nos propondo novos conceitos sem que saibamos exatamente por que os antigos estão sendo abandonados. Condição, sem dúvida, necessária para um agir responsável diante dos outros. Para um agir eticamente sustentado.

## Sobre a ética

Cada dia mais se invoca a ética ou, na maioria dos casos, se acusa a falta de ética nas práticas sociais. Há até aqueles que falam de uma ética das prioridades, como o Prof. Cristóvão Buarque. Sinal dos tempos. A ética, sobretudo, nos faz um chamamento ao sentido de responsabilidade de nossos atos. Coloca, assim, a questão da relação responsável entre o indivíduo (cada indivíduo) e o outro. No entanto, aqui onde parecia residir a solução da questão é que se colocam os problemas. Nenhum dos termos dessa equação — ética, indivíduo e outro — tem um único sentido.

A ética, com frequência, tem sido invocada num sentido ambíguo de ética profissional, onde não se consegue distinguir com clareza se se refere à responsabilidade de cada profissional com relação à sociedade que empresta sentido a determinada profissão ou, se num sentido de um pacto interno à própria comunidade de profissionais. Nesse último caso designa-se corporativismo.

Os médicos, mas não só eles, com frequência se vêem envolvidos nessa ambigüidade para o que o senso comum, ao criar a expressão “a máfia de branco”, nos oferece um antídoto significativo para uma reflexão sobre a ética. No caso, a palavra máfia estaria a nos indicar que há um sentido social, mais amplo, que estaria sendo preterido em relação ao do grupo específico em questão, no caso o dos médicos. Assim, a palavra ética não se aplicaria a grupos específicos, a não ser que fossem guardiões de um interesse geral e, somente enquanto agissem de acordo com esse interesse geral, o sentido ético, mesmo na sua especificidade, faria sentido.

Seria destituída de sentido, por exemplo, a idéia de que haveria uma “ética da máfia”, embora todos saibamos que existem determinados valores pétreos que constituem os grupos de criminosos. Nesse sentido é que o antídoto popular que nos fala de uma “mafia de branco” nos mostra que um posicionamento ético só tem sentido em relação ao bem comum e esse bem comum nos indica que a ética implica um valor — um bem — relacionado ao reconhecimento de um outro que não a si (a nós) mesmo(s) — que nos seria comum. Pode-se, é claro, levando o relativismo ao paroxismo, falar-se de uma “ética da máfia” na medida que seria a essa comunidade de criminosos específica que estaríamos associando o nosso destino. No entanto, no sentido estigmatizante que se esconde por trás da expressão “mafia de branco” existe uma condenação de práticas sociais que se querem específicas. Assim são, também, os corporativismos.

## A ética e a alteridade cultural

A ética estaria, assim, relacionada com uma comunidade com a qual o nosso destino estaria ligado, com aqueles a quem associamos o nosso destino.

Teria, assim, uma vocação universalizante que nos coloca, sempre, diante da questão do que seja o outro. E aqui o outro é não só o não-médico, o não-engenheiro, mas também aqueles que são de outras culturas, o diferente. O curioso é que, assim como os europeus, etnocentricamente, se consideravam superiores aos selvagens, como o civilizado diante daqueles que são da selva (selvagem), os diferentes povos indígenas, invariavelmente, se autodesignam como homens e aos outros que não eles próprios, por algum ente da natureza (Todorov & Levi Strauss).

Deste modo, as diferentes culturas se vêem como sendo a humanidade que, assim, teria múltiplas matrizes universalizáveis. Cabe aqui refletir sobre o universal europeu-judaico-cristão-greco-romano que negando a diferença, posto que submeteu outros povos aos seus desígnios, ensejou o empobrecimento da humanidade como espécie capaz de inventar múltiplas formas de se ser humano (Baraka). A submissão é a negação do outro, o que traz enormes conseqüências para um agir que se queira sustentável, como veremos a seguir.

Como se vê, a ética nos conduz ao *ethos* — conjunto de valores partilhado em comum — e ao étnico, portanto, à cultura, à alteridade, ao outro diante de quem podemos nos configurar como diferentes, desde que não queiramos submetê-lo e desde que não queiram nos submeter. Aqui emerge, também, toda a questão do poder. A igualdade aparece, portanto, como condição da diferença.

## Ética e classe social

Ora, a ética, na medida em que estabelece o sentido de refletirmos sobre os efeitos de nossos atos; que nos indica que nossos atos individuais devem estar de acordo com o bem comum e, quando confrontada com várias culturas diferentes, deve reconhecer que o universal humano pode emanar de diferentes matrizes do que seja o bem comum, nos coloca sempre diante de termos que decidir, nas circunstâncias concretas da vida, sobre o próprio sentido de nossas práticas, reinventando permanentemente o que seja esse próprio bem comum e o lugar de cada um nessa construção.

Assim como a existência de grupos específicos não constitui impedimento para que se tenha um posicionamento considerado como ético, bastando para isso, já o vimos, que se aja de acordo com o bem comum, mesmo na sua especificidade, é admissível que, numa sociedade estruturada a partir de uma cisão interna em classes sociais distintas, que se constituem exatamente na relação antagônica que mantém entre si, que a ética seja, permanentemente, objeto de lutas intensas sobre o seu significado. Nestes casos, é provável que, com muita freqüência, se negue exatamente a premissa de que as classes existam e se fale de um homem genérico.

No debate ambiental, por exemplo, com freqüência se fala que o homem é predador, sem que se considere a hipótese de que podemos estar diante de uma sociedade onde os homens estão inscritos em relações antagônicas; onde a natureza, por exemplo, esteja sendo apropriada de modo privado e assim, como a própria expressão propriedade privada sugere, uma parte da sociedade pode estar privada da propriedade da natureza e, conseqüentemente, tendo que se subordinar às determinações que emanam de outrem, dos usos do que deve ser feito da natureza.

Numa sociedade de classes, sem dúvida, há uma tendência a naturalizar a sua estrutura e, deste modo, a distinção social aparece não só como natural mas também como uma complementaridade necessária (para haver ricos tem de haver pobres; se não existem os ricos para dar trabalho aos pobres como eles iriam sobreviver e que tais?). Os insetos sociais são, com freqüência, invocados como exemplos de organização comunitária.

No entanto, é possível admitir-se que seja da riqueza produzida pelos que trabalham que vivem aqueles que concentram em suas mãos a maior parte da riqueza. Dificilmente conseguiriam, com seu próprio trabalho, reunir toda a riqueza que possuem. Em dados recentes divulgados pela ONU, registra-se que os 357 homens mais ricos do mundo detêm em suas mãos a riqueza equivalente aos 2 bilhões e quatrocentos milhões de habitantes situados na outra ponta do espectro da humanidade. Os 20% mais ricos do mundo consomem, aproximadamente, 80% dos recursos naturais do planeta! Se por comportamento ético é possível entender o posicionamento que cada um tem com relação ao bem comum, passamos a entender por que se fala tanto de ética nos dias que correm. De fato, uma sociedade que admite esse tipo de clivagem viverá, permanentemente, atravessada por conflitos e tensões.

Contra essa abordagem há uma forte corrente no interior do ambientalismo que trabalha com o conceito de um homem genérico — o de população *z* — cuja matriz remonta aos finais do século XVIII, na figura do pastor T. R. Malthus. Remontar à época em que Malthus formula suas idéias pode ser extremamente esclarecedor, na medida em que a própria clivagem social estava na raiz das suas teses.

É que a lembrança de Malthus não traz junto, pelo menos de modo explícito, a sua ideologia liberal conservadora que, na sua época, questionava um conjunto de leis inglesas que se destinava a atender às populações pobres, conhecido como *Poor Laws*. Argumentava-se, liberalmente, que essas leis iam contra a natureza das coisas, na medida que a população crescendo mais do que o banquete que a natureza poderia oferecer, a própria natureza, naturalmente, quer dizer, liberalmente se encarregaria de repor o equilíbrio, através de epidemias, de fomes e de guerras.

O *laissez-faire, laissez-passer* deveria vigorar à plena, sem ajuda aos pobres, já que essa ajuda iria “contra a natureza”. Não há como não lembrar daquele militante de uma organização não-governamental, citado por Paulo Freire, que dizia não adiantar cuidar de crianças miseráveis já que elas não teriam mesmo lugar nesse mundo.

Numa época em que tanto se fala de restringir o crescimento da população (malthusianismo) em nome da preservação da capacidade de suporte do planeta (ambientalismo) ao mesmo tempo em que se convida que os Estados sejam mínimos e a cada vez menos dediquem leis aos seus pobres (liberalismo em nova fase, neoliberalismo) não é mais possível ignorar os múltiplos significados implicados no ambientalismo, significados esses até mesmo contraditórios entre si. Convidamos a que se reflita sobre o fato de que talvez a força maior do argumento dos ambientalistas malthusianos resida exatamente no seu simplismo. Afinal, quando se sabe que um americano médio consome o equivalente a 175 vezes o que consome um etíope, ou 53 vezes o que consome um paquistanês, a nossa preocupação, mesmo que malthusianamente pensando, não seria com o crescimento demográfico da Etiópia ou do Paquistão, mas sim com a notícia do nascimento de mais um filho de qualquer família com o poder de consumo típico do “american way of life”, seja ele num bairro de classe média de São Paulo, ou de Nova Déli, ou de Joanesburgo, ou em Nova Iorque, Paris, Los Angeles ou Tóquio.

E como essa estrutura desigual não surgiu do nada, mas, ao contrário, foi instituída pelas práticas concretas que ensejaram essa enorme desigualdade, podemos afirmar que, como as práticas dos “de cima” não podem ser generalizadas para todos, elas não podem constituir os fundamentos do bem comum.

Cabe esclarecer aos “de baixo”, muitos dos quais vivem da ilusão de partilhar esse estilo de vida dominante, que esse estilo de desenvolvimento é constituído por aquilo que alguns autores vêm

chamando de bens oligárquicos (Altvater), ou seja, por bens que só podem existir se for para poucos. O automóvel é um bom exemplo de um bem oligárquico, pois só pode existir se poucos forem os seus possuidores. Se todos possuírem automóveis sua função deixa de existir, posto que todos ficarão congestionados. É o que se vê na maior parte das grandes cidades do mundo onde cresce cada dia a idéia de que, pelo menos por alguns dias, deve haver um rodízio de automóveis e esse é um caso onde se pode analisar, de modo bem concreto, até que ponto estamos ou não dispostos a abandonar esse modo de vida fundado na produção desses bens oligárquicos.

O ambientalismo nos remete, assim, à idéia de que uma ética da sustentabilidade passa, necessariamente, por uma sociedade fundada em relações igualitárias e por outros estilos de sociedade quanto aos padrões de consumo e modos de produção. Assim, contemplamos um compromisso com a nossa própria geração e, ao mesmo tempo, com as gerações futuras, enfim, com o planeta e com a humanidade como espécie.

Mas não nos iludamos, não se trata de uma escolha fácil. Afinal, para quem são negadas tantas formas possíveis de vida em comum, habitando um mundo de solidão coletiva, onde cada um é um, onde o único território sólido que se oferece é o do próprio corpo, é difícil que não sejamos seduzidos por essa verdadeira “fabricação capitalística da subjetividade”, como Felix Guatarri designava essa poderosa máquina midiática. Aqui é fundamental acrescentar que mídia é exatamente aquilo que media, aquilo/aquele que faz a mediação, o que nos remete ao fato de que:

cada vez mais, a fragmentação e atomização que nos constitui, e que constituímos, nos conduz a relações verticalizadas, hierarquizadas, o que recria as condições gerais para a reprodução da desigualdade;

cada vez mais dependemos desses meios, desses mediadores para nos ligarmos aos outros;

cada vez estamos mais antenados e menos enraizados, posto que nos ligamos “interneticamente” a qualquer lugar do mundo e nos des-ligamos do nosso vizinho do lado.

## Ambientalismo e planetarismo

Uma idéia forte no interior das diversas correntes em que se constitui o ambientalismo é o seu caráter planetário. A imagem da Terra solta no espaço obtida pela primeira vez nos anos sessenta é emblemática desse imaginário. Cada vez mais vêm sendo destacados os chamados problemas ambientais globais como os atinentes às mudanças climáticas, à perda da biodiversidade, à camada de ozônio, entre outros. Em todos eles se configura o caráter de que transcendem as fronteiras nacionais, o que se configura na realização de inúmeros encontros, colóquios e seminários onde se formulam tratados e convenções internacionais.

É em torno do ambientalismo que melhor se ajusta o ideário que aponta para os limites dos Estados Nacionais para dar conta dos problemas com que nos defrontamos. Afinal, nos dizem, a natureza não respeita as fronteiras nacionais. Eis uma verdade inquestionável, mas que pode trazer no seu bojo um sofisma, até por que a natureza também não respeita os limites das propriedades e não vemos o fim das cercas ser proposto com o mesmo empenho com que se propõe o fim das fronteiras.

É claro que junto com essa verdade que nos diz que a natureza não respeita as fronteiras da propriedade privada e dos Estados Nacionais vem embutida uma crítica, em particular, aos Estados que não têm sido capazes de responder àquilo que, no fundo, legitimaria a sua própria existência: garantir o bem comum, o interesse geral. Temos aqui, em parte, o descrédito na política como tal. No entanto, o próprio fato de só uma parte daquela verdade estar sendo salientada, ou seja, aquela parte que diz que a natureza não respeita as fronteiras nacionais, nos indica que o silêncio sobre aquela outra parte daquela verdade — de que a natureza também não respeita os limites da propriedade privada — talvez nos esclareça a própria razão desse verdadeiro descrédito na política: é que a crítica sobre o Estado é uma conquista consolidada pelo avanço da democracia sobre amplos setores da vida social. Por outro lado, o campo da propriedade privada, o das empresas, por exemplo, ainda é regido por regras absolutistas onde a democracia não se faz presente. Ninguém elege, por exemplo, o presidente da Microsoft, ou da IBM, ou da Volkswagen. Reina na empresa o princípio hierárquico absolutista ou, no máximo, do voto censitário, onde quem não tem ações, não vota, que é um princípio que, no espaço público, foi cada vez mais sendo universalizado. Na empresa o executivo é, ao mesmo tempo, o legislativo e o judiciário. Tudo isso sem eleição!

A questão talvez não trouxesse maiores implicações se não estivéssemos, desde os finais do século XIX e hoje, mais do que nunca, diante de enormes empresas cujas decisões não interessam exclusivamente a si mesmas, mas ao público em geral e à humanidade. Assim, quanto maior é o poder dessas empresas, maior é o campo de questões que dizem respeito aos nossos destinos e que não passam mais pelos Estados que, assim, se mostram cada vez menos capazes de resolver os problemas com os quais deveriam estar envolvidos. Nosso destino cada vez mais está sendo decidido por quem não tem mandato para tal, posto que ninguém os elegeu, enquanto aqueles que elegemos, mesmo quando se apresentam com propostas distintas, não conseguem governar, uma vez que o poder não está passando pelo espaço público, mas sim, pelo privado. A questão talvez passe por superarmos determinados modos de pensamento e avançarmos no sentido de radicalizarmos a democracia para o interior das empresas e não cairmos numa verdadeira armadilha ideológica que se debate entre o Estado e o Mercado, já que a questão problemática em ambos é o caráter democrático, ou não.

Assim, o descrédito na política tem a ver exatamente com essa hegemonia do campo empresarial sobre os nossos destinos. Essas grandes empresas, por seu turno, operam em uma escala supranacional e, assim, o ambientalismo se vê parceiro de determinados protagonistas cujas práticas são regidas, sobretudo, por uma racionalidade econômica, por uma razão instrumental, que tende a ver tudo numa perspectiva custo-benefício e regulada pelos balanços e rendimentos a serem pagos aos seus acionistas. Quando o Sr. Jacques Maisonrouge, presidente da IBM, nos conclama ao “abaixo as fronteiras”, assim como os ambientalistas também invocam, vemos que não estão, apesar da mesma frase, dizendo a mesma coisa. O mais sério é que no interior das fronteiras de um Estado, contraditoriamente, se debatem os destinos em comum daqueles que ali vivem. Já no interior da IBM...

Se cada dia mais cresce a consciência de que somos membros de uma espécie, que nossa morada é o planeta, é preciso discutirmos que normas, que regras queremos estabelecer para que a soberania seja compartilhada por todos. Afinal, o fim das fronteiras, tão apregoado por alguns, não significa o fim da soberania, pois, o soberano é aquele poder que não obedece a nenhum outro poder que não a si próprio. O fim das fronteiras nacionais indicaria somente o fim das soberanias nacionais,

mas não da soberania como relação de poder. Afinal, o fim das soberanias nacionais criaria, na verdade, um só Estado, cujas fronteiras são as do planeta. Na verdade teríamos um só país, o planeta. Como partilhar o seu destino? Por eleições? Com que base territorial? Local? Como se daria a relação entre os locais? Passa pela região? Quem são os protagonistas que fariam essas mediações? Seriam as organizações não-governamentais? Mas elas são eleitas? Por quem? Aliás, devem sê-lo? E os partidos políticos teriam lugar nessa nova ordem?

É claro que essas questões são enormemente simplificadas quando aceitamos o paradigma das empresas, a começar pelo simples fato de que delegação de poderes por vias democráticas não é o que as caracteriza. Tudo isso é extremamente enfadonho quando olhado a partir desse lugar. Tudo deve ser prático e a democracia é sempre muito demorada, implica o diálogo, ouvir o outro e, deste modo, tudo isso parece “perda de tempo”, porque a produtividade é uma questão de quanto produzimos numa determinada unidade de tempo. A política é lenta quando olhada a partir de uma racionalidade econômica. Assim, a lógica econômica tende para a tirania e não para a democracia.

Não temos, obviamente, nenhuma pretensão de respondê-las, mas, simplesmente, chamar a atenção para sua pertinência e denunciar o simplismo com questões de enorme complexidade, tratadas de maneira leviana, em nome de causas nobres.

É sempre bom lembrar que a palavra política se origina no grego, designando limite. Originariamente se chamava de *pólis* ao muro que delimitava a cidade, do campo. Só depois passou-se a designar *pólis* ao que estava contido no interior do muro, dos seus limites. O resgate desse significado primevo de *pólis*, como limite, talvez nos ajude a ver o verdadeiro significado da política que é a arte de definir os limites; a arte de definir o que é o bem comum. Tirania, nos ensinam os gregos, quando a política é feita por um; oligarquia, quando feita por poucos; Democracia quando feita pelo povo, que, hoje, isto é, depois da Revolução Francesa, não admite mais escravos, como ocorria entre os gregos.

Ora, o que o ambientalismo nos coloca, já o vimos, é a questão dos limites que as sociedades têm na sua relação com a natureza, com as suas próprias naturezas como sociedades. A política, portanto, é parte

do seu ser. Resgatar a dignidade da política é fundamental para que se estabeleça uma ética da sustentabilidade.

## A ética e o indivíduo

Por mais cara que seja para nós a idéia de indivíduo — de liberdade individual, por exemplo — só muito recentemente, isto é, do século XVIII em diante, é que passou a ganhar cada vez mais naturalidade o que, por si só, indica que ela não seja natural.

O fato de ser datada historicamente indica exatamente a relação que as idéias mantêm com a história concreta dos homens e mulheres que é de onde retiramos, inventamos e criamos, nas circunstâncias, o sentido para nossas vidas.

Até o século XVIII na Europa, quando se intensifica o processo de desruralização/urbanização, fortes laços comunitários constituíam os fundamentos das relações societárias. Eram múltiplos os “costumes em comum” (E. Thompson). Pertencer a uma determinada comunidade territorializada constituía cada um enquanto membro de uma comunidade à qual seu destino estava inexoravelmente ligado. Por sua vez, os homens e mulheres não eram sentidos e percebidos como iguais entre si, posto que alguns eram Senhores mesmo aqui na Terra, proprietários de terras que eram (a Igreja Católica, por exemplo, era grande proprietária de terra). Outros, ainda, tinham “sangue azul” e o poder, por exemplo, estava encarnado na figura do rei que, por sua vez, era sagrado pois seria Deus quem tornava seu poder legítimo. Até ali “rei morto, rei posto”, ou seja, o poder tinha dono, nenhum habitante mundano o elegia.

É desse contexto (e contra esse contexto) que emerge tão forte na Revolução Francesa a idéia de que “todos os homens são iguais” e que o “poder emana do povo e em seu nome será exercido”. É da dissolução da comunidade de destino feudalizada, territorialmente circunscrita, que origina-se a idéia de que os homens são, por natureza, iguais, e que cada um deve ser livre, inclusive não podendo mais ficar adstrito à terra, como indica a idéia de “servo da gleba”. É sabido que em quase toda a Europa Medieval, o camponês-servo não pertencia ao senhor feudal e é

isso que o distingue de um escravo. A existência de um servo estava indissolúvelmente ligada ao direito a uma gleba de terra — daí servo da gleba e não servo do senhor feudal de quem deveria receber proteção mediante pagamento de tributos, serviços ao Senhor (Feudal). A propriedade do camponês era sagrada e servir ao Senhor era, assim, mais que uma expressão religiosa, embora, como estamos vendo, incompreensível fora desse contexto religioso.

O servo estava ligado à terra, não tendo o direito de ir e vir, sempre condicionado ao Senhor Feudal (e já vimos que essa expressão deve ser entendida, nesse contexto, nos dois sentidos: sociológico e religioso). A idéia de liberdade após o século XVIII está fortemente associada à idéia do ir e vir que, sempre, se sobrepõe ao direito de ficar, de permanecer. Assim, a liberdade é de se ir e de se vir e não de ficar, de permanecer. Deste modo se dissocia a propriedade da terra, da existência dos camponeses, posto que se os servos na Idade Média estavam condenados a viverem adstritos à terra, territorializados no interior das comunidades feudais, agora são livres. A partir de então, e cada vez mais, a terra deixa de ser um direito (sagrado) do camponês para ser tratada como um bem mercantilizável, na medida que é objeto de compra e venda. Assim, a terra também ficou livre dos camponeses. A terra deixou de ter valor, posto que passou a ter preço. Saiu do campo do direito, isto é, do campo da justiça e do campo dos valores, para o campo da economia, dos preços. Valor e preço, sabemos, não são a mesma coisa.

É isso que está subjacente ao processo de urbanização que, no entanto, é incompreensível sem que se considere o processo correlato de desruralização. É por isso que associamos tão “naturalmente” urbanização com desenvolvimento. E esse “naturalmente” é o preço que pagamos de não analisarmos o significado do que seja desenvolvimento que, antes de qualquer outra coisa, é desenvolver, isto é, quebrar o envolvimento dos homens e mulheres entre si e com a terra, com a água, com as plantas, com os animais, com o Sol, com a Lua... o que pressupõe que há uma determinada comunidade territorializada, ou seja, com envolvimento próprio, com limites, fronteiras, identidade sociocultural distinta. Assim, desenvolver é separar aqueles homens e aquelas mulheres da natureza. É torná-los livres da natureza e a natureza assim, também, separada desses homens e mulheres, deve estar livre para ser transacionada e apropriada

por alguém que, como é da lógica desse processo, não é mais aquele que dela antes já dispunha, sem que precisasse comprá-la. Dissocia-se assim, cada vez mais, produção e consumo tanto social como geograficamente: os que produzem não o fazem para si próprios, posto que não são donos do que produzem; o lugar onde se produz mais não é necessariamente onde se consome. O poder se DES-LOCA.

A separação do homem da natureza não é, portanto, somente uma questão de paradigma. Ou, dito de uma maneira mais precisa, o paradigma não é somente uma questão de idéias, mas de práticas sociais sempre a elas associadas. Passamos a viver um mundo onde homem e natureza caem um fora do outro: uma natureza desumanizada e um homem desnaturalizado. A natureza deixa de ser um valor em si mesmo, nas suas qualidades diferenciadas, para ser medida em quantidades de hectares, de megawatts, de metros cúbicos de madeira, de toneladas, de... enfim, vista tal como o Tio Patinhas vê qualquer coisa: em cifras, em cifrões.

Eis o indivíduo moderno emergindo. Esse indivíduo é um homem atomizado e fragmentado que, despojado do acesso à natureza, deve se oferecer para trabalhar para outrem não no que necessariamente queira ou goste. Assim, além de fragmentado e atomizado é, também, hierarquizado, vez que está inscrito em relações societárias assimétricas em que há os “de cima” e os “de baixo”. O trabalho não mais mantém, seja para os “de cima”, seja para os “de baixo”, uma relação direta com o que se necessita para viver. Quem trabalha não é o dono do que produz, nem o que se produz o é para satisfazer as próprias necessidades diretas do dono. Toda a vida passa a girar, não em torno das coisas reais e concretas do lugar onde se vive, mas em torno de algo abstrato que comanda toda a vida cotidiana de cada um de nós. A materialidade da Physis, com tudo que ela comporta, fica subsumida ao mais abstrato dos signos: o dinheiro. Ele cifra todas as relações dos homens entre si e destes com a natureza. Decifrá-lo é preciso. É desse indivíduo que se exige cada vez mais um posicionamento ético diante do mundo.

## A ética e o espírito do capitalismo

O sociólogo Max Weber foi quem primeiro chamou a atenção para a ética protestante inscrita nas relações societárias que instituem o capitalismo como um modo específico de organizar a vida dos homens. De um lado o trabalho e, de outro, aquela ascese de quem não consome tudo que produz, que poupa porque sabe que deve investir para poder acumular. Assim, deve-se negar o ócio. Daí, negócio (neg + ócio) e os “Amigos, amigos. Negócios à parte” dessa filosofia que torna-se senso comum. É a partir do Renascimento (Século XVI) e, sobretudo, com o advento do capitalismo (século XVIII), que o trabalho passa a ser visto como uma categoria altamente positiva. Não ao ócio! “O trabalho dignifica o homem”. Assim, o capitalismo antes de ser uma economia é, sobretudo, uma religião laica! Realiza, magnificamente, a crença de um homem todopoderoso inscrita no antropocentrismo renascentista. A natureza deveria ser submetida, dominada, e, para isso, era necessário que os deuses ali não mais habitassem, pois, caso contrário, como dominar os deuses? Assim, o Renascimento descobriu O Homem e dessacralizou a natureza, tornada assim, objeto. Os mistérios da natureza deveriam ser revelados pela Ciência, se necessário sob tortura, como nos ensinara Francis Bacon. Todos os povos que mantinham uma relação divinizada com a natureza foram considerados primitivos, animistas e fetichistas que eram.

O filósofo italiano Vico dissera certa vez que a diferença entre a história dos homens e a história da natureza é que fizemos uma e não fizemos a outra. A natureza, antes de ser biologia, física ou química, é aquilo que não fizemos. É o nosso limite que, sabemos, é sempre impreciso e, por isso, deve estar sempre presente no nosso horizonte, como desafio e... prudência.

A natureza como outro-do-homem, como costumava dizer Adorno, a partir do Renascimento, deve ser dominada e, assim, negada enquanto outro. Se a ética é o sentido de responsabilidade dos nossos atos e, portanto, de nossas relações com o outro, a natureza deixa de ter valor para ter, ela também, simplesmente preço. Tudo passa a ser uma questão de técnica, de um cálculo racional de custos e benefícios, a que tudo foi transformado. É a razão instrumental que, válida para determinados campos do agir humano, invade todos os campos, tornando tudo uma questão (técnica) de custo-benefício, até mesmo as relações entre os homens, cujo melhor exemplo é a naturalidade com

que aceitamos que um homem possa desempregar outro homem em nome do desenvolvimento, do aumento da produtividade. Houve uma época, não tão distante, que, também, se aceitou que um homem pertencesse a outro homem.

Uma ética antropocêntrica está no cerne das contradições com que nos vemos hoje. E, com ela, temos não só uma negação da natureza mas, também, a negação de homens e mulheres cujas existências são negadas na mesma medida que são assimilados à natureza, seja no interior de uma mesma formação social — são os “burros”, os “paus-de-arara”, os “arigós”, os “macacos”, as “por natureza mais frágeis”, — seja entre povos diferentes tidos como inferiores, selvagens.

A natureza dominada é o símbolo maior do progresso da nossa civilização. Daí a cidade, e não o mundo rural, aparecer como indicador do desenvolvimento. Quanto mais pessoas viverem em cidades, mais desenvolvido será o país e, já o vimos, assim é porque mais pessoas e lugares foram desenvolvidos, (des)povoados e em cujas terras se planta e se cria para abastecer os grandes aglomerados humanos e não a si próprios. O que comanda a organização do espaço em cada região e em cada lugar não são as condições locais, regionais ou mesmo nacionais, sejam essas condições culturais ou naturais, mas as determinações de um tempo abstrato — a produtividade — que tenta impor a todos um mesmo sistema tecnológico. A hierarquia social é, também, hierarquia geográfica entre lugares, regiões e países. A contradição atravessa todo o sistema.

O antropocentrismo é o Homem-Deus-Todo-Poderoso cujo limite é o céu. Mas trata-se de uma religião laica aquela que dele emana: o capitalismo. Os mistérios da natureza revelados sob tortura, como uma natureza esquartejada nos vários pedaços que são as diferentes ciências, leva-nos a uma natureza-morta. Um homem-sem-limites é, rigorosamente, aquele que perdeu o sentido das razões e proporções das coisas, posto que ficou só com a razão e a proporção do ponto de vista da relação numérica, matemática. Crescei e multiplicai-vos, eis uma tradução moderna de um velho princípio bíblico. Acumulai, acumulai.

O dinheiro é a medida da riqueza e, como tal, não é a riqueza mesma. É como confundir o termômetro com a febre e se recomendar gelo para baixar a temperatura do termômetro enquanto o doente definha.

O rei Midas experimentou as conseqüências dessa cisão entre o material e o simbólico. O dinheiro é uma expressão desqualificada no seu sentido rigoroso na medida que é desprovido de qualidades concretas. Essa é a condição para que tudo nele possa se espelhar, devendo, até mesmo, ser cada vez mais virtual, para evitar o desgaste da manipulação.

O dinheiro comanda todas as relações na medida que permite superar as defasagens espaço-temporais. Ele não tem limites. Ele é, sobretudo, quantidade, uma variação do mesmo. Já o limite é do campo das qualidades, das diferenças, do diferente. O diferente tem limite. A vocação natural da lógica que tem o dinheiro como cerne é ser sempre mais, e não, melhor. É que o melhor é do campo da qualidade e a qualidade tem, sempre, limites. Limites esses, sabemos, imprecisos e, exatamente por isso, sempre abertos à discussão e ao debate. A lógica do dinheiro, por ser uma lógica da quantidade, tem sua verdade nas suas próprias premissas e, por isso, se quer inexorável. É metafísica na exata medida que recusa a mundanidade da *physis* para viver de suas próprias premissas abstraídas da realidade a que tenta impor sua verdade como inelutável.

Essa verdadeira religião laica em que se constitui o capitalismo faz do dinheiro um deus. O seu Deus. Afinal, o dinheiro, tal como um Deus, está acima de todas as coisas; é abstrato, mas se transforma em todas as coisas concretas. E, como os deuses, não tem limites. O mito do *El Dorado*, a busca do ouro, tem movido a civilização ocidental sempre em busca do paraíso perdido. O capitalismo torna-o científica e tecnicamente organizado. Mas, não nos esqueçamos, é de um mito que se trata. A economia abandona o seu radical — *ECO* — e acredita poder dar suas próprias regras — *NOMOS* — indiferente às condições de sua morada — *OIKOS* — que é do que deveria tratar.

## Natureza e acumulação

Assim se instaura no âmago das relações societárias que instituem o capitalismo uma contradição entre o trabalho concreto dos homens e mulheres e a medida abstrata da própria riqueza, o dinheiro. É por isso que é o tempo (o abstrato) e não o espaço (o concreto) que comanda as práticas sociais sob o capitalismo. O relógio é a sua principal máquina. É ele,

máquina do tempo (Mumford), que comanda a revolução que nos leva à máquina a vapor. Com ela se pode extrair muito mais tempo da natureza por meio do trabalho.

Aqui é preciso aprender com os fisiocratas, como Marx reconhece na sua Crítica ao Programa de Gotha, quando diz explicitamente que não é o trabalho a única fonte da riqueza, mas também, a natureza. Afinal, o que disseram os fisiocratas não foi que a agricultura era a única fonte da riqueza, mas sim a natureza (*a physis*, daí fisiocratas).

O trabalho, nos ensinam os físicos, só se realiza mediante a energia que é a capacidade de realizá-lo. Todas as formas de energia utilizadas até o advento do capitalismo dependiam do Sol, tanto a da biomassa utilizada como lenha, como a energia animal que dependia das forragens, assim como a dos próprios rios com suas quedas e desníveis, cujo movimento depende da intensidade do processo de evaporação-condensação-precipitação. Tudo isso tem um ritmo próprio, depende da energia solar e dos movimentos da Terra (rotação, translação, e também da orogênese, dos tectonismos, da erosão-sedimentação, dos ventos, dos rios, das glaciares).

O trabalho, processo que transforma a matéria, é um atributo inscrito na natureza. O homem, como ser da natureza, detém essa qualidade de ser-transformador. O trabalho dos homens está inscrito nesse imenso turbilhão de sínteses provisórias de fotossínteses, orogêneses, tectonismos, erosões-sedimentações. Todo o problema reside em se confundir com os deuses que, como nos ensinam os gregos, diferem dos homens única e exclusivamente por serem imortais. O provisionamento do fogo é, nesse sentido, um marco na relação histórica dos homens com a natureza. É a partir do domínio do fogo que se tornou possível uma das mais profundas transformações humanas do planeta: a agricultura. Com ela as sociedades humanas passaram a poder provisionar estoques de energia sob a forma de alimentos para o futuro e, assim, evitar os “sete anos de vacas magras” de que nos fala a Bíblia. Com o calor do fogo, com essa energia, formaram-se grandes civilizações e grandes, também, foram as devastações. A paisagem grega de A Ilíada, de Homero, está povoada de florestas. Prometeu precisa ser acorrentado!

A máquina a vapor consiste numa revolução no interior da

revolução que foi o aprovisionamento do fogo. Na verdade, ela consiste no aprovisionamento do calor. Para isso ela lança mão de um enorme estoque de matéria que, por sua vez, concentra, em si mesma, energia solar mineralizada sob a forma fóssil: o carvão e, depois, o petróleo. Cadeias de carbono fotossintetizadas há milhões de anos atrás (Período Permo-Carbonífero) tornam possível ao trabalho humano atingir níveis inimagináveis até então, porque, como energia concentrada, é trabalho potencial. A potencialização dessa energia vai ser detonada pela vontade de poder acumular, extraindo dos que trabalham um sobretempo sob uma forma material — uma mais-valia materializada. Com a máquina a vapor, observamos não só o deslocamento de fontes energéticas cuja sazonalidade se inscreve num tempo biológico para a de um tempo geológico como, também, um deslocamento, ao mesmo tempo, do comando do processo de trabalho das mãos do trabalhador, para as mãos de quem comanda, porque dono, (d)a máquina. A linguística aqui nos ajuda, mais uma vez, porque nos indica que se dá a passagem da manufatura para a maquinofatura, ou seja, a passagem de um sistema onde o corpo (a mão) do trabalhador é quem determina o ritmo — daí manufatura — para um sistema onde o trabalhador vira um apêndice da máquina e, cada vez mais, uma variável dependente de um sistema cuja lógica é acumular, aumentar a produtividade: a maquinofatura.

Eis a palavra mágica: produtividade. É ela que realiza concretamente o encontro de uma máquina — o relógio — cujo produto é algo abstrato — o tempo — com uma prática concreta que envolve homens e mulheres de carne e osso, plantas e animais, águas e minerais por meio de um poder de fogo hiperdimensionado pelo uso dos combustíveis fósseis com a outra máquina — a vapor. Elmar Altvater tem toda razão ao acrescentar o caráter fossilista ao capitalismo. Sem a energia concentrada no carvão e no petróleo a capacidade de trabalho, isto é, a transformação da matéria ficaria extremamente limitada à capacidade de trabalho física dos homens e dos demais animais. Eis o milagre de se conseguir num determinado tempo de trabalho, que é sempre ação do trabalhador coletivo, uma transformação de matéria numa proporção infinitamente maior do que aquela necessária para garantir a reprodução daqueles envolvidos na sua produção. Essa riqueza

material apresenta, desde o início do seu processo de produção, uma contradição estruturante, posto que só se torna possível quando a natureza é apropriada privadamente como propriedade capitalista e, assim, o que se produz não pertence a quem produz nem, tampouco, o que se produz o é, na sua concretude material, para satisfazer as necessidades daquele que controla o processo de produção. Não é irracional que um usineiro de açúcar seja diabético. Sua produção não tem nada a ver com as suas necessidades materiais concretas e sim com o dinheiro, realidade abstrata que comanda as suas práticas concretas. Não é, tampouco, de se admirar a tranqüilidade com que um empresário produtor de tomates em São Paulo declara, solenemente, que a carga exagerada de agrotóxicos que espargia sobre a sua plantação não era problema porque todos os tomates eram para vender e não para comer!

Acrescente-se, ainda, que o carvão e o petróleo são energias concentradas espacialmente porque estão reunidas na estrutura da matéria que os constituem (ilhas de sintropia, como chama Elmar Altvater). Além disso, são passíveis de deslocamento sob uma relação custo-benefício (que é a lógica que passa a vigorar) altamente vantajosa para aqueles que as podem promover. É que a energia da biomassa, por exemplo, é dispersa espacialmente e a sua reunião num determinado ponto do espaço geográfico se faz a um custo maior em termos energéticos. É por isso que a geografia industrial do início da revolução industrial coincide com países com reservas de carvão consideráveis – Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos – mas a geografia industrial após o petróleo não coincide com as áreas que geograficamente detêm as maiores reservas mundiais desse combustível. O Oriente Médio, não sem sentido, constitui uma região em permanente estado de guerra. É que ali se concentra trabalho potencial sob a forma de energia fóssil. O controle político daquela região é a maior demonstração de como o tempo não suprime o espaço, de que a dimensão abstrata não pode prescindir da sua materialidade concreta. A exploração de mais-valia futura depende do controle daquela região.

A crença antropocêntrica no domínio da natureza não seria problemática se os rejeitos líquidos e sólidos não se depositassem tão próximos; se a chuva ácida um pouco mais adiante e o efeito estufa não se estendesse ao planeta inteiro. Se os efeitos dos CFCs dos aerossóis não quebrassem as cadeias do ozônio (O<sub>3</sub>) permitindo a passagem de raios

letais ultravioletas. Se os organismos geneticamente modificados, os transgênicos, não pudessem se recombinar com outras espécies, com destino imprevisível para a própria evolução das espécies. Se o uso intensivo de antibióticos não pudesse originar a seleção de espécies mais resistentes, incluindo as bactérias, colocando em risco as gerações futuras. A lista é longa e bastante repetida. Tudo isso é o preço que temos pago pela premissa de negar a natureza como alteridade, como o nosso limite sempre impreciso e, por isso, sempre desafio e... prudência. É o preço que temos pago por uma natureza-morta e, por isso, esquartejada em múltiplas ciências que para ganhar em profundidade levou a que se conhecesse cada vez mais sobre menos e, assim, se perdesse a visão do todo.

Enfim, o antropocentrismo que o capitalismo individualista, fossilista, produtivista realiza não teria maiores conseqüências não fôra as contradições em que pôs a si próprio, colocando em perigo a própria espécie. Nada que não seja reversível, desde que identifiquemos as práticas sociais que reproduzem esse modo de vida e de produção. Vários mitos deverão ser superados, e o primeiro deles, sem dúvida, esse que é a mais frágil de todas as instituições desse mundo que é a crença de que o indivíduo existe como tal e que, por isso, acredita firmemente que é ao indivíduo que cabe a responsabilidade de superar



## Referências bibliográficas

todo um conjunto de práticas sociais que se instituiu sistemicamente em escala planetária. A primeira coisa a ser feita para um agir ético com vistas a uma sociedade sustentável é reconhecer, como nos ensina Paulo Freire, que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens só se libertam em comunhão”. Re-ligar é preciso.

ADORNO, T. **Dialética do iluminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores).

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, C.W.P. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Revista Terra Livre**, AGB, n. 11/12, São Paulo, 1996.

GONÇALVES, C.W.P. **Geografando - nos varadouros do mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista)**. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia) - UFRJ. (Não publicado).

LEFF, E. **Saber ambiental**. México: Siglo XXI, 1999.



# A crise ambiental e suas implicações na produção de conhecimento

Elísio Márcio de Oliveira

*Educador da Equipe da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável de Universidade Brasília.*

“O método científico é parte de uma teoria geral do homem...  
o movimento dos conceitos não é simplesmente  
um movimento do intelecto.  
É, também, um processo objetivo...  
A partir de uma interpretação materialista de Hegel,  
o conceito é também parte do desenvolvimento geral da  
natureza.”

*FEYERABENDE, P. K. Contra o método. Barcelona:  
Ariel, 1974. p. 28, 35 e 38.*



S e tomarmos o conceito de meio ambiente como *espaço das relações* Sociedade X Natureza, o escopo das ações ambientais, diante dos desafios de repensar os estilos<sup>1</sup> de desenvolvimento, posto na perspectiva de um conjunto de políticas setoriais, coloca-se a necessidade da reinterpretação destas *relações*, se concebermos a questão ambiental numa perspectiva estruturante.

Fica claro que não temos a intenção de considerar os desafios emergentes da questão ambiental, na perspectiva do paradigma da economia de fronteira, que considera ser suficiente incorporar as externalidades<sup>2</sup>, tomando como pano de fundo o princípio poluidor/pagador, fazendo uma nova análise de mercado centrada em uma racionalidade cartesiana.

---

<sup>1</sup> Na publicação **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina**, México: Fundo de Cultura Econômica, 1980, organizada por Osvaldo Sunkel e Nicolo Gligo, a perspectiva do desenvolvimento na América Latina é analisada a partir de uma abordagem mais abrangente que a econômica, tomando-se os estilos de desenvolvimento a partir do conjunto das políticas setoriais, ou seja, relevando-se as políticas de ciências e tecnologias, de industrialização, de comércio exterior, de produção agrícola, de educação, de saúde etc.

<sup>2</sup> Não são poucos os trabalhos de tese que hoje desenvolvem estudos e pesquisas voltadas para a valoração econômica de recursos ambientais, considerando que os custos da degradação ecológica, quando não são pagos por aqueles que a geram, são externalidades para o sistema econômico, ou seja, os custos devidos a impactos que afetam a terceiros sem a devida compensação. Sobre este assunto ver: MOTA, R.S. da. *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - 1998.

Consideramos que a emergência da questão ambiental põe em causa a necessidade de repensar as formas de sermos e de estarmos no mundo, exigindo, ainda, refletir sobre a dignidade humana, reinstaurando e revivificando a própria noção de humanidade, na construção de melhores oportunidades para o conjunto dos seres vivos, particularmente dos seres humanos.

Assim, tomar os desafios da questão ambiental, numa perspectiva estruturante para o processo de desenvolvimento, significa colocar a qualidade de vida e a equidade social como parâmetros referenciais para as formulações do conjunto das políticas setoriais, como estratégia para repensar o processo de desenvolvimento. Exige, ainda, que sejam redimensionadas as formas de relações dos países do globo, buscando construir um novo ordenamento para as geopolíticas globais, com maior respeito e consideração à autodeterminação dos povos.

## Caracterizando a crise

No mundo contemporâneo, de domínio dos capitais transnacionais, onde os 500 maiores grupos são responsáveis por 25% da produção mundial (UNCTC), é impossível pensar o desenvolvimento de uma nação independente do conjunto dos outros países, particularmente perante às hegemonias que conformam e dimensionam o poder na Terra, pautado pela referência do mercado, pelo poder econômico e de beligerância, que determinam a inclusão de poucos diante da exclusão de muitos<sup>3</sup>.

Impossível pensar a possibilidade de sustentabilidade em face de um cenário em que 25% da população do mundo consome 75% dos recursos naturais do planeta, onde o patrimônio das 359 pessoas mais ricas do mundo é igual à renda de 2,4 bilhões das pessoas mais pobres<sup>4</sup>, ou seja, uma pessoa ser detentora de bens equivalentes a de 6.685.237 outras pobres mortais.

---

<sup>3</sup> No trabalho intitulado *As dimensões do processo de globalização e a política ambiental*, de Eduardo Viola, apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, o autor ao analisar as tendências do processo de globalização considera estar havendo um processo de dualização nas sociedades nacionais, entre os incluídos e os excluídos da sociedade-economia globalizada (p.10). No caso do Brasil, teríamos um índice de, aproximadamente, 70% de excluídos neste processo.

<sup>4</sup> **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/Unesco. Brasília: Edições Ibama, 1999. p. 25.

A emergência da questão ambiental, principalmente por se vislumbrar a possibilidade efetiva da falta de meios que garantam o consumo cada vez maior dos recursos escassos da biosfera; o comprometimento da capacidade de suporte da Terra que obriga repensar os estilos de desenvolvimento numa perspectiva menos degradante e mais equitativa; a possibilidade iminente de fenômenos devastadores provocados pelo aumento do efeito estufa, pelo buraco na camada de ozônio, pela desertificação e comprometimento dos recursos hídricos para o consumo humano; o comprometimento da biodiversidade pela rápida extinção de espécies; a pobreza, a fome, as guerras, a hegemonia e a arrogância dos poderosos no processo de globalização – obrigam-nos, cada vez mais, repensar os conceitos de ética, de vida, de consumo, de bem-estar e de felicidade.

É imperativo a necessidade de mudanças, que questionem os processos de desenvolvimento, base para as formulações do processo civilizatório que conformam os traços da humanidade. Estes elementos referenciais que configuram o cenário contemporâneo e fundamentam a concepção de estarmos vivendo um estado de crise, implica a necessidade de formulação de novos paradigmas que dêem sustentação à construção de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

Vivemos um momento de crise do processo civilizatório, da necessidade de reconstrução de valores, pautados por uma nova ética de promoção da vida, que releve a dignidade humana e repense as relações dos seres humanos entre si e com a natureza. As mudanças necessárias exigem novas formulações que impliquem mexer fundo nas bases conceituais que moldam os padrões referenciais de consumo, de bem-estar, de riqueza e de valores, de posse e de felicidade. Isto implica, necessariamente, reaprender o mundo, reconstruir relações e valores, portanto, produzir novos conhecimentos e saberes que determinem novas atitudes, como base para um comportamento socioambiental mais responsável com o equilíbrio do meio, com uma qualidade de vida mais compatível com as necessidades da maioria das pessoas e dos seres que compartilham este espaço de vida no universo.

A partir da diversidade de atores sociais (pessoas, grupos, vida, segmentos sociais e instituições), com uma multiplicidade de interesses

e compreensões, é que se instauram conflitos em torno dos diferentes modos de apropriação e uso dos recursos naturais<sup>5</sup>. A apropriação e o uso de recursos da biosfera, base natural de sustentação da humanidade, determinam os elementos de fundo para a compreensão da temática ambiental, como *espaço das relações* sociedade/natureza que deve ser repensado.

As evidências deste conjunto de constatações demonstram estarmos vivendo um momento de crise do processo civilizatório, quando se tem as referências do progresso francamente questionadas. Esta crise, que afeta e se dimensiona desde uma perspectiva individual até a sociocultural, aponta a necessidade de reconstrução de valores, pautados por uma nova ética de promoção da vida, de uma ética que releve a dignidade humana e repense as relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Uma situação de crise pode configurar-se por uma irrupção violenta ou vir a ser o resultado lógico e previsível de um processo de mudança mais ou menos lento, mas continuado no tempo.

A crise pode então se caracterizar pela desintegração dos sistemas de valores; pela interrupção do curso regular e previsível dos acontecimentos; pela incapacidade ou incerteza na direção e no controle social; ou, ainda, pode transcender o próprio contexto das instituições em que tais crises são reguladas, caracterizando-se por uma revolução com transformações completas em vários aspectos socioculturais.

Uma crise pode ser interpretada a partir de:

- uma perspectiva pessoal, quando diz respeito a tensões, pânico, frustrações ou doenças;
- aspectos econômicos no que se refere a perturbações e impasses, caracterizados por determinadas circunstâncias que afetam resultados esperados no processo de planejamento da produção e do consumo;

---

<sup>5</sup> Importante explicitar qual o conceito de gestão ambiental que temos utilizado para orientar nossa abordagem conceitual, tomado como: “um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes”. PRICE-WATERHAUSE. *Fortalecimento Institucional do Ibama - cenários de gestão ambiental brasileira*. Relatório Final. Brasília, 1992. Mimeo.

- crises sociais quando o curso dos acontecimentos alcança um ponto em que a mudança é iminente ou quando há ruptura com os padrões tradicionais, acarretando conseqüências, na união ou desunião, maior ou menor, de um grupo ou de grupos sociais;
- uma perspectiva política, que faz referência a crises institucionais, quando se mexe fundo nas representações sociais.

Uma situação de crise surge dada à incapacidade de ter respostas para situações da realidade que demandam transformações. Sendo os modelos gerenciais, das diversas instituições representativas nos diferentes níveis de decisão (no sentido de organizações, tanto civis quanto do Estado, de âmbito local, regional, nacional ou transnacional), incompatíveis com uma perspectiva de gestão de processos como mediação de conflitos, dado aos diferentes interesses na apropriação e uso de recursos ambientais por pessoas, grupos, segmentos sociais ou mesmo países e regiões, se fazem necessárias novas formulações que implicam mexer fundo nas bases conceituais que formam os padrões referenciais de consumo, de bem-estar, de riqueza e de felicidade. Isto implica, necessariamente, reaprender o mundo, reconstruir relações e valores, portanto, produzir novos conhecimentos.

Vale a pena citar que, em chinês, a crise é entendida por dois ideogramas que significam “problema” e “oportunidade”.

## Sobre a fragmentação do conhecimento

*“toda nossa atividade cognitiva, nossa pesquisa de conhecimento, é, no fundo, uma procura de certeza, seja em filosofia, seja em ciência ... no fim do século passado, e ao longo deste século, a filosofia deparou-se com este problema da crise dos fundamentos... hoje em dia podemos dizer: não há nenhum fundamento único, último, seguro do conhecimento.”<sup>6</sup>*

O termo conhecimento, para o senso comum, tem sido utilizado com conotações diversas, passando por idéias, noção, notícia, informação,

---

<sup>6</sup> PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, E. P., (Org.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-22.

prática de vida, experiência, discernimento, instrução, erudição, consciência, cultura, saber ou ciência.

Estaremos usando o termo conhecer no sentido da apreensão do “objeto” pelo pensamento, como o atributo que tem os seres humanos de reagir ativamente aos estímulos do mundo circundante, na medida de sua organização sociocultural. Assim, o conhecimento se dá pela capacidade de a pessoa, na qualidade de ser social, estabelecer nexos de relações dos “objetos” com o seu meio, nexos estes considerados elementos estruturais, logicamente estabelecidos, que conformam as referências para os conceitos que cumulativamente configuram o arcabouço dos saberes que, sendo historicamente construídos, determinam os conhecimentos acumulados pela humanidade.

Paulo Freire coloca, com muita propriedade e com profunda percepção poética, o significado do saber na constituição da existência ao afirmar que:

*“na história da experiência de viver que caracteriza a experiência dos outros animais, das árvores e da experiência humana, nós, homens e mulheres fomos os únicos capazes de inventar a existência.*

*O momento em que a vida foi virando existência se situaria precisamente quando a vida se soube vida: quer dizer, quando o ser vivo virando ser existente se soube vivendo e foi capaz de pensando, falar o pensamento preso ao concreto e ao real. Nesse momento, a vida não apenas se soube vida, mas soube que sabia. Aí começa a possibilidade da distorção e da deterioração da vida que possibilitou a existência.*

*A invenção da existência deu-nos a possibilidade de estarmos não apenas no mundo, mas com o mundo. Eu posso mudar o mundo e é fazendo isso que eu me refaço. É mudando o mundo que eu me transformo também”.*<sup>7</sup>

Assim, a possibilidade de interagir e de apropriar-se do mundo os elementos vitais da biosfera, gerou os homens e as mulheres, que criaram a possibilidade da existência, que inventou a humanidade.

A existência constitui-se sobre e a partir dos saberes acumulados pela humanidade ao longo de sua história. Estes saberes, que caracterizam

---

<sup>7</sup> Palestra proferida na Universidade de Campinas.

o arcabouço de conhecimentos acumulados pelos seres humanos ao longo de sua trajetória histórica, traz-nos os desafios de pensarmos a fragmentação do conhecimento e a dicotomia ser-cultural/ser-natural, que a meu ver aponta para uma equivocada noção do desgarramento da humanidade, da natureza<sup>8</sup>, principalmente quanto à crença de que o desenvolvimento científico e tecnológico venha a apontar soluções para o desafio dos problemas emergentes de fontes alternativas de energia e de superação do esgotamento de recursos naturais para suprir as necessidades do desenvolvimento em larga escala, tornando o processo de sobrevivência cada vez menos dependente da base natural de sustentação.

Consideramos que a emergência da questão ambiental revivifica o conceito de humanidade, reinstituindo a perspectiva de uma nova ética, de uma ética de preservação da vida, da necessidade de revitalização da dignidade humana. Esse processo nos obriga a repensar os conceitos básicos que fundaram o processo civilizatório. A partir de uma perspectiva epistemológica positivista, utilizou-se do método científico para constituir todo um arcabouço teórico respaldado pelas ciências, como o grande império da verdade, buscando fundamentos absolutamente garantidos através dos quais se poderia desenvolver o conhecimento e o pensamento.

Segundo Edgar Morin, *“no domínio da ciência, ou das ciências, podemos dizer que havia três idéias poderosas que, de algum modo, davam esta certeza de ter um conhecimento verdadeiramente pertinente. A primeira era a idéia de ordem. O universo é ordenado. O universo obedece a um determinismo universal e se, às vezes nos parece que nele há um acaso, é que não conhecemos o suficiente, nosso conhecimento é infinito. (...) O conhecimento, por outro lado, era também baseado no princípio*

---

<sup>8</sup> Carl Sagan, a partir de uma interessante análise, expressa na publicação *Pálido ponto azul: o futuro da humanidade no espaço* - tradução de Roseana Eichemberg - São Paulo, Companhia de Letras 1996, nos obriga a refletir o destino, o que será da humanidade daqui a 1.000 anos? Terão nossos remanescentes a opção de construir novas perspectivas de existência em outros planetas ou mesmo em outros sistemas solares?

*da separação. Já no plano do pensamento filosófico, ou do pensamento em geral, Descartes havia fundado os progressos do conhecimento na capacidade de separar as dificuldades umas das outras, resolvê-las sucessivamente, de maneira a bem resolver um problema (...) além da razão. Que significava a razão nessa lógica? Era uma coerência autenticada especialmente pela obediência aos princípios clássicos, não apenas de dedução, ou indução, mas também os princípios da contradição, da identidade, do terceiro excluído e, portanto, uma vez que uma teoria obedecia a essas regras, obedecia à razão. Eis o que parecia constituir o fundamento absolutamente incontestável do saber”<sup>9</sup>*

Podemos observar, pelas palavras de Edgar Morin, que estas considerações confirmam, de alguma forma, que no desenvolvimento das ciências, a separação das disciplinas, umas das outras, circunscreve um domínio disciplinar para fazer progredir o conhecimento sem levar em conta as interferências do meio, do ponto de vista de uma estratégia de simplificação de análise.

Por outro lado, a idéia de experimentação, que em última instância valida os resultados da teoria, permite que se tire um corpo do seu meio natural, separando-o e colocando-o em um outro meio onde se tenha controle das variáveis que possam interferir nas observações, ou seja, controlar as condições de contorno, as influências do meio sobre o objeto. Assim, fazendo-se variar um certo número de determinações que permitam analisar as reações decorrentes da interação, pode-se fazer inferências sobre as características do objeto, portanto, conhecê-lo.

Esta proposição, do caráter da experimentação diante do método científico, se for sempre validado por uma nova experiência, que realizada sob condições idênticas encontre os mesmos resultados, independentemente das interferências do observador que a realize, então se caracterizará como uma verdade científica.

---

<sup>9</sup> PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, E. P., (Org.). op. cit. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 22.

Contudo, foi no bojo das próprias ciências que surgiram os elementos vitais para uma transformação profunda, como coloca Edgar Morin<sup>10</sup> *“a partir do início de século ocorre algo de realmente revolucionário no campo da ordem e da certeza: é o surgimento da desordem e da incerteza”*.

Quando Boltzman, em meados do século XIX, ao analisar a agitação ao acaso das moléculas, devido a fenômenos caloríficos, anuncia a 2ª Lei da Termodinâmica onde, com o tempo, a entropia tende a crescer, ou seja, haverá sempre uma perda de energia em calor quando da realização de um trabalho, o que determina uma tendência à desintegração do que é ordenado, portanto, introduz um elemento de desordem no princípio determinístico da ordem.

Por outro lado, Heisenberg no início do século XX, ao trabalhar com fenômenos relativos à observação do elétron, conclui que o observador sempre irá interferir no elétron ao realizar uma observação, portanto, irá introduzir um elemento de imprecisão, logo, põe em causa a independência dos resultados da observação em relação ao observador, ficando caracterizado o Princípio da Incerteza de Heisenberg.

O problema da separabilidade é ainda posto em xeque, com o surgimento das ciências sistêmicas, onde os estudos da cosmologia, da meteorologia, da geologia, da ecologia ou das ciências humanas exigem contextualização, situações em que o meio conforma sistemas organizados em um certo número de propriedades observáveis no sistema, não se encontram nos elementos que constituem o sistema, quando tomados isoladamente, portanto, se perdem quando circunscritos ao domínio de um único campo de análise ou de uma disciplina.

Sobre a pesquisa escreveu Einstein: “os fatos que as experiências colocam [diante do cientista] não lhe permitem, ao erigir seu mundo conceitual, que ele se prenda em demasia a um dado sistema epistemológico. Em conseqüência, o cientista aparecerá, aos olhos do

---

<sup>10</sup> PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, E. P., (Org.). op. cit. p. 23

epistemologista que se prende a um sistema, como um oportunista inescrupuloso...”<sup>11</sup>. Um meio complexo, onde haja elementos surpreendentes e imprevistos, reclama procedimentos complexos e desafia uma análise apoiada em regras que foram estabelecidas de antemão e sem levar em conta as sempre cambiantes condições da História.

É possível, naturalmente, simplificar o meio em que o cientista atua, através da simplificação de seus principais fatores, afinal de contas “a história da ciência não consiste apenas de fatos e de conclusões retiradas dos fatos. Contém, a par disso, idéias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, e assim por diante. Análise mais profunda mostra que a ciência não conhece “fatos nus”, pois os fatos de que tomamos conhecimento já são vistos sob certo ângulo, sendo, em consequência, essencialmente ideativos. Se assim é, a história da ciência será tão complexa, caótica, permeada de enganos e diversificada quanto sejam as idéias que encerra; e essas idéias, por sua vez, serão tão complexas, caóticas, permeadas de enganos e diversificada quanto as mentes dos que as inventaram. Inversamente, uma pequena lavagem cerebral muito fará no sentido de tornar a história da ciência mais insípida, mais simples, mais uniforme, mais ‘objetiva’ e mais facilmente acessível a tratamento por meio de regras imutáveis.

A educação científica, tal como hoje a conhecemos, tem precisamente esse objetivo. Simplifica a ciência, simplificando seus elementos: antes de tudo, define-se um campo de pesquisa; esse campo é desligado do resto da História (a Física, por exemplo, é separada da Metafísica e da Teologia) e recebe uma ‘lógica’ própria. Um treinamento completo, nesse tipo de ‘lógica’, leva ao condicionamento dos que trabalham no campo delimitado; isso torna mais uniforme as ações de tais pessoas, ao mesmo tempo em que congela grandes porções do processo histórico. ‘Fatos’ estáveis surgem e se mantêm, a despeito das vicissitudes da História. Parte essencial do treinamento, que faz com que fatos dessa espécie apareçam, consiste na tentativa de inibir intuições que possam implicar confusão de fronteiras. A religião da

---

<sup>11</sup> EINSTEIN, A. *Albert Einstein: Philosopher-scientist*. v. VII. Ed. P. A. Schlipp, 1951. p. 683.

pessoa, por exemplo, ou sua metafísica ou seu senso de humor (seu senso de humor natural e não a jocosidade postiça e sempre desagradável que encontramos em profissões especializadas) devem manter-se inteiramente à parte de sua atividade científica. Sua imaginação vê-se restringida e até sua linguagem deixa de ser própria, e isso penetra a natureza dos “fatos” científicos, que passam a ser vistos como independentes de opinião, de crença ou de formação cultural”<sup>12</sup>.

Neste sentido, um novo olhar sobre a realidade, a partir de uma análise sistêmica, fundada na teoria da complexidade, exige uma visão transdisciplinar para dar conta do entendimento dos fenômenos emergentes da questão ambiental. Assim, as questões ambientais exigem, para uma análise mais consistente, uma abordagem multidisciplinar, onde a interdisciplinaridade, como aporte cooperativo das diversas áreas do saber, possa contribuir para a construção de uma visão mais consistente para os desafios da relação sociedade X natureza, que funda novos conceitos, desafiando os paradigmas vigentes.

Os desafios contemporâneos têm exigido repensar as ciências, de produzir ciência com consciência, de uma reaproximação com a filosofia, buscando superar a fragmentação do conhecimento que caracteriza as áreas disciplinares, alicerçadas pelos postulados cartesianos. Tem-se clareza, hoje, quanto ao segundo postulado de Descartes — para o qual deve-se dividir as dificuldades ou os problemas do universo a ser pesquisado em tantas partes quantas forem necessárias para seu entendimento — que muito se perde sobre o conhecimento do fenômeno como um todo, quando da abordagem disciplinar, levando-se em conta que a soma das partes, como contribuição das formulações particularizadas das diferentes áreas do saber, não possibilita uma compreensão do todo.

Tem em conta que todo trabalho científico envolve necessariamente um posicionamento metodológico, entendido como uma armação lógico-teórica para a análise e reflexão, faz-se necessário articular

---

<sup>12</sup> FEYERABENDE, P. K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. p. 20-21.

esforços das várias áreas do conhecimento numa avaliação acima das divisões entre as diferentes ciências, que se originam de formas próprias de enfocar uma realidade, em si mesma, múltipla e indivisível, evitando-se os recortes analíticos na forma de uma estratégia de fazer contribuir as diversas áreas do conhecimento.

## Implicações da crise na (re)formulação dos saberes

Tomamos o conceito como uma unidade nos termos do qual se pensa uma unidade menor do que um julgamento, proposição ou teoria, mas que forçosamente toma parte neles. Mas o conceito não é de forma alguma a unidade última ou indivisível porque pode ser aumentada ou diminuída pela adição ou subtração de alguma característica, portanto, os conceitos são formulações dinâmicas de um espaço-tempo historicamente construído por um grupo social.

Se considerarmos que o conceito tem um papel relevante na organização das idéias, que estabelece a construção gradativa do pensamento como elo de organização das atividades representativas que fazemos do mundo, que em última instância constitui o conhecimento, veremos que a crise ambiental tem profundas implicações na conformação dos saberes, uma vez que os conceitos ficam relativizados pela alteração de seus elementos constitutivos, o que nos obriga a repensar os marcos teóricos e paradigmáticos do mundo contemporâneo.

No momento de grandes transformações, em que as referências básicas que fundamentam as bases epistemológicas das ciências se relativizam, onde as incertezas provocam profundos abalos na constituição do conhecimento, obrigam a uma perspectiva dialógica perante os diferentes saberes.

Por outro lado, haveremos de considerar que se as ações dos humanos transformam o meio, as condições do meio determinaram a riquíssima variabilidade em suas feições e características, ocasionando ainda diferentes comportamentos, atitudes e o desenvolvimento de habilidades dos diversos grupos ao longo dos processos históricos, nos diferentes espaços sociogeográficos, numa determinação simbiótica cultura-ambiente/ambiente-cultura.

Neste sentido tomaremos uma conceituação ampla e abrangente de cultura<sup>13</sup> entendida como *“todo sistema ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, que privilegia não só os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico e/ou artístico, mas também toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção inseridas na dinâmica do cotidiano. Cultura, portanto, vista como um processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto — habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra — em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e do espaço ecológico em que tal produto se encontra inserido. Nesse processo, destacam-se alguns bens culturais — aqueles fortemente impregnados de valor simbólico e continuamente reiterados — ao lado de outros, manifestações em processo que se constituem em evidências da dinâmica cultural. É na interação entre os contextos que elegend e desenvolvem esses bens que se instaura a tensão criadora que impulsiona o processo cultural”*.

A partir destas formulações do conceito de cultura, consideramos que a emergência das questões ambientais recoloca a importância de revitalizar as soluções e concepções que os diferentes povos forjaram ao longo da intensa convivência com o meio ambiente, construindo historicamente respostas que consagram diferentes cosmovisões, instituindo diferentes saberes e fazeres, portanto, diferentes culturas e valores.

Desta riqueza que caracteriza a diversidade e pluralidade de culturas, portanto, das múltiplas soluções das formas de enfrentamento das realidades socioambientais, é que acreditamos ser possível reinventar novos saberes e fazeres para instituir, numa perspectiva dialógica, a construção de um nova ética.

---

<sup>13</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Cultura. **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. 1981.

*Instituir esta nova ética significa superar a ética vigente:*

- *dos interesses imediatos, de uma racionalidade cartesiana - para uma razão substantiva;*
- *acima dos interesses imediatos e reverentes - para uma racionalidade orgânica, relacional e sistêmica.*

Portanto, contribuir para a construção dessa nova referência significa ter a sabedoria de fazer respeitar e refletir o ser diferente, na perspectiva da enriquecedora possibilidade que a pluralidade e diversidade de saberes e fazeres, que consagram a natureza da existência do humano, possa oferecer alternativas para se instituir novas possibilidades e respostas aos desafios das relações sociedade X natureza.

# Crise ambiental e educação

**Marcos Sorrentino**

*Professor do Departamento de Ciências  
Florestais da ESALQ/USP, e membro do  
Instituto Ecoar para a Cidadania.*



A questão da “crise ambiental” suscita o debate de três temas denominados por alguns autores (Ferreira, 1997; McCormick, 1992; Paehlke, 1989, entre outros) como centrais nas distintas fases do ambientalismo. Deles podemos derivar sugestões de métodos, objetivos e atividades educacionais que contribuam na construção de sociedades sustentáveis.

O primeiro deles é o de sobrevivência. Se durante séculos na história da humanidade esteve ligado à conquista de alimentação, moradia e condições básicas de vida para todos, após a Segunda Guerra mundial, passa por uma significativa ampliação na abrangência e qualidade dessas demandas.

Os ideais que as várias revoluções colocaram nas ruas já não são suficientes, já não mobilizam como em outros momentos de nossa história. Autores como José Miguel Wisnick (1987) Marshal Berman (1987) e Roger Garaudy (1981) falam sobre estarmos buscando uma revolução que venha após todas as revoluções, de uma religião após todas as religiões, mas que na loja pós-moderna, encontramos apenas utopias descartáveis. Então compra-se a utopia do *new age*, do *punk* e outras utopias temporárias — e nenhuma delas fala tão fundo ao nosso coração quanto falaram as revoluções socialista e francesa, dentre outras. Também os diferentes ideais religiosos como o cristianismo, o taoísmo, os ideais expressos por Zoroastro, enfim, os vários ideais religiosos na história da humanidade também agora não nos mobilizam como o fizeram

em outras ocasiões. Outra fonte de ideais e repostas às questões existenciais na história da humanidade, segundo Garaudy (1987), está na Ciência, mas como diz Simone Weil (1979), as esperanças que nossos antepassados depositaram nela se esvaíram com a percepção de que estava mais a serviço da guerra e da manutenção do poder do que voltada à resolução da fome e de outros problemas da humanidade.

O que parece estar emergindo após a Segunda Guerra mundial é a noção de que a sobrevivência está associada a um pacto que não basta ser entre os humanos, ou entre os humanos e suas divindades. Um pacto entre os humanos e seu ambiente, um pacto com os espaços onde ele vive. Michel Serres (1991), no livro *O Novo Contrato Natural*, (que nos remete ao *Novo Contrato Social* de Rousseau) solicita que imaginemos um quadro onde dois espadachins estão lutando e nos diz que durante séculos fixamos os olhos na luta dos dois, o cinema filmava a luta, contava histórias, mas sempre se fixava na luta e na vida de um (geralmente do vencedor). Nos últimos trinta, quarenta anos, começamos a olhar para o cenário, para o pano de fundo, e a pensar a relação entre os dois espadachins e deles com o espaço onde vivem. Começamos a ter um olhar diferente — e isso podemos constatar no cinema e nas artes em geral — como se descentrando o foco somente do humano que está nesse quadro e olhando para o espaço onde estão esses humanos, para a relação deles com o espaço que ocupam. Tem árvore nesse quadro? Há um córrego passando ali? E começamos a ver a proliferação de literatura sobre isso.

Outro dia estava lendo um livro chamado *História da Floresta*, onde o autor vai contando a história da relação dos seres humanos com a floresta, com as árvores, algo que tem passado despercebido por nós. Vejam, por exemplo, o caso da guerra de Tróia. Não é comum uma leitura dessa guerra do ponto de vista do esgotamento dos recursos naturais. O assoreamento do rio que passava em torno da cidade de Tróia faz com que hoje os visitantes cheguem a essa região a pé, quando o cavalo de Tróia chegou até ali transportado através da água, numa embarcação. Assoreamento ocasionado pelo corte das árvores, que eram cobijadas por ambos os lados, em guerra, das margens do rio à montante de Tróia. Crises e lutas envolvendo romanos, gregos e outros povos foram

decorrentes do esgotamento dos recursos naturais. Os cristais da ilha de Murano, as saunas que os romanos utilizavam e outros aspectos curiosos daquela cultura foram responsáveis pela extinção de enormes florestas de toda a Europa e dos países que iam sendo dominados. Qual energia tocava aquelas caldeiras para aquecer a água que os romanos utilizavam em suas saunas? O autor vai mostrando que as florestas da Alemanha, da França e da Itália foram se esgotando e isso foi causando a necessidade de novas lutas, guerras contra outros povos, também em busca de árvores para alimentar as caldeiras, fazendo com isso avançar as fronteiras das regiões habitadas ou controladas por eles.

Enfim, voltando ao tema, a questão da sobrevivência hoje para nós tem na sua pauta de discussão a relação nossa com o ambiente — eu ia falar sobre os recursos naturais, mas na verdade é mais do que a respeito dos recursos naturais. Ela tem na nossa agenda o debate sobre como encaramos os outros seres que coabitam esse planeta. Discussões a respeito da nossa postura antropocêntrica — “tão importante quanto o humano é qualquer outra espécie que aqui habita” ou “somos o centro do universo e enquanto humanos devemos nos preocupar prioritariamente com a nossa espécie”. O problema é que, sem as outras, a nossa espécie não sobrevive. Não temos (ainda, segundo alguns), tecnologias para prescindirmos dos sistemas naturais, para fazermos uma grande estufa na lua e irmos morar lá sem dependência nenhuma de todos os elementos naturais. Então, mesmo nos considerando o centro do planeta, temos de levar em conta a nossa relação com esses seres, com esses elementos.

A questão da sobrevivência, mais do que nunca, está na nossa agenda de preocupações, com o aquecimento global e as mudanças climáticas. Hoje, os cientistas tendem a concordar com a constatação de que o planeta está aquecendo-se e suas conseqüências serão sentidas com muita ênfase nos próximos quinze anos. Carlos Nobre, pesquisador do INPE, em uma palestra dizia (a partir do Protocolo de Kyoto e dessas convenções internacionais sobre clima) que o *El Niño* é só a ponta do *iceberg*. O *El Niño* foge do nosso controle, é uma mudança periódica sobre a qual nós não temos interferência, mas o aquecimento global é resultado direto do nosso modo de vida, do nosso modelo de

desenvolvimento. E sobre ele podemos interferir, atenuar os impactos desse aquecimento global e revertê-lo, no longo prazo, se desde já passarmos a ter atitudes incisivas nesse sentido. Atitudes que vão desde o plantio de árvores, que é a menor parte do problema, até a questão da redução de emissão de CO<sub>2</sub> através de mudanças na nossa matriz energética, de transportes, de práticas na agricultura etc.

O segundo tema é o da participação. Ela está no centro das discussões sobre a Agenda 21 local, nos debates sobre ética e responsabilidade pública, e nos distintos fazeres educacionais relacionados com a temática ambiental.

Lembro, a propósito, de duas entidades ambientalistas que foram convidadas para escreverem as aulas do Telecurso 2000 sobre Educação Ambiental, mas acabaram se indispondo com a Fundação Roberto Marinho. Uma das propostas para as aulas era a compreensão da educação ambiental como sinônimo de participação. Levantou-se a questão de que, dessa forma, estariam empobrecendo o tema, pois participação é somente uma das dimensões da educação ambiental. A outra dimensão, com certeza, é a da sobrevivência. Não ignoravam que a agenda política da participação não era suficiente. Com a evolução da discussão chegou-se à conclusão, de que, mesmo não sendo suficiente, ela era uma dimensão essencial, pelo menos para uma modalidade ou para um tipo de fazer educativo que visualiza a impossibilidade de sobrevivência ou de um futuro melhor, se não houver o envolvimento de cada um dos humanos que estão nesse planeta.

Participação significa, do ponto de vista dos ambientalistas, especialmente os da América Latina, enfatizar a questão educacional, debatendo liberdades democráticas e modelos de gestão — como administrar nossos espaços comuns, desde os microespaços cotidianos na família, na casa, no bairro, etc. até o planeta.

O que a Rio-92 teve de mais significativo, em minha opinião, foi a generalização da percepção de que temos os nossos destinos interligados. Isso já estava presente quando, na década de 60, os astronautas chegaram à lua e muita gente ficou emocionada, dizendo: puxa, como o nosso planeta é pequeno e como podemos dele nos distanciar e vê-lo em toda a sua beleza e finitude. A Rio-92 significou

a necessidade de pensarmos a gestão coletiva deste planeta e a possibilidade de a Organização das Nações Unidas, com as precariedades e críticas que podemos fazer a ela, vir a ser o embrião de um governo planetário.

Os ambientalistas, de forma irônica, questionaram: “um governo planetário que vai ter os Estados Unidos como o bom mocinho e que vai interferir em todos os países do planeta dizendo que é bom fazer isso, é ruim fazer aquilo?”

Ao mesmo tempo que queremos uma gestão planetária que possibilite a coexistência de cinco ou seis bilhões de habitantes, queremos a nossa autonomia, queremos o nosso direito à livre opção. Então, já anuncio o terceiro tema que está presente na crise ambiental: o da emancipação. Ao mesmo tempo que buscamos a construção de espaços coletivos de decisão, e a participação está muito ligada a isso, queremos autonomia para decidirmos nossos caminhos. É necessário mecanismos de decisão e participação, que respeitem os direitos individuais e coletivos, da instância local à planetária.

Quando nos solicitam para qualificarmos emancipação, certamente serão lembradas as demandas relacionadas com a emergência do sujeito, a individualidade, subjetividade e espiritualidade, mas é na tensão entre autonomia e interdependência que podemos encontrar os melhores indicadores sobre os caminhos a serem seguidos na definição de processos educacionais e no delineamento de uma ética que possibilite tal emancipação.

Castoriadis (1998) afirma: “o objeto da verdadeira política é transformar as instituições, mas transformá-las de maneira que estas eduquem indivíduos para a autonomia (...). Somente uma comunidade autônoma pode formar indivíduos autônomos — e vice-versa, daí o paradoxo para a lógica corrente. Veja um dos aspectos deste paradoxo: a autonomia é a capacidade de questionar uma instituição da sociedade — e é esta instituição que, através sobretudo da educação, deve nos tornar capazes de questioná-la”. Paradoxo semelhante está colocado por uma modernidade e uma ecologia que tornam claro o “nosso futuro comum”, a nossa interdependência planetária e a necessidade de cultivar, em cada um, o sentimento de responsabilidade global, exigindo ao mesmo tempo um compromisso de atuação cotidiana na construção de sociedades

sustentáveis. Tal compromisso passa pela identificação do indivíduo com os desafios colocados e com o projeto utópico coletivo; passa pelo sentimento de “pertencimento” e pela vontade de potência para agir. Somente uma ética que coloque a autonomia como horizonte de busca constante, enfrentando o necessário, pertinente e constante diálogo com a interdependência e, portanto, com as possíveis limitações à autonomia, é que pode nos manter na trilha desta emancipação.

Voltando ao segundo princípio, é necessário enunciar o que entendemos por participação. Participação pode ser um “chavão” que se presta a múltiplas compreensões.

Lembro, a propósito, de um Governador de São Paulo, em 1983, acolhendo a reivindicação da sociedade civil brasileira por mais participação, já que estávamos no fim de um longo regime ditatorial em que a sociedade era excluída das decisões do Estado. Isso despertou o entusiasmo de muitas pessoas que viram aí a possibilidade de um envolvimento mais efetivo do Estado com um discurso que estava marginalizado. Quando começamos a participar, no meu caso, no Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, que acabava de ser criado, fomos com muita sede ao pote, animadíssimos e verificamos que não era bem isso, que não havia total sintonia entre a participação que o Consema e o governo Montoro estavam propondo e aquela participação que os ambientalistas reivindicavam. Não queríamos um Conselho que fosse só “consultivo”, não queríamos ser menos de um terço dos votantes, precisávamos de um Conselho que nos apoiasse na difícil tarefa de representar, sem condições básicas de comunicação com toda a base de representados. No governo seguinte, os ambientalistas renunciaram à participação nesse Conselho Estadual. Não estou fazendo juízo de valor, dizendo ter sido positiva ou negativa a experiência neste Conselho, mas procuro mostrar que existem muitas interpretações sobre o que é participação. Então precisamos qualificar a participação sobre a qual estamos falando.

Na minha experiência ela pode ser decomposta em pelo menos cinco dimensões.

Uma primeira, sobre a qual temos, na maioria das vezes, poucas condições de interferência, mas que é essencial, é a da infraestrutura básica para a participação. Não adianta dizer que tal pessoa

não quer participar, quando na verdade o que acontece é que ela mora a três horas de distância, lá na periferia de um grande centro urbano e o local de decisão é em um bairro no extremo oposto da cidade. Então, essa pessoa tem de tomar três ônibus, às vezes, sem ter condições para isso, enfrentar trânsito, perder muitas horas. Há condições básicas de infra-estrutura que viabilizam a participação ou a inviabilizam.

A segunda é a da disponibilização de informações. Não podemos cair no discurso demagógico que diz: participação é estarmos juntos numa mesma sala decidindo sobre algo, ou é votar no plebiscito no final do ano, se nós não recebermos informações suficientes sobre o que tem de positivo e negativo em cada uma das opções colocadas. Um professor da Universidade de São Paulo, Dalmo Dalari, falava que temos uma oportunidade ímpar na história da humanidade de promovermos a participação de todos a todo momento. Da mesma forma que vamos à casa lotérica e participamos apostando nos times que vão ganhar, isso pode ser feito a respeito de qualquer questão pública. Vamos construir uma escola pública no bairro? O que os moradores do bairro acham disso? Uma vez por semana, por mês ou por ano, a pessoa tem a oportunidade de ir à casa lotérica ou a algum local público do bairro, apertar um botãozinho, e dizer se quer a escola ou prefere dar outra utilização para o recurso público destinado ao bairro. Antes do dia da votação os canais de televisão, as rádios comunitárias e outros meios de comunicação promoverão a difusão de informações e o debate sobre as diversas posições a respeito do assunto. A disponibilização de informações é uma condição essencial para que possamos falar ou não em participação.

A terceira dimensão é a da existência de espaços de locução. Não basta disponibilizar informação, é necessário que as pessoas possam dialogar sobre essas informações, trocar idéias, sentimentos e afetividades, possam se sentir envolvidas com aquela temática. Então, espaços de locução implicam desde a reunião periódica das pessoas que estão relacionadas com aquela temática, até a possibilidade de você se comunicar com várias outras pessoas por internet ou outros meios, transmitindo, recebendo informações e dialogando sobre isso.

A quarta dimensão seria a da tomada de decisão. Vemos muito a questão da participação parando na terceira dimensão, quando não se negligencia já na primeira. Mas quando se chega na questão da tomada de decisão, normalmente se ouve que “não, aí vocês estão querendo demais. Consultamos vocês, discutimos as questões que estão em pauta, mas quem decide somos nós”. Lembro outra vez do Consema, quando numa reunião o seu então presidente e Secretário do Meio Ambiente, arquiteto Jorge Wilhelm, dizia que representava ali um governo eleito democraticamente com milhões de votos, e que os conselheiros representavam somente o setor da sociedade que os havia indicado e, portanto, ele tinha mais legitimidade para dar a palavra final sobre os assuntos sobre os quais éramos consultados. Para nós isso foi um “balde de água fria” porque achávamos que havia uma possibilidade, uma perspectiva de participação na tomada da decisão. Então é necessário explicitar qual é o limite dessa participação. Não é possível todo mundo participar de tudo a toda hora. Norberto Bobbio tem um livro interessante onde fala que na democracia todo mundo vai para a praça pública e levanta a mão dizendo se quer isso ou aquilo. É impossível na nossa sociedade. Então, precisamos criar mecanismos de representatividade, mas, mais do que isso, precisamos definir quais são os limites de decisão para cada assunto e para cada grupo.

A quinta dimensão é a da subjetividade. Não há participação sem que as pessoas se sintam comprometidas, envolvidas com aquela situação. Você pode ter condições objetivas para participar, pode ter disponibilização de informações, espaços de locução, possibilidades de tomada de decisão, mas se a pessoa não estiver comprometida de corpo e alma com aquilo, ela vem à reunião, decide, mas continua “tudo como dantes...”. “Tudo se passa como nada se passasse”, ela vai para casa e ao escovar os dentes, liga a água e a deixa escorrer à vontade, porque de fato não está preocupada com isso, nem comprometida com as decisões sobre conservação dos recursos hídricos tomadas na reunião e qual a relação disso com o cotidiano dela. Em termos ambientais também participa o indivíduo que no seu cotidiano está sendo solidário com todos os habitantes do planeta. Então, a questão da participação necessita ter essa quinta dimensão, que é a do “pertencimento” — do sentir-se

pertencente ao local, ao planeta, à humanidade e sentir que tudo isto lhe diz respeito.

A questão da participação passa a ser procurada no cotidiano, incorporando essas cinco dimensões, procurando a cada instante, em cada fórum, em cada grupo do qual participamos, estar incorporando todas essas dimensões sem afirmações precipitadas do tipo: aquele cara é alienado, ele não participa mesmo. Vamos dar condições para as pessoas estarem dentro. E dar condições nos microespaços cotidianos e no sistema planetário de gestão, significa avançarmos no sentido de primeiro conceituarmos o que é participação e em seguida, promovermos a sua efetivação.

Partindo do debate sobre esses três temas — participação, sobrevivência e autonomia — nos perguntamos: em que medida estão presentes nas práticas de educação ambiental e como podem ser incrementados?

Os distintos fazeres educacionais relacionados à temática ecológica/ambiental podem ser sistematizados com finalidades estritamente didáticas em quatro ou cinco correntes, conforme proponho no artigo que encaminho, a seguir. O desafio que enfrentamos é o de pensar esses três princípios dentro dessas correntes. Como são tratados? Como poderiam ser tratados? É possível, independentemente da porta de entrada que nos aproxima da educação ambiental, a incorporação desses três princípios?

Haverá argumentos em defesa de todas as opiniões, paixões, hipóteses e teses. Adianto minha posição defendendo a multirreferencialidade (Barbosa, 1998) como o tratamento mais adequado para o enfrentamento de sistemas complexos (Morin, 1993), no entanto, isto não implica a aceitação do “tudo é relativo”, ou do “tudo é válido”. Quando os recursos são escassos e o tempo exige definições, precisamos optar sobre como utilizá-los das formas mais eficientes e eficazes.

Sobre essas opções construiremos a continuidade de nosso diálogo.



## Referências bibliográficas

BARBOSA, J.G. , (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: UFSCar, 1998.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FERREIRA, L. da C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: **Incertezas da globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

GARAUDY, R. **Apelo aos vivos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MORIN, E. et al. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: UFSC, 1993.

PAEHLKE, R. C. **Environmentalism and the future of progressive politics**. Yale: University Press, 1989.

PERLIN, J. **História das florestas**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SORRENTINO, M. **Vinte anos de Tbilisi, cinco da Rio 92**: educação ambiental no Brasil. In: . São Paulo: CEDEC, jun/set, 1997 (Debates socioambientais).

SORRENTINO, M.; TASSARA, E. T. de O. Educando para o desenvolvimento sustentável. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WISNICK, J. M. Visões apocalípticas e novas utopias. In: **A virada do século**. São Paulo: UNESP, 1987.

# De Tbilisi a Thessaloniki: A educação ambiental no Brasil

Marcos Sorrentino

*“Devemos decidir a paz entre nós para  
salvaguardar o mundo e  
a paz com o mundo, para nos salvaguardar”.*  
Serres (1991)



# E

m 1992, escrevi um artigo sobre a “situação atual e as perspectivas da educação ambiental no Brasil”. Na ocasião, ponderei sobre a dificuldade desta tarefa, em função das dimensões e diversidade do país e da falta de tradição de comunicação entre os educadores ambientais.

A dificuldade continua a mesma, mas é preciso que os educadores ambientais falem o que pensam a respeito do tema, como forma de colaborar para o debate que influencie políticas públicas que respondam às necessidades dos que trabalham, pensam e fazem educação ambiental no Brasil. A minha intenção, neste artigo, é contribuir para esse diálogo.

Em 1992, fundamentado no que foi vivenciado durante o Segundo Fórum de Educação Ambiental e no processo de elaboração com ao Fórum Brasileiro de ONGs, do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, e ainda, no apoio de pouco mais de uma dezena de educadores ambientais de todas as regiões do país, pude afirmar que havia uma grande riqueza e diversidade de ações educacionais voltadas à questão ecológica/ambiental, animadas por distintos atores, destacando-se entre eles as iniciativas de associações de cidadãos, professores e indivíduos isolados.

Hoje posso dizer que ampliaram-se e diversificaram-se os proponentes de iniciativas na área. Mais e mais órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e internacionais iniciaram seus programas de educação ambiental. Empresas e escolas criaram setores e/ou passaram a apoiar projetos educacionais voltados à

temática, surgiram organizações não-governamentais com o objetivo principal relacionado à educação ambiental e outras mais antigas passaram a desenvolver projetos na área. E, aparentemente, multiplicaram-se as iniciativas de indivíduos isolados, professores, profissionais de diversas áreas e cidadãos, sensibilizados pela questão ambiental. Isto pode ser detectado nos projetos encaminhados para obtenção de financiamento e parcerias; na determinação de bancos internacionais de disponibilizar recursos para obras, mediante a existência de projetos de educação ambiental, nos eventos, publicações e trabalhos acadêmicos na área, no acompanhamento das atividades da Rede Brasileira de Educação Ambiental, durante os encontros prévios ao IV Fórum, quando centenas de pessoas participaram apresentando trabalhos e manifestando sua intenção de cooperar na formação de redes estaduais voltadas ao fortalecimento das educações ambientais que se realizam no país.

A partir dessas observações, procurei interpretar os diversos fazeres educacionais voltados à questão ambiental, classificando-os em quatro grandes correntes: “conservacionista”, “educação ao ar livre”, “gestão ambiental” e “economia ecológica”.

A primeira, bastante presente nos países mais desenvolvidos, ganha grande impulso com a divulgação dos impactos sobre a natureza, causados pelos atuais modelos de desenvolvimento. Com o passar dos anos serve como estímulo às reflexões de muitos ambientalistas sobre as causas e conseqüências da degradação ambiental e para o engajamento em movimento que classifiquei na terceira corrente. Sua penetração no Brasil se dá a partir da atuação de entidades conservacionistas como a UIPA e a FBCN, e da primeira tradução para o português de um livro (Tanner, 1978) sobre educação ambiental.

A segunda já tinha seus adeptos entre nós com os antigos naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de espeleologia, caminhadas, montanhismo, acampamentos e outras modalidades de esporte e lazer junto a natureza, ganhando uma dimensão assumidamente de educação ambiental, mais recentemente, com alguns grupos de “caminhadas ecológicas”, “trilhas de interpretação da natureza”, “turismo ecológico” e outros nomes. Nos países do Norte, ela tem grande número de adeptos e maior consistência filosófica, com os “desafios junto à natureza” associados a dinâmicas de grupo e estímulo ao auto-conhecimento e aprimoramento do fazer cotidiano, individual e social.

A terceira tem raízes mais profundas na América Latina, na história de resistência aos regimes autoritários. No Brasil, ganha especial impulso nos embates contra a poluição e todas as mazelas de um sistema predador do ambiente e do ser humano, bem como nos movimentos por liberdades democráticas que reivindicavam a participação da população na administração dos espaços públicos e nas definições do futuro que estávamos construindo para nós e nossos descendentes.

A quarta corrente bebe na fonte do “ecodesenvolvimento” de Sachs e de “O negócio é ser pequeno” de Schumacher, escritos no início dos anos 70, mas só ganhando grande impulso na segunda metade da década de 80, quando organismos internacionais publicam documentos como “Nosso futuro comum” e “Nossa própria agenda”. Nos movimentos sociais, as experiências com a geração e difusão de tecnologias alternativas, através de comunidades rurais, ONGs e associações ambientalistas são antigas, mas sempre foram pontuais e marginalizadas. Nesta quarta corrente, acredito estarem presentes duas vertentes que darão a tônica do movimento ambientalista neste final de século e, conseqüentemente, das educações ambientais a ele associadas: “desenvolvimento sustentável” e “sociedades sustentáveis”. A primeira, aglutinando empresários, governantes e uma parcela das organizações não-governamentais, e a segunda aglutinando aqueles que sempre estiveram na oposição ao atual modelo de desenvolvimento e que acreditam que a primeira corrente é só uma nova roupagem para a manutenção do “*status quo*”.

No “Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (1992), são apontados alguns aspectos que definem a identidade das organizações a ele associadas e que no meu ponto de vista caracterizam esta segunda vertente:

- propósito convergente de construir uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente equilibrada;
- compartilhar da premissa de que o respeito à natureza é inalcançável num quadro de desrespeito e aviltamento do ser humano que a integra;
- convicção comum de que, para se chegar a essa sociedade mais justa e ecológica, é necessário mudar o sujeito do desenvolvimento brasileiro, colocando-se o povo como autor e gestor do seu próprio projeto de modernidade.

O “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, finalizado e aprovado durante a Rio 92 pelo Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais é outro documento que sintetiza o direcionamento desta segunda vertente. As três, quatro, cinco ou mais ecologias ou dimensões da questão ecológica, sobre as quais nos falamos diferentes autores e as quatro correntes de educação ambiental citadas acima, possibilitam identificarmos quatro grandes conjuntos de temas e objetivos com os quais se identificam distintos projetos de educação ambiental, em diversos locais do país.

São eles:

- *biológicos*: proteger, conservar e preservar espécies, ecossistemas e o planeta como um todo; conservar a biodiversidade e o clima (deter o buraco na camada de ozônio e o efeito estufa); detectar as causas da degradação da natureza, incluindo a espécie humana como parte da natureza; estabelecer as bases corretas para a conservação e utilização dos recursos naturais;

- *espirituais/culturais*: promover o auto-conhecimento e o conhecimento do Universo, através do resgate de valores, sentimentos e tradições e da reconstrução de referências espaciais e temporais que possibilitem uma nova ética fundamentada em valores como verdade, amor, paz, integridade, diversidade cultural, felicidade e sabedoria, visão global e holística;

- *políticos*: desenvolver uma cultura de procedimentos democráticos; estimular a cidadania e a participação popular; estimular a formação e o aprimoramento de organizações, o diálogo na diversidade e a autogestão política;

- *econômicos*: contribuir para a melhoria da qualidade de vida através da geração de empregos em atividades “ambientais”, não alienantes e não exploradoras do próximo. Caminhar em direção à autogestão do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus conhecimentos, como indivíduos e como grupos/comunidades.

Esses quatro conjuntos de temas/objetivos podem ser reduzidos a um grande objetivo geral, que talvez expresse uma tendência de convergência

entre os diversos fazeres educativos voltados à questão ambiental: “Contribuir para a conservação da biodiversidade, para a auto-realização individual e comunitária e para a autogestão política e econômica, através de processos educativos/participativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida”.

Pode-se dizer que a partir da avaliação do processo de amadurecimento de diversos projetos de educação ambiental, independentemente dos conteúdos que trabalham, eles tendem a:

- instigar o indivíduo a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais da coletividade;
- estimular uma visão global (abrangente/holística) e crítica das questões ambientais;
- promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes;
- possibilitar um conhecimento interativo através do intercâmbio/debate de pontos de vista;
- propiciar um auto-conhecimento que contribua para o desenvolvimento de valores (espirituais e materiais), atitudes, comportamentos e habilidades.

Todos eles voltados à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da nossa e de todas as espécies, desta e das futuras gerações.

Promover valores, comportamentos e habilidades no sentido do exposto acima. Mas com quais conteúdos? Voltados para quais modelos ou ideal de sociedade?

O fortalecimento da autonomia local, e da compreensão/ação global, aberta a todos os cidadãos da Terra, passa por opções de tecnologias socialmente e ecologicamente apropriadas, passa pelo investimento no desenvolvimento de conhecimentos que as viabilizem, passa, portanto, pela construção de estruturas políticas e modelos econômicos que as fomentem e facilitem.

Quais são essas tecnologias, estruturas políticas e sistemas econômicos que devem ser fomentados pela educação ambiental? No meu ponto de vista, existe flexibilidade para tais escolhas. E elas modificam-se ao caminhar. Mas há convicções!

Eu acredito que as opções tecnológicas, organizacionais, éticas, políticas, econômicas e estéticas, entre outras, a serem feitas individual e coletivamente, se “norteadas” ou “suleadas” pelos objetivos e métodos expostos acima, contribuirão para a construção de uma sociedade humanista e libertária. Falar em opção humanista e libertária pode ser empobrecedor, porque com certeza entre os leitores existem diferentes interpretações sobre os dois conceitos e também porque não considero positivo colocar uma “camisa-de-força” teórica, onde não existam espaços para as idiosincrasias e as aparentes, ou reais, contradições.

No entanto, com a citação abaixo, quero exemplificar minha convicção de que o fazer educativo cotidiano e orientado pelo já exposto, voltado à questão ambiental/ecológica, pode contribuir e contribuirá para a construção de sociedades sustentáveis, cuja característica básica será o avanço em direção à não exploração do ser humano pelo seu semelhante, à melhoria da qualidade de vida para todos e à não exploração ou degradação das condições de vida das demais espécies, pela nossa.

Paul Singer diz: “Não é só o poder do Estado que tem de ser transformado, mas todo o poder exercido autoritariamente: do patrão na empresa, do professor na escola, do oficial no exército, do padre na igreja, do dirigente no sindicato ou no partido e, por fim, mas não por último, do pai na família (...) as lutas anti-autoritárias têm de ser suscitadas em todas as instituições no pressuposto, confirmado pela experiência, do que as práticas de libertação tendem, em geral, a se reforçar mutuamente, na medida que a legitimidade de todas é reconhecida, ao passo que a tentativa de se considerar uma luta específica como prioritária e contendo em si a solução das demais — uma vez conquistado o poder e eliminada a propriedade privada dos meios de produção, tudo o mais se resolve sem atrito nem demora — só tende a dividir os movimentos de libertação e sectarizá-los”.

Finalizando, eu ousaria apontar como perspectiva para a educação ambiental nesta virada de século, uma antiga e reformulada frase dos ecologistas: “Agindo localmente, pensando globalmente (e vice-versa) e trabalhando-se interiormente”. “O agir local e o pensar global” são bastante claros, mas, ultimamente, tem se frisado a importância e interdependência destas categorias com o “agir global a partir das questões e reflexões locais”. A Rio-92 foi um bom exemplo de articulação global, procurando definir-se

convenções e compromissos globais, com os olhos e perspectivas voltados fundamentalmente para a potencialização e capacidade dos atores locais.

O “trabalhar-se interiormente” aponta duas demandas que parecem ser grandes desafios para os educadores ambientais. Por um lado, resgatar e desenvolver valores e comportamentos, tais como “confiança”, “respeito mútuo”, “responsabilidade”, “compromisso”, “solidariedade sincrônica e diacrônica” e “iniciativa”, e, por outro lado, propiciar o desenvolvimento de habilidades individuais capazes de conquistar espaços para a geração de renda e empregos que fomentem e sejam fomentados por uma economia voltada à construção de sociedades econômica, ecológica, cultural, espacial e socialmente sustentáveis.

À guisa de conclusão, vale a pena apresentar algumas das principais conclusões da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, promovida pela Unesco e pelo governo da Grécia entre 8 e 12 de dezembro em Thessaloniki. A declaração desta conferência não apresenta novidades em relação aos resultados de eventos que a precederam, reforçando a necessidade de formação de professores, a carência de material didático, a falta de políticas nacionais articuladas com clara definição de estratégias e alocação de recursos, os problemas enfrentados pelas ONGs de forma generalizada e planetária, o reconhecimento do seu papel estratégico. Reforça-se também a ausência de discussões metodológicas e pedagógicas. É flagrantemente um problema em escala mundial.

A conferência também indicou o esgotamento do formato de grandes encontros e a necessidade de articular iniciativas e estimular uma multiplicação das interfaces entre as políticas educativas e ambientais. O que mais se demanda, entretanto, é a realização de encontros e trocas entre educadores ambientais, visando aprofundar o debate e socializar experiências.



## Referências bibliográficas

BARBOSA, J.G. (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: UFSCar, 1998.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FERREIRA, L. da C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: VIOLA, E.; FERREIRA, L. da C. (Org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

GARAUDY, R. **Apelo aos vivos**. Rio de Janeiro: NovaFronteira, 1981.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MORIN, E. et al. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: UFSC, 1993.

FORUM de ONGs Brasileiras. **Relatório meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros**. Rio de Janeiro, 1982.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1991.

TANNER, R. T. **Educação ambiental**. São Paulo: Summus/USP, 1978.

# Do desenvolvimento para além do desenvolvimento sustentável

**Simão Marrul Filho**

*Engenheiro de Pesca, técnico do Ibama,  
Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo Centro de Desenvolvimento  
Sustentável da Universidade de Brasília.*



# A

crise ambiental, um fenômeno qualitativamente distinto de todos os demais já vividos pela humanidade, coloca-nos diante de um dilema: conviver com uma ordem que se esgotou, mas que persiste fortemente, e outra, ainda em gestação, e que ainda não se concretizou porque não existe.

## O desenvolvimento entra em crise

1. Esgotou-se um projeto civilizatório, um estilo de vida, uma concepção de sociedade surgida principalmente nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, cuja proposta era “desenvolver ou modernizar (os dois termos se equivaliam) as sociedades “tradicionais” ou “atrasadas”, de forma a construir uma sociedade internacionalmente aberta” (Herculano, 1992, p.20).

2. Costumamos chamar tal projeto civilizatório de desenvolvimento. Suas principais características são a industrialização, o crescimento econômico e o progresso. Sua principal medida de sucesso é o tamanho do produto interno bruto e seu indicador de bem-estar, a renda *per capita*.

3. Subjacente à sua concepção, eminentemente econômica, difundiu-se, com forte conotação ideológica, que o aumento do Produto Interno Bruto – PIB e da renda *per capita*, inexoravelmente gerariam bem-estar à maioria da população cuja sociedade optasse por estratégias desenvolvimentistas.

4. Embora a concepção original pretendesse manter tais sociedades sob a hegemonia norte-americana, as estratégias

desenvolvimentistas foram largamente utilizadas pelos países socialistas, com praticamente as mesmas conseqüências que se observam nos países capitalistas.

5. O bem-estar, outra promessa não cumprida da modernidade, não pode ser entendido como uma função matemática e diretamente proporcional ao PIB e à renda *per capita*. As estatísticas atuais mostram que sociedades com nível de bem-estar medido por cestas de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, maiores que outros, têm, no entanto, PIB e renda *per capita* menores.

6. Um dos principais elementos constitutivos da crise do desenvolvimento está na profunda contradição e impossibilidade de conciliação entre progresso, crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais que, em última instância, suportam o processo de produção e consumo, motor dinâmico do modelo. Em outras palavras, não há sustentabilidade no desenvolvimento.

7. Diante da profundidade e complexidade da crise que a humanidade vive, colocamo-nos diante de uma imensa interrogação sobre o futuro. Será, como afirma Boaventura Santos (1996, p.322) que “o vazio do futuro é tão-só um futuro vazio”?

8. A esse respeito, vale a reflexão sobre a seguinte argumentação que este autor desenvolve, permitindo-nos substituir *modernidade* por *desenvolvimento*:

*“O futuro prometido pela modernidade não tem, de facto, futuro. Descrê dele, vencida pelos desafios, a maioria dos povos da periferia do sistema mundial, porque em nome dele negligenciaram ou recusaram outros futuros, quizá menos brilhantes e mais próximos do seu passado, mas que ao menos asseguravam a subsistência comunitária e uma relação equilibrada com a natureza, que agora se lhes deparam tão precárias. Descrêem dele largos sectores dos povos do centro do sistema mundial, porque os riscos que ele envolve — sobretudo os ecológicos — começam a ser mais ilimitados que ele próprio.”* (Santos, 1996, p.322).

## O desenvolvimento sustentável entra em cena – será suficiente?

9. Na tensão criada pela transição paradigmática do presente, em que o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu, os anos 80 se apresentam com uma inflexão no debate sobre o desenvolvimento e sobre a crise ambiental. Inicia-se um processo de articulação que resulta numa nova visão: desenvolvimento e meio ambiente não são mais contraditórios. Economia e Ecologia, de “antagônicas” passam a ser vistas como faces de uma mesma moeda.

10. Neste contexto, firma-se, por meio de “...uma operação diplomática, ideológica e social de grande envergadura...” (Cebrap, 1999, p.1), a noção de desenvolvimento sustentável expressa pela definição que lhe atribui o Relatório Brundtland: “Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias.” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.46).

11. A formulação vaga e contraditória que se observa na definição de desenvolvimento sustentável teve o objetivo de permitir colocar de acordo posições até então inconciliáveis de ambientalistas e desenvolvimentistas.

12. Não se abandona a noção de crescimento econômico, apenas se admite que é possível crescer sem dilapidar os recursos ambientais por meio de um eficiente sistema de gerenciamento do uso. Mantém-se a crença na industrialização, na medida que o grau de “desenvolvimento” atingido pelas sociedades, ditas industrializadas, continua como objetivo central proposto para as demais sociedades. Introduce-se a crença de que o mercado pode vir a ser a solução para a maioria dos problemas ambientais causados, até agora, pelas mesmas forças da industrialização e do mercado.

13. Apresenta-se como uma nova proposta ética de solidariedade tanto intrageracional como intergeracional, voltada para a satisfação das necessidades humanas sem apontar para mudanças no capitalismo, sistema que tem o lucro como mola propulsora e que, portanto, não busca satisfazer necessidades, mas sim, demandas. Uma ética que continua

fortemente antropocêntrica, não avançando firmemente para uma ética centrada na vida.

*“...o patrimônio das 359 pessoas mais ricas do mundo é igual a renda dos 2,4 bilhões de pessoas mais pobres que representam quase 40% da raça humana.” (Unesco, 1999, p.25).*

*“...em situação de extrema pobreza, o ser humano empobrecido, marginalizado ou excluído da sociedade ou da economia nacional não tem nenhum compromisso de evitar a degradação ambiental, se é que a sociedade não consegue impedir sua própria degradação como pessoa.”(Guimarães, 1998, p.67).*

*“...em situação de extrema opulência, o ser humano enriquecido, ...portanto incluído ...tampouco tem compromisso com a sustentabilidade.”(Claudia Tomadini, 1997 apud Guimarães, 1998, p.67).*

14. “A noção de Desenvolvimento Sustentável acarretou uma hegemonia da economia no debate ambiental, e, particularmente, numa hegemonia da teoria econômica de extração neoclássica” (CEBRAP, 1999, p.2), anulando assim toda a radicalidade contida na visão de desenvolvimento sustentável, que a tornaria elemento constitutivo basilar de uma nova proposta civilizadora, onde não mais nos víssemos obrigados a concordar com Clive Lewis quando afirma “o que nós chamamos de poder do Homem sobre a Natureza é o poder de alguns homens sobre outros homens, utilizando a natureza como seu instrumento.” (Lewis, 1947, p.69 apud Guimarães, 1998, p.67).

15. Neste ambiente de transição paradigmática, é bom frisar que existem outras propostas alternativas ao desenvolvimento sustentável e, com maior radicalidade, que apontam para novos projetos civilizatórios, como as sociedades sustentáveis e o ecossocialismo.

16. Para Diegues, 1996, p.25, “O conceito de ‘sociedades sustentáveis’ parece ser mais adequado que o de ‘desenvolvimento sustentável’, na medida que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso,

deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política.”

17. Santos, 1996, p.336-337, nos apresenta uma proposta de construção de uma sociedade ecossocialista com as seguintes características: “o desenvolvimento social afere-se pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior, em nível global, quanto mais diverso e menos desigual; a natureza é a segunda natureza da sociedade e, como tal, sem se confundir com ela, tampouco lhe é descontínua; deve haver um estrito equilíbrio entre três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária e a estatal; cada uma delas deve operar de modo a atingir seus objetivos com o mínimo de controle do trabalho de outrem”.

18. Prossegue o autor: “...enquanto construção intelectual decorre de um diálogo intercultural amplo e, tanto quanto possível, horizontal. A base desse diálogo é dupla. Por um lado, as necessidades humanas fundamentais não variam muito no sistema mundial, o que varia são os meios para as satisfazer (*os satisfactores*). Daí que se deva partir de uma inteligibilidade intercultural das necessidades para, através dela, se atingir a inteligibilidade intercultural dos satisfactores. Por outro lado, todas as culturas têm um valor de dignidade humana, o qual, sendo único, permite uma hermenêutica transvalorativa e multicultural. Tal hermenêutica constitui desafio central do paradigma.”

19. E, finalmente, uma sociedade ecossocialista “...assenta em tradições muito variadas” tanto “no que respeita às tradições europeias...” quanto “... no que respeita às tradições não-europeias, as culturas hindus, chinesas e africanas, a cultura islâmica e as culturas dos povos nativos americanos.”

## Uma agenda para a construção da sustentabilidade

20. Como resposta à profunda crise que vive a sociedade, os raios paradigmáticos que se apresentam, seja o desenvolvimento sustentável, as sociedades sustentáveis ou o ecossocialismo, têm como elemento central a sustentabilidade.

21. A sustentabilidade não é um problema técnico a ser resolvido. É uma visão de futuro que guia o foco de nossas atenções para valores e princípios éticos e morais, que colocam os seres humanos no centro e na razão de ser de um novo projeto civilizatório.

22. De acordo com Guimarães, 1998, p.53-54, este novo projeto civilizatório deve ser: “...*ambientalmente* sustentável no acesso e uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover a justiça e a equidade; *culturalmente* sustentável na preservação da diversidade em seu sentido mais amplo, quer dizer, a preservação de valores, práticas e símbolos que determinam a integração nacional através dos tempos; e, *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos na tomada de decisões públicas.”

23. Este novo projeto deve, ainda, apoiando-se em Guimarães, 1998, p.54, ser presidido por “...uma nova *ética* do crescimento, uma ética na qual os objetivos econômicos de progresso se subordinem às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhora da qualidade de vida das pessoas”.

24. O grande acordo diplomático, político e ideológico firmado quando da Conferência do Rio, em 1992, produziu também a Agenda 21. Estruturada em quarenta capítulos, agregados em quatro seções: Dimensões sociais e econômicas; Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos principais grupos locais; e Meios de implementação. Constitui um plano de ação estratégico, ousado e abrangente, visando promover, em escala planetária, a sustentabilidade. Muito mais que uma agenda ambiental, é uma agenda para a construção de um novo padrão de desenvolvimento.

25. De acordo com MMA, 1998, p.16-17, são conceitos-chave da Agenda 21: a cooperação e parceria; a educação e desenvolvimento individual; a equidade e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis; o planejamento; o desenvolvimento da capacidade individual; e a informação.

26. A Agenda 21 Global, embora não se revelando um documento mandatário, prevê a elaboração e a implementação de agendas

nacionais e locais, sem se constituir um guia adaptável às condições e realidades nacionais e locais.

27. A construção das agendas nacionais e locais não pode ser vista como tarefa técnica. Trata-se, na realidade, de um processo político-participativo onde o conjunto de atores, partindo do entendimento de suas realidades, negociam a construção do futuro de sua sociedade, dando conteúdo e materialidade à construção da sustentabilidade.

28. O primeiro grande desafio que se apresenta a este processo político-participativo advém do fato de que uma agenda nacional não significa necessariamente a simples soma de agendas locais, deve apontar, na realidade, para a resolução de macroproblemas gerados pelo modelo de desenvolvimento insustentável e apontar linhas que possam servir de elemento integrador às várias iniciativas locais. Por outro lado, as agendas locais, respeitando as condições e características locais, as vontades e visões de futuro, negociadas entre os cidadãos, não pode perder de vista um projeto de sociedade nacional que, em última instância, constitui a própria identidade nacional.

29. A complexidade se apresenta como o segundo grande desafio. A sustentabilidade, em suas várias vertentes, é uma tarefa complexa, que exige diagnósticos e soluções igualmente complexas. No afã de sermos “modernos” não podemos sair construindo agendas pelo simples fato de que sua construção significa o ingresso na “contemporaneidade” e, com isso, simplificando entendimentos de realidades e, conseqüentemente, comprometendo nosso futuro com soluções que não constroem uma outra sociedade.

30. Neste mister, é importante que façamos uma advertência: “a simplificação de problemas complexos, muito freqüente hoje em dia, não é apenas uma manobra fraudulenta na medida que dá uma falsa representação da realidade, mas também um ato de irresponsabilidade de parte daqueles que compreendem os problemas.” (Unesco, 1999, p.69).

31. Por outro lado, aqueles que compreendem os problemas não podem, como nos alerta Milton Santos (Santos, 1997, p.113), se tornarem simples “tradutores” dos novos tempos, promovendo a recriação da ignorância ao não permitirem aos “atores um entendimento completo do que fazem”.

32. O terceiro grande desafio está na garantia da participação. Uma agenda nada mais é do que a negociação de objetivos futuros. Será que as desigualdades sociais, desde o nível de renda até o de escolaridade, e os preconceitos éticos e contra as minorias, velados, porém, fortes e presentes, permitem uma real participação de majoritários grupos sociais?

33. Os limites e as possibilidades de construção e implementação de uma agenda nacional ou de agendas locais, além de ter que superar os desafios anteriores, estão condicionados à forma, à velocidade e à profundidade de resolução das dez teses que nos são apresentadas como macrocondicionantes das ações estratégicas da Agenda Úmidas (para Rôndonia) por Bartholo Jr. & Bursztyn, 1999, p.136-148, e que podem, com mínimas adaptações, serem aplicadas em outros estados e municípios. São elas:<sup>1</sup>

- sem sustentabilidade institucional, não há sustentabilidade;
- sem capacidade de investimento público não há sustentabilidade;
- sem bem-estar social/desenvolvimento humano, não há sustentabilidade;
  - sem afirmação da identidade cultural, não há sustentabilidade;
  - sem sustentabilidade econômica, não há sustentabilidade;
  - sem sustentabilidade ambiental, não há sustentabilidade;
  - sem integração regional, nacional, internacional, não há sustentabilidade;
  - sem sustentabilidade espacial, não há sustentabilidade;
  - sem meios materiais de governabilidade, não há sustentabilidade;
  - e, sem segurança, não há sustentabilidade (mantendo o sentido original dos autores, que dão muito mais o sentido de segurança fronteiriça).

---

<sup>1</sup> Como proponho que as agendas construam a sustentabilidade e não necessariamente o desenvolvimento sustentável, substituí, em todas as teses, com as quais concordo, a expressão desenvolvimento sustentável por sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS bibliográficas

BARTHOLO JUNIOR, R. S.; BURSZTYN, M. **Amazônia sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020**. Brasília: Ibama, 1999.

CEBRAP. **Relatório de Pesquisa do convênio Ibama/CEBRAP**. São Paulo, 1999.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 1996.

GUIMARÃES, R. P. Modernidade, meio ambiente e ética: um novo paradigma de desenvolvimento. In: UNAMAZ. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA/MMA (Org.). **Amazônia 21: uma agenda para um mundo sustentável**. Brasília: DMF Congressos, 1998.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M., (Coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: REVAN, 1992.

LEROY, J. P. et. al. Cinco anos depois da Rio 92. In: LEROY, J. P; MAIA, K. D. ; GUIMARÃES, R. P. (Org.). **Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92**. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

MMA. **Agenda 21 - o caso do Brasil: perguntas e respostas.** Brasília, 1998.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1997.

TRINDADE, S. C. Agenda 21: estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processos de decisão participativa. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada.** Brasília: IBAMA, 1999.

VIEDERMAN, S. Knowledge for sustainable development: what do we need to know? In: TRZYNA, T., (Ed.). **A sustainable world: defining and measuring sustainable development.** Sacramento: IUCN, 1995.

WEAVER, J. H. et. al. **Achieving broad-based sustainable development: governance, environment and growth with equity.** Kumarian Press, 1997.

Gestão ambiental  
na esfera do Estado e do  
mercado:  
quem regula o quê e por quê

**Patrício Melo Gomes**

*Técnico do Ibama e*

*Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da  
Universidade de Brasília.*



## Contexto histórico

Pode-se considerar a década de oitenta como o marco mais recente da ação protetora do Estado em relação ao meio ambiente. Com efeito, sob a influência da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi, em 1981, editada a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da política nacional do meio ambiente, geradora de um sistema que conta com a participação integrada da União, estados e municípios, nas iniciativas em prol da gestão ambiental.

Antes disto, no entanto, já existia uma legislação que atendia pontualmente elementos específicos da natureza, como é o caso das florestas, cujo primeiro Código é de 1934, depois revogado por outro mais moderno de 1965. Situação semelhante ocorre com a água, onde o uso inicialmente prevê-se regulado pelo Decreto nº 24.643/34 (Código de Águas) e com a fauna e a pesca, cujas legislações datam de 1967.

Recepcionando a Lei nº 6.938/81, a Constituição Federal reparte entre União, estados e municípios o exercício de iniciativas voltadas ao meio ambiente.

A tradição da gestão ambiental no Brasil até muito recentemente assentava-se fortemente na presença do Estado, inclusive na figura da União, que impunha a regulação do tipo comando-controle.

No entanto, há cada vez mais posicionamentos que advogam “...abandonar, em primeiro lugar, o estatismo, isto é, a crença que só existe direito onde haja Estado.” (Aguiar, 1998,

p.29). Estas concepções se justificariam por ser o “direito maior que o Estado e ele está imerso na sociedade e vai por via da luta dos grupos organizados” (Aguiar, op. cit, p.29).

Considerando que o Estado até então se colocava como o sujeito central na gestão ambiental, se compreende o porquê se questiona e mesmo perde espaço a regulação do tipo comando/controle. Como se verá ao longo deste texto, esta é uma questão problemática, pois sujeita-se a inúmeras “manipulações”.

Em face dos aspectos anteriormente expostos, optou-se por pensar a temática da Gestão Ambiental, justamente abandonando a sua “suposta neutralidade” (Aguiar, op. cit, p. 23), o que significa, também, incursionar numa discussão intensamente atravessada por posições e interpretações diferentes, qual seja, os diversos sentidos do discurso acerca da gestão ambiental.

## Gestão ambiental: definindo o campo

Existem visões diferentes, e muitas vezes opostas, do significado das questões ambientais e da interpretação a elas conferida. Para alguns, que se filiam à corrente que se pode chamar de “ecocêntrica”, o mundo natural tem um valor em si mesmo, que precisa ser preservado, inclusive, mediante o estabelecimento de “espaços” destinados, apenas, a proteger a “natureza selvagem”, intocada, ante os avanços do crescimento demográfico e da devastação do mundo moderno. Subjacente à presente idéia está o pressuposto de que a humanidade caminha irremediavelmente para a destruição dos ecossistemas naturais, tendo de um lado a natureza e, de outro, a humanidade, inimiga visceral do mundo natural a quem pretende dominar e domesticar. Assim, no futuro, restariam apenas “ilhas de preservação”, paraísos remanescentes de um mundo natural (Diegues, 1993).

Por outro lado, há uma visão “antropocêntrica” que reafirma a primazia do homem sobre o mundo natural, tomando-se a natureza como recurso de uso e benefício para os homens. O homem, como ser dotado de razão e dos meios para dominar o mundo natural, conhece suas leis por meio da ciência moderna. A civilização ocidental é vista como uma expressão da conquista da natureza, fonte de recursos, alimentos, combustíveis e lazer (Diegues, op. cit).

Uma terceira visão, na esteira das formulações rumo à construção de uma “sociedade sustentável”, aponta para a necessidade da conservação dos recursos naturais, de seu uso mais racional e criterioso e voltado para melhoria da qualidade de vida, o que impõe redefinir as relações homem/natureza, privilegiando aquelas que afirmam a interdependência necessária para a sobrevivência de ambos.

A adoção, pelo Brasil, de um estilo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado exigirá profundas mudanças na sua estrutura social e nos valores e atitudes atualmente aceitos como corretos pela sociedade. Trata-se, portanto, da construção de uma nova ética, de um novo conceito de vida e de gestão do meio ambiente para o país.

As definições correntes acerca de gestão ambiental exprimem as visões de mundo de quem as estabelece. Aqui, filiar-se ao conceito de que gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico, natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes. Percebe-se que do conceito de gestão ambiental em análise, entendido como mediação de interesses e conflitos, que essa ação constitui-se essencialmente num processo político. Contudo, existem outros pontos de vista que vêem a gestão ambiental privilegiando o eixo “técnico-gerencial”, como o abaixo explicitado.

“Uma atividade voltada para a formulação de princípios e diretrizes, estruturação de sistemas gerenciais e tomada de decisões, tendo por objetivo final promover, de forma coordenada, o uso, proteção, conservação e monitoramento dos recursos naturais e socioeconômicos em determinado espaço geográfico, com vistas ao desenvolvimento sustentável.”<sup>1</sup>

Retomando o referencial a partir do qual, anteriormente, definiu-se gestão ambiental, interessa aqui registrar que ela, como atividade, é conduzida

---

<sup>1</sup> LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de bacias hidrográficas**: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Ibama, 1995.

e realizada por um conjunto de agentes sociais. Pode-se, em primeiro plano, considerar dois tipos de agentes intervenientes: a) o Ibama e o MMA e b) os outros agentes, tais como outros órgãos governamentais, empresas, entidades não-governamentais e a sociedade de maneira geral.

Em conformidade com o Relatório “Cenários de Gestão Ambiental Brasileira” da Price Waterhouse – Geotécnica a “atuação destes dois tipos de agentes na gestão realiza-se de acordo com a percepção que os mesmos têm da problemática ambiental”<sup>2</sup>. Esta percepção é, por sua vez, mediada pelos interesses político-ideológicos dos agentes envolvidos nas atividades que geram a problemática ambiental. Isto é, a percepção não é simplesmente uma função cognitiva; ela tem componentes que mostram como os agentes e grupos disputam os seus interesses na condução do processo de desenvolvimento.

O Relatório Price Waterhouse – Geotécnica explicita que a gestão ambiental, realizada e condicionada da forma descrita acima, visa a uma ação em “três direções”, distintas e complementares, ou o que poderia ser chamado de eixos do processo de gestão ambiental:

- “a primeira, que procura alterar o estilo de desenvolvimento, de forma a adequá-lo para que determinados objetivos de preservação e conservação sejam atingidos;
- a segunda, que busca amenizar e/ou reparar conseqüências do processo de desenvolvimento sobre o meio ambiente, segundo os objetivos perseguidos na primeira direção;
- a terceira, que se volta para alterar a percepção dos problemas ambientais pelos atores sociais.”

Assim, a gestão ambiental realiza-se sobre um conjunto de objetivos de conservação e preservação que está definido e aceito (pactuado) pelos

---

<sup>3</sup> Empresas de consultoria integrantes do consórcio contratado, em 1990, para proceder aos estudos que subsidiaram a proposta de reforma do Ibama, no contexto de seu desenvolvimento institucional.

agentes intervenientes no processo. Fica, também, condicionada ao alcance dos objetivos determinados neste processo e à implementação de uma política para o meio ambiente.

Quintas & Gualda (1995) observam que “no Brasil, o Estado, enquanto mediador principal deste processo, é detentor de poderes estabelecidos na legislação, que lhe permite promover, desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais até a sua reparação. Ao mesmo tempo, o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente, seja físico, natural ou construído, e os benefícios e custos dele decorrentes, estão distribuídos socialmente de modo assimétrico.

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao assumir determinada postura diante de um problema ambiental, está, de fato, definindo, na sociedade e no país, quem ficará com os custos e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído.”

## Gestão ambiental – um campo em disputa: quem regula o quê e por quê

Há que se considerar, contudo, que, na atualidade, a crise do Estado tende a alterar o panorama da gestão ambiental, até então fundada, principalmente, na ação estatal, caracterizada pela regulação do tipo comando/controle. Com efeito, setores sociais que detêm poder político, cada vez maiores, vêm se opondo à implementação de esquemas de gestão centrados no controle estatal, por serem de dinâmica reativa. Por outro lado, o próprio Estado se encontra esvaziado das suas funções de controle, pela via da redução dos recursos financeiros/pessoal/técnicos e de infraestrutura, sob a justificativa de que a execução das suas ações se mostra necessariamente onerosa e ineficiente.

No contexto dessas mudanças, passam a ser formuladas as teorias mais recentes de novos esquemas de gestão ambiental, que advogam a utilização de mecanismos de estimulação (proativos) à participação da sociedade na conservação e manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Incluem-se no campo proativo aquelas experiências de gestão ambiental fundadas no manejo de instrumentos econômicos (englobando os tributários e fiscais), voltados à busca de uma convivência mais harmoniosa entre mercado e meio ambiente. Isto é, não só a convivência entre mercado e meio ambiente seria possível, como até desejável, em face do que ambos ganhariam pelo aparecimento da seguinte conjunção virtuosa: “os negócios gerados pelo setor ambiental vêm mostrando bons resultados” e “...podem constituir em importantes fatores de conservação e recuperação do meio natural.”(Bursztyn, 1995).

Porém, o próprio autor faz as suas ressalvas ao referenciado no item anterior, em vista do risco da “valorização das virtudes do mercado”, que poderia se constituir em cômodo “reducionismo”, mediante a simples mercantilização da variável ambiental”, ao considerar que a “...lógica da biosfera é vulnerável à lógica do mercado”, ou seja, pode-se degradar a natureza e, ao mesmo tempo, “...realimentar um ciclo infernal das atividades de recuperação, que terão um desempenho tão melhor quanto maior for o desgaste ambiental”.

A convivência entre capitalismo e ambientalismo gerou uma variante nova: o ecocapitalismo, portador de novas práticas que se pretendem sustentáveis, por buscarem a eficiência na utilização dos recursos naturais. Um modo de revelar seus propósitos é discutir como um dos enunciados mais veiculados atualmente reproduzem/cristalizam um sentido de acordo com os interesses do propagador, situação possível considerando-se, por exemplo, a seguinte citação: “Descobre-se, finalmente, que o investimento em qualidade ambiental, por dentro e para fora da empresa, robustece os ganhos de produtividade e de competitividade da indústria brasileira (Layargues, 1998, p.1).”<sup>3</sup> Presume-se, a partir daí, o interesse em estabelecer um significado explícito para qualificar a gestão ambiental como o novo instrumento de competitividade empresarial. No entanto,

---

<sup>3</sup> Citação proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e mencionada na coluna de Joelmir Beting, intitulada *A natureza agradece*, do jornal O Globo, em 20 de outubro de 1998, *apud* Layargues(1998:1)

um significado implícito no enunciado joga com um duplo sentido. Um deles é disseminar o caráter “atrasado” da utilização dos instrumentos centrados no controle estatal, tendo em vista a reação da sociedade, ávida por mecanismos proativos, o que sugere não ser mais necessário o Estado continuar interferindo na gestão ambiental da empresa. Um segundo, é disseminar uma retórica de que o alcance da sustentabilidade ambiental acontece pela via do mercado, situação ainda não verificada, justamente por que só agora a pauta ambiental é incorporada ao universo dos “negócios”.

Por outro lado, a influência da realidade do “mercado” constitui a razão para se estabelecer o enunciado que joga com uma compreensão da gestão ambiental, na qual fica ressaltado o propósito de “gerenciar” um mundo natural hiper-realizado, inclusive, para fins (eco)turísticos, transformando-o num espetáculo para atender certas demandas voltadas à “contemplação da natureza”. Neste caso, a natureza ganha um sentido naturalizado, onde ela passa a ter uma configuração a-histórica, sem gente, como se ela fosse apenas as coisas, os bichos, as montanhas, os rios e as florestas. No processo de “espetacularização” do mundo natural, certos ambientes, ou ecossistemas, em razão de sua “plasticidade”, ganham súbita “exposição”. Situação semelhante ocorre com a biota, onde certos espécimes, como por exemplo a tartaruga marinha, foram transformados em “espécies-bandeira”, aparentemente por sua relevância ambiental, mas a atribuição desse *status* ocorre porque todas elas têm algo em comum: possuem “carisma”, são “coloridas” e têm grande capacidade de fascínio e sedução. Outros, como os “manguezais”, em que pese a importância de seus “serviços ambientais”, estão associados no imaginário como locais “feios”, “lúgubres”, “malcheirosos”, e não constituem preocupação da parte da gestão ambiental.

Deste modo, os diversos sentidos do discurso acerca da gestão ambiental refletem, de um lado, o significado múltiplo do “real” neste final de milênio, situação decorrente do “fato de estarmos vivendo uma crise de compreensão das mutações, onde a produção de signos baralha a compreensão das coisas verdadeiras” (Santos, *apud* Benevides, 1998, p.117). De outro lado, a controvérsia e amplitude do significado da gestão ambiental, como de outros elementos integrantes da questão ambiental, relaciona-se com a disputa de

hegemonia na construção da matriz do pensamento no campo ambientalista, situação que, ao invés de ser imobilizante, revela-se como momento próprio para a postulação de mudanças (Ribeiro, 1992).

A educação ambiental, que se quer colada à perspectiva da mudança, cumpre um papel fundamental de questionar os agentes situados em posições dominantes na sociedade, que se utilizam de sua posição privilegiada para estabelecer sua própria noção de “sustentabilidade”. Só assim a educação pode recusar o nível da aparência, a partir do qual se disseminam idéias e representações de “sustentabilidade”, onde está embutida a noção de que os “recursos ambientais são de todos”.

O desafio colocado para a educação ambiental, na busca de uma ética que nos leve a viver de modo sustentável, é o de “criar condições para a participação dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação de políticas para o meio ambiente, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetem a qualidade do meio natural, social e cultural. Neste sentido, para que os diferentes segmentos sociais tenham condições efetivas de intervirem no processo de gestão ambiental, é essencial que a prática educativa se fundamente na premissa de que a sociedade não é o lugar da harmonia, mas, sobretudo, o lugar dos conflitos e dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (da política, da economia, das relações sociais, dos valores etc.).” (Quintas & Gualda, 1995).

## Referências bibliográficas

AGUIAR, R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: Ibama, 1998. (Série de Estudo Educação Ambiental, 2).

BARROS, F. **Ambientalismo, globalização e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1996. p.121-137. (Coleção Sociedade e Estado, Volume XI, Número 1).

BENEVIDES, I. **Turismo e Prodetur**. Dimensões e olhares em parceria - Fortaleza: EUFC, 1998.

BURSZTYN, M. Armadilhas do progresso: contradições entre a economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, v. X, n.1, jan/jun. 1995.

DIEGUES, A. C. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. Núcleo de Pesquisa sobre População Humana e Áreas Úmidas do Brasil. São Paulo: USP, 1993. 90p. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1).

DUTRA, M. **O Discurso ecológico na televisão: um caso em estudo**. Belém: UFPA, 1994.

LAYARGUES, P. A **(In)sustentabilidade do discurso**. [s.l.; s.n.,]1998. p.1 (Mimeo.).

LEFF, E. La capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Formación Ambiental**, v. 7, n. 16, 1996.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1988. 118 p.

QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 1995. (Coleção Meio Ambiente em Debate, 1).

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. (Série Antropológica, 123).

A crise ambiental em  
tempos de globalização:  
implicações  
para a gestão \*

Isabel Cristina Moura Carvalho  
*Psicóloga e educadora*

\* Este texto foi elaborado como subsídio para a aula sobre Crise Ambiental e Globalização no Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental (Ibama), em 1999 e revisado em 2002.



## As relações entre Estado, sociedade civil e mercado num contexto de globalização

O fenômeno da mundialização ou globalização, para além das suas dimensões econômica e política, de caráter conjuntural, pode ser tomado como engendrando um modelo conceitual dentro do qual podemos interpretar novas e velhas formas de relações sociais, políticas e culturais. É neste contexto que pretendemos analisar as relações entre Estado, sociedade civil e mercado.

Dois paradigmas interpretativos poderiam ser destacados como chaves possíveis de compreensão do fenômeno da globalização: aquele que toma a globalização financeira e o livre mercado como parâmetro e aquele que busca pensar os processos contemporâneos no marco da globalização dos direitos, da justiça e do desenvolvimento humano, contra a hegemonia da lógica do mercado. O primeiro busca explicar a relação entre Estado, mercado e sociedade civil pela ótica do consenso, salientando as possibilidades de parceria, autonomia e equilíbrio entre estas três esferas. O outro paradigma opera a partir do reconhecimento das dinâmicas de tensão e conflito que configuram as relações entre estas esferas, atribuindo ao Estado um papel regulador das relações com a sociedade e com o mercado, que pode privilegiar um ou outro destes pólos em sua ação política. Neste quadro os movimentos e ONGs redefinem-se enquanto atores sociais,

orientando sua ação política de acordo com o marco que venham a adotar como esquema interpretativo.

No cenário construído pelo primeiro paradigma, as ONGs e movimentos sociais aparecem como prestadores de serviços, executores de projetos sociais, exercendo função de mediadores entre as políticas públicas e populações desfavorecidas, numa concepção que, diferentemente da concepção do Estado de bem estar social, estende à sociedade civil funções que eram atribuídas ao Estado na execução das políticas públicas. Poderíamos dizer que esta via das relações entre Estado e sociedade segue “na mão da globalização”, isto é, integra-se ao fluxo predominante dos processos da globalização econômica e de uma visão liberalizante sobre uma nova ordem global. Nesta perspectiva os Estados Nacionais são percebidos como atores em franco declínio e novos atores supranacionais, sobretudo econômicos, são legitimados como novos agentes reguladores de um “Estado Global” descentralizado.

As agências multilaterais passam a exercer um forte papel na determinação das políticas públicas nacionais. A área da gestão ambiental pública no Brasil é um bom exemplo desta situação. No triênio 1995-1997, 40% dos gastos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com ações ambientais foram executados com recursos internacionais. Os principais programas de conservação e proteção dos recursos naturais e estímulo a experiências de desenvolvimento sustentável, implementados pelo MMA, empregaram direta ou indiretamente recursos internacionais de doações e/ou empréstimos do Banco Mundial (BIRD) e do BID.

#### Financiamento de políticas ambientais por organismos e projetos multilaterais

<i>Programas de políticas públicas Ambientais do MMA</i>	Origem dos recursos
<i>Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA</i>	BID
<i>Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA</i>	BIRD
Programa de Proteção às Florestas Tropicais PPG-7	G - 7 com gerenciamento do BIRD

(Fonte: SOUZA, H. M. Negociação do pacote do FMI ameaça a política ambiental. **Informativo INESC**, nov. de 1998 p-6).

Um dos indicadores das novas tendências da política global é a mudança de orientação das chamadas condicionalidades sociais, que sempre estiveram presentes nos acordos de cooperação econômica entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estas condicionalidades pressupunham o Estado como gestor das ações sociais condicionadas nos acordos econômicos. As condicionalidades expandiram-se para novas áreas (fala-se em condicionalidades ambientais, democráticas etc.) e sua lógica está presente em diferentes tipos de acordos e projetos de ajuda e cooperação internacional no campo do desenvolvimento, atualmente. Contudo, hoje, os imperativos colocados pelas condicionalidades supõem a participação da sociedade civil não apenas como beneficiária mas também como partícipe nas funções de monitoramento e execução dos projetos de desenvolvimento.

Hoje, se tomarmos como exemplos os projetos de cooperação multilateral como os relativos à despoluição de rios e baías (Baía da Guanabara, Rio Guaíba, Rio Tietê etc.) ou ainda o PPG-7, verificaremos que estes supõem a participação de ONGs, seja como prestadoras de serviços na execução de subprogramas educativos ligados a ação junto as comunidades envolvidas na área de ação do Projeto (ações de EA no caso dos projetos de despoluição, p. ex.), ou ainda na forma de comitês ou Grupos de Trabalho gestores.

Numa outra perspectiva de compreensão dos processos de mundialização, as ONGs e os movimentos sociais posicionam-se na disputa por um outro consenso “na contramão” da globalização financeira. Estes atores se posicionam criticamente à globalização dos mercados financeiros e à instauração de um estado supranacional instruído por uma lógica do livre mercado, que tem como instrumentos para a gestão global, organismos como as agências multilaterais de financiamento, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE). A ação política das ONGs e movimentos sociais, neste caso, se insere num projeto contra-hegemônico que busca “globalizar” a crítica, as alternativas e as saídas aos impasses gerados pela globalização financeira. A defesa de um Estado Nacional com força reguladora, que possa fazer frente aos interesses do mercado, que afetam os interesses sociais

e põem em risco direitos e qualidade de vida das populações, é valorizada nesta perspectiva. A relação com o Estado, nesta ótica, passa pela participação política em busca de canais de influência sobre o nível da decisão e formulação de políticas públicas. Aqui o objetivo é comprometer o Estado e as políticas públicas com uma agenda de interesses sociais em detrimento dos interesses e da lógica do Mercado<sup>1</sup>.

Esta tem sido a orientação dos chamados movimentos por uma outra globalização, que tem se organizado internacionalmente num enfrentamento sistemático dos fóruns econômicos internacionais e na realização de um novo espaço para geração de alternativas que é o *Fórum Social Mundial*. Este ativismo tem crescido como espaço de ação conjunta dos movimentos sociais, desde Seattle (EUA), quando centenas de organizações tomaram as ruas, em novembro de 1999, para protestar contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde então se organizou uma espécie de movimento cívico internacional. Cada reunião das instituições financeiras que decidem as políticas da atual ordem econômica internacional (OMC, FMI, Banco Mundial) passou a ser palco para manifestação do descontentamento de grupos do mundo inteiro afetados pelas conseqüências sociais desastrosas destas políticas: desemprego, quebra das economias e da soberania nacionais, volatilidade dos mercados financeiros e a concentração do mercado mundial nas grandes multinacionais, entre outras. Assim, em 2000, seguiram-se à Seattle as manifestações em Washington e Praga, por ocasião das reuniões do Banco Mundial e FMI. Depois de décadas a tomar decisões que afetam a vida de centenas de milhões de pessoas, essas organizações estão sendo cobradas pela opinião pública

---

<sup>1</sup> Este tipo de posicionamento da sociedade civil organizada pode ser encontrado, por exemplo, em movimentos como o da Associação Attac. Esta ONG está se organizando na forma de uma rede internacional, e tem como proposta debater e lutar por alternativas ao "pensamento único", de corte neoliberal, na determinação dos rumos da globalização. Sua plataforma política inclui: taxação dos fluxos de capitais; entrave à especulação internacional; impedimento da generalização dos fundos de pensão e a consolidação da Previdência Social privada; apoio à anulação geral da dívida pública dos países pobres e à aplicação dos recursos em favor das populações e do desenvolvimento sustentável; o pagamento da dívida social e ecológica; implementação do "Imposto Tobin" entre outras ações.

internacional. A realização até agora das duas edições do Fórum Social Mundial (2001 e 2002 em Porto Alegre) significou a produção de um novo espaço para organização de uma ação contra-hegemônica mundial.

## Os conflitos na gestão dos recursos ambientais

A Convenção sobre o Clima e a Convenção da Biodiversidade foram os documentos internacionais mais polêmicos desde sua origem na ECO-92. Estas convenções não foram ratificadas e sofreram forte resistência principalmente por parte dos EUA, desde aquela época. Não por acaso, sete anos depois, a despeito da gravidade da crise ambiental nesses dois campos, ainda assistimos aos impasses e às lentas e difíceis negociações em torno dessas questões. Por isso escolhemos os dois casos como situações emblemáticas. Por meio desses exemplos se evidenciam, no contexto da globalização, os limites e as possibilidades da gestão do meio ambiente em seus aspectos mais críticos.

No da Convenção sobre o Clima, que resultou no acordo denominado Protocolo de Kioto, podemos observar como os governos dos países ricos e pobres negociaram as cotas de emissão de poluição por meio de mecanismos como o Fundo de Desenvolvimento Limpo, projetos de seqüestro de carbono, criando um “mercado do carbono”, dentro da lógica da economização dos bens ambientais e das trocas do livre mercado. No caso dos transgênicos, vemos como uma multinacional da indústria química exerce poder de pressão contra uma possível ação reguladora e protetora dos interesses ambientais por um governo estadual (no caso o RS), bem como os diferentes posicionamentos dos organismos do poder público.

A seguir passamos a apresentar alguns elementos para compreensão da negociação em torno da Convenção sobre o Clima, reunindo informações e análises sobre seus desdobramentos e conseqüências para a sociedade e o meio ambiente. Quanto aos transgênicos, remetemos ao artigo de Heredia e Menasche, presente nesta coletânea, que traz os elementos para a compreensão desta problemática e a análise dos interesses em conflito pela disputa na questão da produção e comercialização dos organismos geneticamente modificados (OGMs), particularmente as sementes transgênicas.

## A CONVENÇÃO SOBRE O CLIMA

### *O 'estado da questão'*

O quarto encontro da Conferência das Partes para Mudança Climática - entre os dias 2 e 13 de novembro de 1998, em Buenos Aires, que reuniu cerca de 180 países, não trouxe nenhuma medida imediata para a redução das emissões globais de gás carbônico. As definições foram adiadas uma vez mais e a agenda política da reunião deslocou-se para um plano de trabalho destinado a resolver as questões técnicas e políticas presentes desde Kioto, em 1997.

O documento, definido em dezembro de 1997 em Kioto, prevê uma redução de 5% nas emissões globais de gás carbônico por parte dos países desenvolvidos, entre os anos 2008 e 2012, tendo como base o ano de 1990. Entre os países desenvolvidos, os EUA - individualmente o maior produtor desse principal gás do efeito estufa - estão condicionando a redução à participação do bloco dos países em desenvolvimento, conhecido como Grupo dos 77. Na primeira reunião, no Rio de Janeiro, em 1992, esse bloco ficou, em princípio, fora dessa obrigatoriedade.

O Congresso dos EUA tem sido um dos principais pontos de resistência à assinatura do protocolo, pelo temor de que ele possa provocar um aumento de até US\$ 1,400 nos gastos anuais com energia para uma família norte-americana. De qualquer forma, se os EUA e a Federação Russa não assinarem o protocolo, não haverá como o acordo sobreviver. O artigo 25 do protocolo prevê que ele só pode entrar em vigor se o bloco dos desenvolvidos, representando um mínimo de 55% das emissões globais, fizerem sua adesão formal. A dificuldade é que apenas os EUA e a Federação Russa representam 53,5% do total das emissões, estimado agora em 7,7 bilhões de toneladas de gás carbônico. Desse total, pelo menos 3 bilhões de toneladas permanecem na atmosfera. O restante é retirado pelo efeito de fotossíntese de plantas terrestres e microalgas marinhas, os plânctons. A dificuldade adicional é o desconhecimento científico sobre qual é o limite dos oceanos para a incorporação desse gás.

As emissões de gás carbônico, além do metano, dos clorofluorcarbonos e outros que estimulam o efeito estufa, produziram uma elevação de 0,6° Celsius na temperatura média global neste século, avaliam os registros

científicos. Uma das conseqüências desse aquecimento é a elevação das águas oceânicas tanto pela expansão térmica como pelo derretimento de gelos de cumes montanhosos e geleiras. Os dados apontam uma subida no nível dos oceanos entre 15 e 25 centímetros neste século. Além da elevação dos oceanos, o efeito estufa estaria produzindo um maior número de incêndios florestais, alteração no regime de chuvas e formação de tempestades com alto poder de destruição.

*Flexibilização do Protocolo: Fundo de Desenvolvimento Limpo ou livre comércio de cotas ambientais?*

A ação dos países industrializados, liderados pelos EUA, tem sido a de defender a “flexibilização” do Protocolo de Kioto, com a introdução de dispositivos que permitiriam a comercialização de licenças e cotas de emissão de gases poluentes entre os países. Nessa linha, está a criação de um *Fundo de Desenvolvimento Limpo* e os projetos de sequestro de carbono. Por esse mecanismo, os países poderiam comprar e vender cotas e negociar, assim, seu ‘direito de poluir’. Os recursos originários desses fundos seriam teoricamente investidos na modernização e introdução de unidades produtivas mais limpas no Terceiro Mundo, com benefícios globais.

Como se pode observar, este caso revela uma situação exemplar onde a regulação e controle ambiental pode ser ‘traduzida’ pela gramática do livre mercado. A mesma lógica que, em última análise, está na raiz da crise ambiental que gerou a necessidade da regulação em questão. Este círculo vicioso da produção-acumulação-poluição, reproduz as desigualdades globais entre países ricos (futuros compradores das cotas de emissão) e pobres (vendedores de cotas de emissão), sem qualquer alteração no quadro social e ambiental atual.



## Referências bibliográficas

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, 1993.

LEROY, J.; SOARES, M.C.C. **Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil: dilemas e desafios**. Rio de Janeiro: Fase/Ibase, 1998.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

VELHO, O. Globalização: antropologia e religião. ORO, A.; STEIL, C.A. **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 43-61.

WALLERSTEIN, I. **The modern world system**. New York: Academic Press, 1974

\_\_\_\_\_. **Geopolitics and geoculture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

#### SITES RECOMENDADOS

[www.centroclima.org.br](http://www.centroclima.org.br)  
[www.portoalegre2002.net](http://www.portoalegre2002.net)  
[www.forumsocialmundial.com.br](http://www.forumsocialmundial.com.br)  
[www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br)  
[www.rets.rits.org.br](http://www.rets.rits.org.br)  
[www.informema.bio.br](http://www.informema.bio.br)  
[www.sbpnet.org.br](http://www.sbpnet.org.br)

# Cultivos transgênicos e cidadania

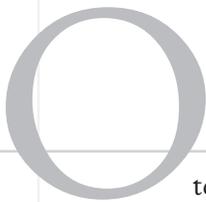
**Beatriz M. A. de Heredia**

*Antropóloga e professora do IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

**Renata Menasche**

*Agrônoma e doutoranda em antropologia social - PPGAS/UFRGS.*





tema dos cultivos transgênicos se insinua, por parte daqueles que os defendem, como sendo o próximo e inevitável passo no processo de modernização da agricultura brasileira, capaz de colocar o país em lugar de ainda maior destaque no panorama mundial, especialmente no que se refere ao mercado internacional da soja.

Os cultivos transgênicos são resultado das modernas técnicas da engenharia genética, que permitem que genes sejam retirados de um organismo e transferidos para outro. Esses genes “estrangeiros” quebram a seqüência de DNA – que contém as características de um ser vivo – do organismo receptor, que sofre uma espécie de reprogramação, tornando-se capaz de produzir novas substâncias. Esses são os chamados transgênicos, ou organismos geneticamente modificados (OGMs).

O principal risco da disseminação dos cultivos transgênicos está na distância que há entre a complexidade dos seres vivos e o patamar alcançado pelo conhecimento científico.

No caso da soja, por exemplo, os cientistas estudaram apenas 0,02% do que há para saber do genoma desse organismo, o que indica que, na manipulação genética que tem por objetivo conferir à planta a resistência ao herbicida Roundup — é essa a única novidade da soja transgênica, a substituição de vários herbicidas por um único produzido pela Monsanto, não havendo qualquer ganho em produtividade da cultura ou no valor nutricional do grão e podem estar sendo modificadas outras características do organismo.

Foi o que aconteceu em 1989 no Japão, onde, para a produção de um suplemento alimentar, alterou-se geneticamente uma bactéria natural visando à produção mais eficiente de triptofano. A manipulação fez a bactéria produzir uma substância altamente tóxica, que só foi detectada quando o produto já estava no mercado. Adoeceram 5.000 pessoas, 1.500 se tornaram permanentemente inválidas e 37 morreram.

Entre as possíveis conseqüências dos cultivos transgênicos estão o empobrecimento da biodiversidade, na medida que essas plantas modificadas geneticamente podem interagir no meio ambiente com as variedades naturais; a eliminação de insetos e microrganismos benéficos ao equilíbrio ecológico; o aumento da contaminação dos solos e lençóis freáticos, devido ao uso intensificado de agrotóxicos e, ainda, o desenvolvimento de plantas e animais resistentes a uma ampla gama de antibióticos e agrotóxicos. Com relação à saúde humana, o aparecimento de alergias provocadas por alimentos geneticamente modificados; o aumento da resistência a antibióticos e o aparecimento de novos vírus, mediante a recombinação de vírus “engenheirados” com outros já existentes no meio ambiente.

É necessário ter claro que caso algumas dessas conseqüências negativas da engenharia genética ocorram, será impossível controlá-las, pois, à diferença de poluentes químicos, os OGMs, por serem formas vivas, são capazes de sofrer mutações, se multiplicar e se disseminar no meio ambiente. Ou seja, uma vez aí introduzidos, não podem ser removidos.

Na Europa, pesquisas de opinião têm evidenciado a rejeição da população à produção e consumo de alimentos transgênicos. Em conseqüência, companhias produtoras de alimentos e redes de supermercado têm buscado fornecedores “OGM free” e governos, amparados no *princípio de precaução* – que tem como elementos a precaução diante de incertezas científicas e o uso de processos democráticos na adesão e observação do *princípio*, inclusive o direito público ao consentimento informado –, têm adotado medidas restritivas, como proibição do cultivo e obrigatoriedade de segregação e rotulagem dos alimentos transgênicos.

Enquanto isso, no Brasil, a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que tem a função de examinar a segurança dos organismos geneticamente modificados – já deu, em pouco mais de dois anos, mais de 300 pareceres favoráveis à liberação de organismos

geneticamente modificados no ambiente brasileiro. Aprovou, também, baseando sua análise exclusivamente na documentação fornecida pela própria Monsanto, a soja Roundup Ready, objeto do primeiro pedido para uso em escala comercial - que apenas ainda não foi implantado porque o Ministério da Agricultura foi impedido de autorizá-lo por uma liminar concedida a entidades ambientalistas e de consumidores pela Justiça, liminar suspensa em 27 de novembro de 1998.

O caso da soja é exemplar para a compreensão do que está em jogo na disputa sobre os transgênicos, e do lugar do Brasil nessa disputa.

São três os grandes produtores mundiais de soja: EUA, Brasil e Argentina, que detêm 90% da produção mundial. O Brasil é, desses, o único em que a produção de soja geneticamente modificada ainda não foi implantada, sendo que 90% da produção brasileira tem como destino a Europa.

A Monsanto é a maior produtora de herbicidas do mundo e a maior empresa norte-americana do ramo de sementes e biotecnologia. No Brasil, após a aprovação da Lei de Cultivares, que instituiu o monopólio privado da propriedade das variedades vegetais no país, a Monsanto comprou várias empresas, consolidando sua supremacia entre as empresas produtoras de sementes no país.

Para a Monsanto, a rápida aprovação da soja transgênica no Brasil é questão-chave em sua estratégia mercadológica: somente assim conseguirá impor seu produto aos consumidores europeus. E uma vez quebrada a resistência através da soja, o caminho estaria livre para qualquer outro alimento modificado geneticamente.

Para o Brasil, a contaminação da produção pela soja transgênica vai significar perda de biodiversidade, escravização dos agricultores às sementes de soja vendidas com exclusividade pela empresa (os grãos produzidos são sementes estéreis) e a desvalorização da soja brasileira - a tendência é que a soja convencional obtenha melhores preços no mercado internacional, havendo atualmente referências de preços até 50% maiores da soja convencional em relação à soja transgênica.

Mas, mesmo que se consiga impedir a implantação dos cultivos transgênicos no Brasil, não estaremos livres de suas conseqüências se não for também impedida a importação de alimentos geneticamente modificados.

A soja brasileira não-transgênica é exportada para a Europa, atendendo à demanda dos cidadãos daquele continente. Mas então, qual é a soja que se consome em nosso país, lembrando que é componente de 70% dos alimentos processados? Já estamos consumindo soja transgênica, uma vez que a soja aqui consumida é importada dos EUA, maior produtor de soja transgênica!

Mais uma vez se assiste aquilo que a experiência já demonstrou que ocorre quando a Europa fecha seus mercados a determinados produtos: esses produtos são vendidos a menores preços, se necessário, “favorecendo” o consumo dos países pobres - maiores mercados consumidores. É assim que a América Latina tornou-se receptora de lixo industrial; de tecnologia contaminante, exportada pelos países do Norte para os nossos países; de produtos como os agrotóxicos, produzidos lá para serem consumidos aqui; ou ainda de casos como o leite de Chernobyl.

É nesse contexto que se insere o debate dos transgênicos, no contexto do debate sobre a ordem produzida pela globalização e sobre as cidadanias diferenciadas dos povos, correspondentes ao lugar que lhes é atribuído nessa ordem.

É, então, nesse contexto, que se tornam tão importantes as denúncias das entidades da sociedade civil ou iniciativas como a de algumas prefeituras do interior do Rio Grande do Sul, que vêm desenvolvendo alternativas concretas ao cultivo da soja transgênica; ou o posicionamento do governo gaúcho, eleito, que coloca em sua agenda a construção de um território livre de transgênicos no estado.

A sociedade brasileira tem o direito de ser informada e debater o tema. Ao governo brasileiro caberia tomá-la como parceira nessas decisões. Isso é o que se espera de um processo democrático, respeitador da cidadania.

# A crise ambiental e suas implicações na educação

Philippe Pomier Layrargues

*Biólogo e Mestre em Ecologia Social e Doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp*

*“A educação ambiental não é neutra, mas ideológica.  
É um ato político, baseado em valores para a transformação social”.*  
(Tratado de Educação Ambiental para Sociedades  
Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992).



## Introdução

O ambientalismo, movimento social e histórico que teve origens a partir da constatação de uma crise civilizacional de feição ambiental, na relação estabelecida entre as sociedades modernas e a natureza, é cada vez mais reconhecido como um fenômeno ideológico no discurso político atual, tornando-se uma nova doutrina além das tradicionais clivagens político-ideológicas das sociedades modernas avançadas (Eder, 1996). Marin (2000), por exemplo, um autor que analisa a relação entre ideologia e meio ambiente, identifica no ambientalismo a presença de três escolas: o ecocapitalismo, o ecossocialismo e a culturalista, evidenciando as disputas internas dentro do próprio movimento. E como um corpo filosófico em plena maturação, inúmeras tendências analíticas sugerem outros modelos de classificação dessa doutrina ideológica com suas respectivas escolas de pensamento.

É preciso então, para analisar o significado da ecologia política de modo mais nítido e coerente, partir do pressuposto de que a questão ambiental, mais do que um assunto técnico ou comportamental, é uma questão política e ideológica, para, desse modo, munir-se de parâmetros capazes de indicar o grau de radicalidade da crítica do movimento ambientalista e, sobretudo, avaliar as implicações da crise ambiental na educação. Nesse sentido, o conceito de ideologia é um dos mais esclarecedores, mas surpreendentemente um dos menos utilizados pelas ciências ambientais. É sobre alguns elementos gerais da teoria das ideologias que discutiremos na primeira parte desse texto, para, a seguir,

examinar a presença do discurso ideológico tanto no ambientalismo como na Educação, para, enfim, apresentar uma tentativa de definição de uma *tipologia ideológica da Educação Ambiental*.

## ELEMENTOS DA TEORIA DAS IDEOLOGIAS Histórico do termo ideologia

O termo ideologia surgiu pela primeira vez em 1801, na França, com Antoine Destutt de Tracy, que publicou o livro intitulado *Elements d'Idéologie*, referindo-se a uma nova área de estudo da zoologia, pois se considerava que as idéias eram um resultado da interação dos seres vivos com a natureza (Vincent, 1995). Segundo López (1993), Destutt de Tracy pertencia ao grupo de filósofos franceses que Napoleão definiu como os “ideólogos”, pois eles foram responsáveis pela fundação da ciência que estudaria a origem das idéias, tornando-se o objeto de estudo científico da ideologia.

Porém, apesar de possuir dois séculos de existência, a ideologia não se tornou uma ciência e nem se constituiu num objeto científico definido, com uma conceituação teórica universalmente aceita pela comunidade acadêmica. Pelo contrário, a complexidade, controvérsia e incerteza que envolve o mundo das ideologias impediram que, até a atualidade, esse termo recebesse uma conceituação definitiva.

Uma grande dificuldade enfrentada pelos estudiosos desse conceito é a forte superposição aos conceitos de *cultura* e *utopia*. Durham (1984) esclarece a diferença básica existente entre cultura e ideologia, já que ambos dizem respeito ao universo simbólico e guiam as ações humanas de acordo com critérios normativos coletivamente construídos e aceitos. Contudo, enquanto a ideologia guarda estreita relação com o poder e a política, a cultura não é concebida como instrumento de dominação, a não ser no sentido genérico de cultura, como interface mediadora da relação entre a sociedade e a natureza, que, nessa condição, representa o instrumento de domínio humano sobre a natureza. A cultura refere-se ao poder humano sobre as forças naturais, ao passo que a ideologia estabelece o poder humano sobre os próprios homens.

Outra dificuldade se deve, em grande medida, à representação social do próprio termo ideologia, que funda a controvérsia em torno de sua definição, já que, de acordo com Guareschi (2000), ocorreram marcantes variações perceptivas para conceituá-lo ao longo desses dois séculos de existência formal do termo. Inicialmente, Destutt de Tracy entendia que o termo ideologia significava o compartilhamento de uma visão de mundo, um conjunto de valores, idéias e filosofias comuns a um grupo social inteiro, que os identificava como um coletivo. E assim, ideologia recebeu uma *conotação positiva*, que a identificava com a *função de integração ou coesão social*.

Porém, segundo Löwy (1991), apenas onze anos depois do surgimento do termo ideologia, o próprio Napoleão foi o responsável pela súbita conversão da conotação do seu sentido, ainda em 1812, quando Destutt de Tracy entra em desacordo com o imperador. De uma conotação positiva, passa então a expressar uma *conotação negativa*, que a identificava com a *função de dominação social*. E foi essa a concepção que prevaleceu por mais tempo na história, chegando a influenciar Marx e Engels em 1846, com a obra *A Ideologia Alemã*, que expressava o termo ideologia como um falseamento ilusório da realidade, a “falsa consciência” promovida pelas classes dominantes com o único propósito de dominar as demais classes sociais.

Gramsci rompeu com a perspectiva teórica marxista da ideologia significar a “falsa consciência” como uma representação distorcida da realidade; e Lênin, Lukács e Mannheim retomam a concepção original de Destutt de Tracy (Guareschi, 2000). Então, ideologia passa a ser interpretada como a concepção da realidade social vinculada não à coletividade como um todo, mas aos interesses particulares de certas classes ou grupos sociais. Identificou-se, portanto, uma *ideologia burguesa* e uma *ideologia proletária*, com suas respectivas visões de mundo convivendo simultaneamente, embora em constante disputa pela conquista da legitimidade no grupo social inteiro.

Löwy (1991) esclarece que Mannheim procurou ordenar sociologicamente o termo, definindo ideologia como o conjunto das idéias, representações, valores e símbolos que orientam a coletividade para a adequação à ordem instituída, enquanto que o termo *utopia* representaria o conjunto de idéias, representações, valores e símbolos de uma parte da coletividade que aspira a uma outra realidade, ainda inexistente. Desse modo, Breton (1976) avalia que enquanto a *ideologia* seria uma doutrina conservadora,

voltada ao passado, a *utopia* possuiria uma dimensão crítica, negando a ordem social instituída, com uma doutrina subversiva, contestadora, orientada para a ruptura social, e, portanto, voltada ao futuro. Assim, equivalentes à *ideologia hegemônica* e *ideologia contra-hegemônica* – de acordo com o antagonismo das classes ou de outras divisões do tecido social – *ideologia* e *utopia* seriam duas faces da mesma moeda. Enfim, na medida que a Utopia atua no desmascaramento da incoerência da ordem social estabelecida, ela guarda estreita relação com a consciência crítica dos grupos sociais dominados.

O fato é que apesar dessa breve, mas conturbada e controversa história formal do termo ideologia, ele existe na vida social desde que se começou a pensar a sociedade, e continuará existindo enquanto o ser humano for um ser gregário e sujeito a normas instituídas pela própria sociedade, apesar da tentativa de se instituir a chegada da época do “fim das ideologias”, como propôs Bell (1997), curiosamente com ampla ressonância.

Vincent (1995) esclarece que a escola do “fim das ideologias” foi um produto da Guerra Fria e resultado de uma fase histórica dos anos 50, que experimentou extraordinário crescimento econômico no Ocidente, cuja prosperidade resultou numa significativa diminuição das diferenças sociais, econômicas e políticas, o que evidentemente implicou no abrandamento das disputas ideológicas. Além disso, o autor acrescenta ainda que a perspectiva do “fim das ideologias” coincidiu com a consolidação da sociologia, particularmente da sociologia americana, ao oferecer justamente a possibilidade de a ciência da sociedade se libertar da ideologia, considerada uma pseudociência da sociedade.

Essa idéia do “fim das ideologias” – ideológica, por sinal, como vários autores empenham-se constantemente em denunciar –, já que procura agir na desqualificação total da ideologia em oposição, encontra atualmente forte resistência. É praticamente unânime a opinião entre os especialistas em ideologia em refutar essa tese. Para Ansart (1978), a única certeza no mundo das ideologias é a permanência da produção ideológica: se a vida política se desenrola tanto no plano das ações como no plano da linguagem, constantemente, a produção ideológica estará sempre acompanhando o conjunto de empreendimentos humanos.

McLellan (1987) sustenta que o fim das ideologias nem sequer está no horizonte, já que a ideologia é um aspecto próprio de todos os sistemas simbólicos que não pode ser substituída pela ciência, por exemplo. Além disso, o autor ressalta que enquanto houver uma correlação assimétrica de exercício do poder no grupo social, haverá ideologias convivendo em constante disputa, pois, segundo Baechler (1976), quanto menor o consenso social, mais será a demanda ideológica na sociedade. E no mesmo sentido, Giles (1985) enfatiza que o fim das ideologias representaria a “mais estéril lucidez”, porque um grupo social sem ideologias não poderia possuir sequer uma representação de si próprio, seria uma sociedade sem face, sem história, sem projeto, entregue a um futuro amorfo.

## Indivíduo e ideologia

De acordo com López (1993), existem duas possibilidades de interação que o indivíduo estabelece com o seu grupo social: uma *relação de acomodação e adaptação* ou uma *relação de transformação e libertação*. São dois modos de se estabelecer a relação com os outros e com o mundo; um *reprodutor* e outro *crítico*, de acordo com a posição social que ocupa, seus interesses e suas possibilidades de interpretação da realidade.

Cada indivíduo insere-se numa sociedade historicamente construída, com uma trajetória percorrida por seus antepassados, anterior a ele (mas sempre em curso), e depara-se diante de uma rede de símbolos também historicamente construída, que por sua vez será interpretada por cada indivíduo - que de acordo com sua história de vida - fará sua própria leitura do mundo e interpretação dos significados, acomodando-se ou insurgindo-se na realidade social, mesmo que tal processo não seja sempre processado ativamente pela consciência do indivíduo. O fato é que as ideologias raramente são escolhidas pelos indivíduos, mas freqüentemente são incorporadas.

Contudo, como a rede de símbolos é o único saber social disponível para toda a coletividade, mesmo que tal rede tenha sido criada e difundida pela classe dominante, ela funciona como a norma controladora dos comportamentos individuais, e nesse sentido, atua como *critério de seleção* da conduta humana, *aprovando a adaptação e reprovando a dissidência* e

outros desvios de conduta, o que significa uma certa coerção, não pela força física ou jurídica, mas pela força do convencimento, dificultando a aceitação coletiva dos indivíduos que porventura sejam classificados como subversivos, já que a subversão se caracteriza pelo desvio da norma, pela não aceitação das normas instituídas. Aqueles indivíduos que não se “conformam”, ou seja, não assumem a “forma” aceita socialmente, e se tornam, portanto, “inconformados”, são naturalmente reprovados pelos valores instituídos.

É nesse sentido que López (1993) afirma que a codificação do saber, ou seja, a leitura e interpretação dessa rede de símbolos, é um processo eminentemente ideológico que conforma ou não os indivíduos a um padrão socialmente determinado. Srouf (1987) compartilha da mesma opinião, posto que as ideologias orientam os valores que reforçam o processo de acomodação ou que municiam os inconformados para que possam resistir e transformar as relações sociais.

Portanto, o sucesso da ideologia hegemônica em manter intacta a coesão social, independentemente do grau de periculosidade de ameaça que o corpo subversivo possa oferecer, depende de um fator psicológico: deve-se ao fato da necessidade do pertencimento social, de compartilhamento de uma identidade coletiva ser algo inerente à subjetividade do indivíduo. Daí sobressai com maior frequência no processo de *reprodução social*, a conformidade e adequação aos valores e às normas sociais instituídos, ao invés do questionamento crítico e do inconformismo. Ou seja, parece haver uma tendência “natural” para que o vetor da reprodução social ocorra em favor da *conservação*, e não da *transformação social*. O discurso hegemônico é freqüentemente carregado de maior credibilidade simplesmente porque ele traduz a segurança da coerência e da continuidade de pertencimento às regras e normas habituais da sociedade (Moreux, 1978). Isso diz respeito ao que Chauí (1993) intitula de “discurso competente”, que é aquele que pode ser proferido e aceito como verdadeiro ou autorizado, acima de qualquer suspeita, pois já perdeu os laços com o tempo e lugar de origem e, portanto, confunde-se com o discurso institucionalmente permitido.

## Conceito de ideologia

É importante frisar que o conceito de ideologia é suficientemente controverso para ser apresentado em algumas poucas linhas, mas uma formulação razoavelmente aceita na literatura, pode ser a seguinte: através

da ideologia, são estabelecidos os referenciais normativos, os mitos, os paradigmas, os valores culturais, enfim, toda ordem de subjetividade que age na leitura individual e coletiva do mundo e sua respectiva interpretação. Em síntese, o conceito de ideologia diz respeito à produção de sentidos explicativos, de significados derivados de uma determinada visão de mundo, que acaba se comportando como um critério de aprovação ou reprovação das condutas humanas, e como um critério de definição das redes de afinidades estabelecidas entre os parceiros e adversários em disputas políticas que envolvem o cotidiano e o destino da coletividade.

Se, conforme ressalta Durham (1984), o conceito de ideologia se refere aos sistemas de idéias que fornecem uma explicação e uma justificativa da natureza da sociedade e das relações de poder – legítimas ou não –, pode-se dizer que ideologia é tudo aquilo que diz respeito à formulação de projetos políticos hegemônicos de manutenção ou transformação da ordem social, no sentido de assegurar a dominação de uma classe sobre as outras, ou de alterar esse regime de dominação.

Ideologia e política são inseparáveis. A rigor, como todo embate político acaba polarizando o campo ideológico em duplas, por intermédio da rede de alianças estrategicamente traçadas, no limite, as ideologias se enfrentam em um par de opostos, antagônicos, mas não necessariamente excludentes. Uma ideologia só é uma ideologia em relação a outra(s) concorrente(s) (Baechler, 1976). E como a meta da política é o poder, a ideologia representa o conjunto dos interesses que acompanham as ações que visam ou à conquista ou à manutenção do poder.

Por isso, ainda segundo Baechler (1976), como os interesses sempre são arbitrários e não se fundam na razão, uma ideologia não pode ser provada ou refutada cientificamente. Por isso, não é possível afirmar que uma ideologia é verdadeira ou falsa, mas apenas se ela é eficaz ou ineficaz, coerente ou incoerente. A ideologia tem apenas a ilusória pretensão de alcançar a verdade, e assim, conquistar a autenticidade de um saber e a legitimidade de um grupo social. Para Moreux (1978), apesar da ideologia buscar fundamentar uma visão de mundo justificadora das condições sociais, promovendo uma leitura dos fatos sociais a mais “verdadeira” possível, no embate entre a ideologia hegemônica e contra-hegemônica, cada qual procura apresentar a melhor versão da “verdade”; ocorre que essa é uma artimanha para se conquistar audiência. A ideologia preocupa-se mais em persuadir do que em informar.

## Funções da ideologia

Se há um tema realmente controverso no universo das ideologias, ele é a definição da função da ideologia. Os estudiosos dividem-se em duas correntes: uma que entende a ideologia como responsável pela *dominação social*, outra que entende a ideologia como responsável pela integração e *coesão social*. Marx & Engels (1999) afirmaram, entre outras coisas, que as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes dentro da coletividade. Isso quer dizer que a classe que possui a força material dominante da sociedade - os meios de produção - é, ao mesmo tempo, a sua força “espiritual” dominante, isto é, a fonte de produção ideológica. Essa afirmação significa que a concepção marxista de ideologia enfoca o fenômeno da dominação social como a função maior da ideologia. Porém, Giles (1985) é um dos autores em sintonia com Ricoeur, que sustenta que a ideologia possui uma *função geral de integração social*, estando a *função particular de dominação* em segundo plano. O autor acredita ser um equívoco considerar a ideologia unicamente em função da justificação dos interesses de uma classe dominante. Seria necessário levar em consideração o problema mais amplo, o da coesão social, onde a dominação é apenas uma de suas dimensões, não a sua condição exclusiva.

Considerando-se a função geral de integração e coesão social, as ideologias são criadas, reproduzidas e cristalizadas no sentido de construir as identidades coletivas, com o propósito de unir todos os indivíduos pertencentes a um mesmo território geográfico e cultural, em torno de um projeto coletivo, um denominador comum, *ainda que porventura tais sujeitos sejam historicamente diferentes, por estarem eventualmente divididos em classes sociais diferentes, onde umas dominam, oprimem e exploram as outras*, ou simplesmente, onde existem conflitos econômicos e políticos (o que parece constituir a regra das sociedades pluralistas modernas), que não são regidas pelas sagradas e inquestionáveis normas ditadas por Deus ou pela Natureza. Nesse sentido, a função geral da ideologia é a garantia da coesão social da coletividade, a manutenção da identidade cultural que permite o progresso, em harmonia, do grupo social, sem riscos de desestruturação interna.

É forçoso reconhecer que a função geral de manutenção da coesão social é legítima, pois ela tem um propósito definido de colocar, na medida

do possível, o interesse coletivo acima dos interesses particulares, na medida que é necessário haver o mínimo consenso articulado entre as forças sociais para aglutinar uma coletividade no esforço para atingir um objetivo comum, mesmo que essa meta seja traçada exclusivamente pelo grupo social dominante.

Contudo, essa função geral de integração social cobra um elevado preço para a garantia das diversidades socioculturais da coletividade: para que a coesão social seja mantida intacta, o *mecanismo ideológico preventivo* consiste na ativação da função ideológica de dominação, que consiste no impedimento, por parte do sistema social dominante, da eventual manifestação das diferenças, das diversidades, da não conformidade, das desavenças, dissidências e descontentamentos que porventura possam surgir e vir ameaçar sua integridade. Parece haver, portanto, uma tendência na função particular de dominação, a um empobrecimento da diversidade, a uma unidimensionalidade da vida, como diria Marcuse (1967).

Em se tratando de coletividades acentuadamente desiguais, a tarefa primordial da função particular da ideologia é, portanto, evitar preventivamente o nascimento de movimentos contestatórios internos, de caráter subversivo, provenientes de grupos explorados ou descontentes com o *status quo*, que podem futuramente acarretar no risco de uma possível desestruturação da ordem social instituída, culminando em significativas rupturas sociais, a exemplo das revoluções, onde o grupo social dominado consegue substituir o grupo social dominante, tanto no poder como no papel de formulador dos novos símbolos sociais.

A função de dominação da ideologia não é das mais simples. Trata-se de convencer sujeitos em posições sociais dominadas a orientarem-se por valores que os mantenham acomodados, subservientes, inofensivos, sem perceberem que estão sendo socialmente oprimidos, culturalmente violentados, economicamente explorados, e, muitas vezes, ecologicamente afetados e, portanto, sem desejarem reagir e alterar as injustas relações sociais. O êxito da dominação só é atingido às custas de um tremendo esforço de sedução discursiva, forjando uma identidade falsa, mas credível; deturpada, mas coerente; absurda, mas eficaz. Uma ordem social injusta numa sociedade claramente desigual é perpetuada justamente porque a ideologia lança mão do artifício da dominação.

Esse eventual risco de desestruturação interna não ocorre por acaso, como um acontecimento fortuíto do destino, mas por processos históricos que acabam por culminar na formação de sociedades profundamente fragmentadas, divididas em conflitos de interesse de acordo com seus respectivos papéis sociais desempenhados. E no processo histórico contemporâneo, via de regra, a cisão original da civilização moderna reside no conflito explicitado entre os proprietários (de bens de produção, da mão-de-obra, do capital, da terra e dos recursos naturais) e os não-proprietários. Essa fratura divide a sociedade entre trabalhadores e patrões, em dominados e dominadores, em explorados e exploradores, excluídos e incluídos, e agora, vítimas e agressores do ambiente, em constante movimento de imposição mútua de interesses e da aquisição do *status* de legitimidade da “verdadeira” leitura explicativa do mundo.

Portanto, se a função particular da ideologia, sobretudo em se tratando de sociedades acentuadamente desiguais, consiste em minar o movimento subversivo, a estratégia de ação ideológica preventiva é o deslocamento das acirradas disputas internas para um outro terreno, neutro, sem pôr em questão a hegemonia e sem questionar as diferenças hierárquicas e os respectivos privilégios do grupo social dominante.

Considerando o fato de a ideologia manifestar-se discursivamente, situando seu poder não na força física ou na coerção jurídica, mas na sedução do convencimento, Giles (1985) afirma que ela procura a qualquer preço negar o conflito, recusa o recurso a uma estratégia conflituosa, na medida em que procura o consenso universal, mesmo apesar de parecer um contra-senso, já que o reino da ideologia é o do conflito político, uma vez que, segundo Ansart (1978), existe uma dicotomia afetiva na sedução discursiva que percorre a ideologia: se, por um lado, a legitimação apela à confiança, por outro lado, a invalidação da ideologia concorrente necessariamente apela ao desprezo, rancor, insegurança, temor (e até mesmo ódio, transformando adversários em inimigos), conferindo assim um acentuado caráter conflituoso. Nesse duplo efeito, o conforto do pertencimento ao grupo para aqueles que se identificam com a ideologia hegemônica, também pode significar uma violência simbólica para aqueles que não se sentem à vontade com essa leitura de mundo. Não é por acaso que a eficácia da ideologia está fortemente condicionada à sua capacidade de advertir o perigo, denunciar o adversário, acusar o

concorrente, mas também ocultar certas “verdades” que explicitariam os procedimentos de desigualdade e dominação.

É nesse contexto que o papel ideológico consiste na dissimulação do conflito, no apagamento das diferenças, o que se faz na criação de idéias que representem sínteses coletivas, consensos universais, construídos a partir do sistema ideológico dominante como tentativa de retratar a sociedade como um organismo coeso e não hierárquico, conflituoso.

Chauí (1995) enfatiza que se a história humana retrata uma história de luta de classes, então a chamada sociedade civil não pode ser uma entidade única, coesa, como uma espécie de grande indivíduo coletivo cujas partes estejam reguladas, em harmonia. Ocorre que essa idéia de sociedade harmoniosa é concebida desde a ideologia burguesa para ocultar o fato de a sociedade significar a produção e reprodução da divisão e luta de classes. Nesse sentido, é fundamental perceber que:

“É impossível compreender a origem e função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos de dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.”  
(Chauí, 1995, p.86).

O que torna as idéias ideológicas é o fato delas omitirem a verdadeira natureza dos relacionamentos sociais, e assim servirem para justificar a desigual distribuição dos recursos e riquezas na sociedade (McLellan, 1987). E nas sociedades desiguais, a difusão das mensagens simbólicas através da propaganda ideológica àqueles que ocupam posições hierarquicamente inferiores aos grupos dominantes, impede que eles sejam capazes de conhecer e entender a posição que ocupam na sociedade, instaurando o processo de alienação e conformismo. Ficam, portanto, incapacitados de lutar pelos próprios interesses, por acreditarem que essa seria a ordem natural das coisas e, acomodados na segurança psicológica do pertencimento social, acabam por defender interesses alheios (Srouf, 1987).

Segundo Meksenas (2000), para Marx, a ideologia política aparece na sociedade capitalista, que se fundamenta numa organização social do trabalho que origina as classes sociais, onde os proprietários dos meios de produção

exploram os recursos humanos. Mas a percepção da exploração e opressão nem sempre está presente na consciência dos indivíduos, porque as ideologias aparecem como idéias que camuflam essa realidade. À medida que as experiências de vida dos indivíduos na vida cotidiana e no trabalho são diferentes, cada um faz sua própria interpretação dos fatos. A visão que a classe dominante tem do trabalho, por exemplo, é diferente da classe trabalhadora: para a primeira, o trabalho é fonte de riqueza, mas para a segunda, o trabalho é fonte de pobreza. Enquanto a classe dominante enfatiza que o capitalismo promove uma boa sociedade, de bem-estar, progresso, liberdade e ascensão social, a classe trabalhadora reforça os aspectos negativos do capitalismo, acusando a desigualdade social, as privações cotidianas, os baixos salários, a falta de liberdade, a impossibilidade de mobilidade social. Contudo, a visão da classe dominante acaba predominando no tecido social, e aparece como a interpretação verdadeira do capitalismo. A constante imposição da “verdade” da classe dominante sobre a coletividade promove a alienação ideológica, que faz com que todos pensem de acordo com os valores da classe dominante. E diante do discurso das “oportunidades iguais para todos”, a classe trabalhadora acaba por julgar a sua posição, inferior por conta do seu próprio fracasso individual, e não a associa aos mecanismos de reprodução social, que os condenam a manter-se na mesma posição, geração após geração. Naturaliza sua condição inferior e se conforma com ela. Esse processo não difere muito do que ocorre na Índia, sociedade dividida em castas sem qualquer possibilidade de mobilidade vertical, simplesmente porque os membros dessa coletividade acreditam estar eternamente condenados a situarem-se sempre na mesma casta de origem dos seus antepassados.

O ocultamento da realidade, a clássica fórmula da “inversão” da consciência, diz respeito à substituição, pela ideologia dominante, dos fatos e relações sociais concretos por seus equivalentes ideais. Srouf (1987) esclarece que a *realidade* não é transparente, ela é captada indiretamente, de modo simbólico, e essa transposição é mediada pela *idéia* formada a partir da sua representação social. O problema, que deriva então na alienação, é que a ideologia é um mecanismo que faz alusão a um aspecto parcial da realidade, apresentando-o como a “verdadeira” realidade, e surpreendentemente, a simples evidência dessa *idéia* ilusória se basta, é suficiente para conquistar credibilidade.

Segundo Chauí (1995), a *realidade* histórico-social do trabalho, por exemplo, é substituída pela *idéia* de trabalho, quando a propaganda ideológica da hegemonia afirma que o “trabalho dignifica o ser humano”, mesmo que o trabalho também brutalize, escravize, entorpeça e explore a maioria esmagadora dos trabalhadores. A *realidade* do Estado é substituída pela *idéia* de Estado, quando a propaganda ideológica hegemônica afirma que o “Estado é o mediador neutro de conflitos”, mesmo que o Estado esteja claramente inclinado na defesa dos interesses da classe dominante. No mesmo sentido, a *realidade* do Direito é substituída pela *idéia* de Direito, quando a propaganda ideológica hegemônica afirma que a “justiça é cega e a lei é igual para todos”, mesmo que a lei frequentemente se aplique com rigor absolutamente diferenciado, de acordo com a posição social do indivíduo, diante da justiça.

Contudo, nem sempre a estratégia preventiva de evitar o nascimento de movimentos subversivos, através da dissimulação do real, obtém êxito. Nesse caso, entra em cena a segunda estratégia ideológica, corretiva, que consiste numa “rendição teatralizada”, numa espécie de “trégua” no embate. Então, no momento em que a ideologia contra-hegemônica adquire crescente importância e atinge um limiar perigoso à ordem instituída, a ideologia hegemônica, para se defender, promove a apropriação ideológica, absorvendo os elementos contestatórios possíveis das “novas” subjetividades dissidentes, mas abdicando dos elementos contestatórios subversivos, altamente ameaçadores, por comprometerem a essência do núcleo ideológico dominante (Ansart, 1978; Breton, 1976). Como todo movimento social que emerge de modo autônomo insurgindo-se contra o sistema social dominante nas sociedades modernas, ao oferecer perigo contra a manutenção da ordem social instituída, ele é discursivamente englobado, tendo dessa forma seu risco de desestabilização suprimido. Esse fenômeno intitula-se “conservadorismo dinâmico”, que se constitui na estratégia reformista do “mudar superficialmente para não transformar profundamente”.

Segundo Gramsci, na interpretação de Mouffe (1978), a ideologia dominante se torna hegemônica a partir do momento em que ela avança com a propaganda ideológica na conquista de novos adeptos fora do círculo corporativo original, contaminando o tecido social por inteiro e aniquilando a periculosidade da ideologia contra-hegemônica.

Ao longo do processo de difusão ideológica, quando se aproveita do procedimento da alienação e promove a apropriação ideológica (a reforma), incorporando os elementos ideológicos dissidentes menos ameaçadores, pois, na verdade, a luta ideológica no concreto não se realiza de maneira maniqueísta e absoluta, através do embate explícito entre duas visões de mundo opostas, elaboradas e acabadas. Ao contrário, por se tratar de leituras diferentes, a disputa ideológica procede através da negociação com processos de desarticulação e rearticulação de determinados elementos ideológicos convenientes, criando alianças genuínas ou forçadas. Desse modo, conquista-se e consolida-se a hegemonia, quando há unanimidade consensual ao discurso ideológico coerente.

É importante ressaltar que, para Mouffe (1978), a disputa ideológica não desemboca necessariamente na substituição de uma ideologia por outra, ou seja, numa ruptura radical de um corpo doutrinário, relegando-o ao exílio nos livros de história por ter sido derrotado por outro mais eficaz. Ocorre, segundo o autor, que esse é um processo de contínua desarticulação e rearticulação de alguns elementos ideológicos. Não é exatamente um enfrentamento explícito entre duas visões de mundo antagônicas elaboradas e acabadas.

Vincent (1995) chama a atenção para o fato de que as ideologias são mais complexas do que aparentam. Apesar de cada ideologia possuir determinadas questões, valores ou idéias centrais, elas evoluem e se superpõem umas às outras, formam contínuos ideológicos em constante movimento e mudança. Toda ideologia é mais uma conjunção de híbridos do que uma doutrina pura e genuína. E, ainda por cima, às vezes há mais afinidade entre escolas de ideologias diferentes do que entre escolas de uma mesma ideologia. Basta observar o complexo panorama das ideologias políticas modernas, e constatar a dinâmica do movimento. As ideologias políticas possuem várias escolas, formando diversas composições ideológicas com fortes interfaces entre si: o *liberalismo* divide-se no liberalismo clássico e no neoliberalismo; o *conservadorismo* divide-se na escola tradicionalista, romântica, paternalista, liberal e Nova Direita; o *socialismo* divide-se nas escolas do socialismo científico, utópico, reformista, pluralista, ético e de mercado; o *anarquismo*, em comunista, sindicalista, mutualista, coletivista e individualista; o *fascismo* divide-se na escola conservadora, nacional, tecnocrática, ruralista e nacional-sindicalista; o *nacionalismo*, em liberal, conservador-tradicionalista e integral; o *feminismo* divide-

se em liberal, socialista-marxista, radical e pós-modernista; e finalmente, o *ecologismo*, em ecocapitalismo, ecossocialismo e culturalista.

Garcia (1994) enfatiza que a mídia e a propaganda atuam como técnicas de reprodução das ideologias hegemônicas, já que elas envolvem a codificação do saber e promovem simplificações das idéias em fórmulas curtas como as palavras de ordem, os lemas e *slogans*, que contêm um apelo aos sentimentos de participação ou distanciamento, que, por sua vez, condicionam a aprovação ou reprovação daquele discurso proferido que busca a legitimação. A contrapropaganda, ainda, segundo o autor, refere-se à tentativa do discurso ideológico hegemônico lançar mão de artifícios pouco elegantes, na medida que produzem argumentos que tentam desqualificar o adversário, desmoralizar os formuladores e, assim, amenizar a aceitação do discurso dissidente entre a audiência indecisa e pouco convencida a respeito das ideologias em disputa.

O movimento *hippie* originalmente desejava explorar ao máximo as fronteiras do permitido e do proibido, no país que proclamava representar a “terra da liberdade”, pronunciamento oficial ideológico do liberalismo. Jimi Hendrix, The Doors, e tantos outros artistas se empenharam a levar essa premissa às últimas conseqüências, e acabaram descobrindo a ilusão da retórica, e desmascararam a farsa cometida pela ideologia hegemônica. Então, o movimento *hippie*, enquanto ideologia contra-hegemônica que teve sua crítica crescentemente amplificada, teve seu ideário absorvido e contaminado pela ideologia hegemônica, e devolvido à sociedade como mais um produto mercadológico da moda. Seu poder contestatório esvaiu-se, diluiu-se na medida que se tornava chique ser *hippie*, era “in” vestir roupas extravagantes, portar símbolos antibélicos, amar a natureza (Maldonado, 1971). Mas o seu poder contestatório diluiu-se na multidão que incorporava ingenuamente os símbolos expostos pelo modismo, que trazia o sentimento de pertencimento ao grupo, mas destituído da intenção de explorar os limites da liberdade para além do que era interdito pelas convenções sociais.

## Geografia e ideologia, paz e guerra

O geógrafo francês Yves Lacoste costumava dizer que a geografia serve, antes de mais nada, para fazer guerra. Curiosa constatação, mas

profundamente sensata, já que a demarcação de territórios e suas respectivas fronteiras geográficas, estabelecendo limites de um domínio territorial ao outro, significa explicitar um conflito de interesses potencial sobre o verdadeiro proprietário daquele território. Mas a história não é estática, as coisas que aí estão não foram eternamente dadas, foram historicamente construídas. E no tempo histórico, os territórios e seus limites geográficos sempre foram flexíveis, maleáveis, e nunca rígidos como os reis e imperadores gostariam que fossem. Essa flexibilidade deveu-se às tensões nas relações de poder entre as nações fronteiriças, manifestadas através das guerras, aumentando os limites ou recuperando um domínio anteriormente perdido. Assim, mapas político-geográficos se alternam e se sucedem, avançam e recuam, definindo uma territorialidade variável ao longo do tempo.

No mundo das idéias as coisas não se passam de modo muito diferente do mundo geográfico. Assim como a fronteira geográfica serve para assegurar os limites territoriais onde vive um determinado grupo social, a ideologia serve para assegurar a coesão social do grupo. Mas as ideologias representam o terreno das lutas dos interesses, envolvendo-se na tarefa de assegurar a manutenção da identidade coletiva de um grupo social, de uma coletividade, comunidade, sociedade, nação, ou mesmo de uma civilização inteira, conforme o caso. E no tempo histórico, as ideologias sempre foram flexíveis, maleáveis, e nunca rígidas. Assim, mapas ideológicos se alternam e se sucedem, avançam e recuam, definindo uma subjetividade coletiva variável ao longo do tempo.

O paralelo ou a analogia entre o território geográfico e o território ideológico é bastante evidente: pertencer a uma ideologia significa compartilhar subjetividades, símbolos e uma identidade comum para além de um mero pertencimento coletivo à pátria ou terra natal. Ambos desempenham funções e obedecem a lógicas semelhantes. Dessa forma, Geografia e Ideologia se complementam numa unidade funcional, pois enquanto a demarcação de uma fronteira geográfica explicita o objeto de um conflito *externo*, isto é, situa o “oponente” potencial *fora* do *território físico* comum ao grupo, a delimitação de um corpo ideológico tem como objeto um conflito *interno*, isto é, situa o “oponente” potencial *dentro* do *território simbólico* comum ao grupo. Nesse sentido, na mesma medida que a geografia

pode fazer a paz, mas serve para fazer a guerra, poderíamos dizer que a ideologia pode fazer a paz, mas serve também para fazer a guerra.

## A Ideologia no ambientalismo

Na medida que a busca da compreensão das causas da crise ambiental foi rápida e gradativamente deslocando-se do terreno natural para o social, tecendo vínculos explícitos com o modelo de organização social, as relações sociais, o sistema econômico e os meios de produção, afastando-se assim da perspectiva meramente naturalista da questão ambiental, o que aparece para explicar a “crise ambiental” se torna, na verdade, um “dilema civilizacional do sistema capitalista”, cujo pano de fundo encontra-se não nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, mas no seio da própria sociedade. A crise ambiental aparece então como uma das inúmeras manifestações do dilema civilizacional que o capitalismo enfrenta, que principia a ser identificado. Evidentemente, esse novo panorama explicativo da “crise ambiental” tornou-se insuportavelmente ameaçador para a ideologia dominante.

Maldonado (1971), autor que analisa a relação entre ecologia política e ideologia, sustenta que a crise ambiental é mais uma crise de sociedade do que da natureza. E a mobilização pública sobre a problemática ambiental foi inicialmente dirigida no sentido de impedir que essa problemática assumisse contornos sociais. Nesse sentido, o autor acusa o mascaramento da realidade, promovido pela ideologia hegemônica, em inverter a equação, transformando a crise social em crise ecológica. Colocou o problema como uma questão da natureza, ao invés de uma questão da sociedade.

E na questão ambiental, o fenômeno da apropriação ideológica disfarçadamente se repete. O ambientalismo originalmente consistia num corpo ideário francamente contestatório nos anos 60, na medida que acusava o capitalismo, o gigantismo das instituições, o lucro, o industrialismo, o consumismo, o materialismo, o individualismo, a competição, a hierarquia e suas sutis formas de dominação, e outros valores como os elementos responsáveis pela crise ambiental contemporânea. Já que tais elementos

constituíam o núcleo ideológico do sistema social dominante, estava evidente o potencial subversivo da ideologia ambientalista, ou seja, era potencialmente grave o risco de desestruturação social interna provocada por sujeitos descontentes com o rumo civilizacional que suas nações estavam empreendendo. Estava em curso uma grave clivagem interna, que paulatinamente mostrava uma acentuada divisão na sociedade moderna.

O poder subversivo do ambientalismo original estava na sua capacidade de agrupar não apenas um grupo social qualquer, a exemplo de uma classe ou categoria profissional defendendo interesses corporativos, que poderia se opor ao interesse coletivo, como é o procedimento que normalmente ocorre nos embates ideológicos. Na verdade, o ambientalismo detém uma fenomenal capacidade para promover alianças. O que ocorre é uma inimaginável efervescência em torno de um projeto utópico que teoricamente interessa simplesmente a toda a humanidade, na medida que torna visível o panorama catastrofista de uma crise ambiental derradeira e absoluta, ameaçando inclusive a sobrevivência da própria espécie humana. Nesse cenário, o ambientalismo, a rigor, pode tornar-se uma ameaça ainda mais desafiante para o capitalismo do que o próprio socialismo. Assim, o ambientalismo original contava a seu favor com a principal condição de sucesso de uma ideologia em ascensão: a capacidade de interessar e arregimentar qualquer indivíduo preocupado com o destino do planeta, uma eficácia discursiva inquestionável.

A questão decisiva que permitiu a apropriação ideológica é que o pensamento ambientalista original não surgiu pronto e acabado, com um corpo teórico e filosófico estruturado, definido, consolidado. Além disso, o processo da ecologização da sociedade não ocorreu de modo instantâneo, contaminando de imediato todos os setores da sociedade, ao contrário, permitiu que releituras, novos debates, novos conceitos fossem sucessivamente incorporados ao longo do processo de maturação do pensamento ambientalista.

Foram esses os dois principais fatores que permitiram à ideologia dominante apropriar-se de determinados elementos contestatórios do ideário ambientalista, suprimindo aqueles subversivos, para, enfim, reformular a pauta ambientalista a seu favor, tornando-a menos ameaçadora aos valores e paradigmas vigentes. Os ideólogos do ambientalismo não podiam imaginar a dimensão do poder subversivo que estava sendo gestado, não podiam

imaginar que os itinerários da ecologia política estavam conduzindo a duas vias distintas de tratamento da questão ambiental, que estão por trás da atual confusão conceitual e inconsistência teórica das ciências ambientais.

Não é nosso propósito aqui discutir todo mecanismo de apropriação ideológica do ambientalismo, mas ressaltar o principal fato que determinou o enfraquecimento do ambientalismo como ideologia contra-hegemônica, que produz efeitos ainda hoje, sobretudo na educação ambiental, a porta-voz das ideologias ambientalistas.

O argumento inicial para apagar as diferenças sociais que fragmentam as sociedades modernas que a questão ambiental poderia estar trazendo à tona, foi a sua própria condição de sucesso: se a crise ambiental é planetária e absoluta, teoricamente ela atinge a todos os seres humanos, indistintamente. Então, aqui se unificam os interesses em torno de uma pauta mais urgente, que é a salvação do planeta. Mas a estratégia discursiva só se completa quando se anuncia que, além de vítimas, todos também são responsáveis, de forma igualitária, pela crise ambiental. Forma-se uma conjuntura onde a humanidade como um todo aparece tanto como responsável pela atual crise ambiental como vítima de seus efeitos. Dessa forma, consolida-se um consenso universal apaziguador, pois assim, as vítimas não mais podem responsabilizar os culpados, já que todos são iguais perante a “catástrofe ecológica”.

É essa síndrome da “catástrofe ecológica” verdadeira ou não, mas simbolicamente eficaz, que mobiliza as pessoas à adesão ao novo discurso ecológico, deixando em segundo plano as disputas menores, a exemplo das diferenças sociais e econômicas, existentes tanto entre países (Norte e Sul), como dentro dos países (elites e pobres). No entanto, no calor dos debates, afirmar que a crise ambiental é urgente e decisiva porque afeta indistintamente a todos, conferiu ao ambientalismo original um tributo elevado demais, pois permitiu a abertura da infiltração hegemônica no seu pensamento às custas da perda da radicalidade original do movimento.

Se todos são potenciais vítimas da derradeira catástrofe ecológica que poderia extinguir até a vida humana no planeta, e se todos são agentes causadores da crise ambiental, então todos compartilham da mesma responsabilidade, e nesse sentido, todos deveriam deixar em segundo plano as pequenas “desavenças” das desiguais relações de poder, para reunir

esforços e montar alianças para combater a crise ambiental. Nesse contexto de ausência de sujeitos sociais específicos em seus respectivos papéis sociais, é o próprio ser humano como espécie biológica que desponta como condição de culpado. Cria-se a abordagem biologicista da questão ambiental, onde o crescimento demográfico da humanidade, por exemplo, aparece inicialmente como o maior problema a controlar nas décadas de 60 e 70, que segue depois com a culpabilização do “consumidor” que deve adotar estilos de consumo politicamente corretos.

As primeiras imagens da Terra vista do espaço, fotografadas pelo satélite Lunar Orbiter em 1966, mostrando esse minúsculo ponto azul navegando sem destino na imensidão do espaço, e a subsequente publicação do livro *The economics of coming spaceship earth*, do economista Kenneth Boulding, possibilitou que se criasse analogias como a da Espaçonave Terra, onde todos os seres humanos se encontrariam no mesmo barco, com suprimentos limitados, ou seja, com o *Nosso Futuro Comum* como destino final, conforme ressaltou propositadamente a Comissão Brundtland no título do seu relatório (CMMAD, 1988), que não por acaso se tornou o *slogan* da propaganda ideológica dominante mais difundido na década de 90. Portanto, deveríamos nos preocupar com uma ação comum. Todo problema situado no terreno dos conflitos sociais passa a ocupar um espaço marginal na agenda política. Nessa ótica, não são mais os efeitos colaterais do capitalismo expansionista que tanto desestruturam a organização social, como a ecológica, que estão na raiz da crise ambiental. E no mesmo sentido, determinados grupos sociais submetidos pelos riscos ambientais oriundos do agravamento das condições ecológicas, grupos sociais normalmente já submetidos a relações assimétricas de poder, perdem ainda mais visibilidade.

A figura da Espaçonave Terra propiciou a formulação de novos conceitos como “Capacidade Suporte do Planeta” e “Desenvolvimento Sustentável” e novos *slogans* como, por exemplo, o “Direito das Gerações Futuras”, ou a “Hipótese Gaia”. O propósito fundamental dessa estratégia é a promoção da ilusão de que a humanidade como um todo é tanto agente deflagrador da crise ambiental, como sua vítima. Essa estratégia prioriza a visibilidade da pauta dos problemas ambientais globais e futuros em detrimento dos problemas ambientais locais e presentes, porque é no espaço global e no tempo futuro que os sujeitos históricos se diluem, e enfim, todos podem se identificar como

“parceiros” num presente com um destino comum, como responsáveis e vítimas, portanto, como “sujeitos ocultos” de um modo absolutamente homogêneo. A figura do “homem abstrato”, que tanto é vítima como causador da crise ambiental, permite que se omitam as causas primeiras da crise ambiental, e, de imediato, soluções que poderiam ser apresentadas no âmbito do coletivo e da política, estruturam-se no âmbito do indivíduo e da técnica: agora, o que importa é conhecer o funcionamento dos sistemas ecológicos para saber como deles se apropriar, sem provocar efeitos colaterais negativos.

Souza & Vieira (1984) são outros autores que denunciam o mascaramento ideológico presente na questão ambiental. Eles afirmam que a ideologia hegemônica conseguiu colocar a responsabilidade pela poluição no ser humano indistintamente, como um “homem abstrato”, um ser eminentemente desajustado na natureza. Com esse procedimento, omite-se a responsabilidade dos processos produtivos desde o industrialismo, mascarando a origem da dinâmica do sistema de produção que visa à garantia do lucro, isentando o processo de qualquer custo adicional para controlar as externalidades ambientais materializadas na poluição industrial. Os autores advertem que a poluição deveria ser considerada para além de sua dimensão técnica, permitindo a compreensão do mecanismo ideológico presente no fato, possibilitando o estabelecimento dos nexos da apropriação privada do benefício - a mercadoria - e a socialização do prejuízo - a poluição - exatamente conforme ocorre na distribuição das riquezas geradas pelo processo produtivo, entre os proprietários e não-proprietários.

Na tentativa de suprimir o risco do conflito político, a ideologia dominante lança cenários de disputas menos ameaçadoras, e os eixos das clivagens ideológicas foram se sucedendo e perdendo a radicalidade: da polaridade entre capitalismo e socialismo, passou para a polaridade Norte e Sul, ricos e pobres, e agora se situa entre as gerações presentes e futuras. A *realidade* do desenvolvimento sustentável, por exemplo, é substituída pela *idéia* desse estilo de desenvolvimento, quando a propaganda ideológica afirma ser esse um estilo que se preocupa com a satisfação das necessidades humanas atuais sem comprometer os direitos das gerações futuras, mesmo que o desenvolvimento sustentável atualmente implantado seja da escola do ecocapitalismo, guardando estreita relação com a economia de mercado.

Sim, esse panorama é verdadeiro, mas retrata uma verdade parcial. É a verdade percebida e apresentada por quem está na situação dominante, hegemônica. Mas essa verdade é fragmentada, ela omite o fato de estarmos tal como o Titanic, que afundou levando consigo apenas os passageiros da segunda categoria, com pelo menos duas classes diferentes, bem demarcadas, nessa Espaçoave Terra. Os problemas globais e futuros de fato podem ameaçar amanhã a humanidade como um todo, mas são os problemas ambientais locais e atuais que ameaçam hoje determinados sujeitos, além de evidenciar os conflitos sociais em torno do acesso e uso dos recursos naturais, e mais do que isso, revelar que uns (os dominantes) são mais responsáveis do que outros (os dominados), revelar também que uns (os dominados) são mais atingidos do que outros (os dominantes) pelos riscos ambientais.

Esse interesse comum que o ambientalismo poderia reunir não é tão verdadeiro assim, na medida que ele produz um efeito ilusório e anestésico sobre os sujeitos que sofrem os encargos do atual dilema civilizacional. Esse interesse que poderia ser agenciado no movimento subversivo, revelando então as lutas e embates sociais e suas respectivas condições de exploração, foi dirigido para um outro contexto, neutro, mantendo invisível as lutas sociais, pois homogeneizou as identidades de cada agente social.

Que a questão ambiental é ideológica, não há dúvidas. Elevar a condição da humanidade como espécie biológica causadora e vítima da crise ambiental reflete incontestavelmente a estratégia ideológica inicial do apagamento das diferenças, o nivelamento de interesses, o apaziguamento dos conflitos.

Lançados os fundamentos da apropriação ideológica, o que se percebe atualmente é o notável êxito das forças sociais dominantes no impedimento da manifestação da diversidade interna ameaçadora, preservando não a natureza, mas a ordem social instituída (Layrargues, 1998).

O aspecto mais frustrante da crítica ideológica é a percepção da condição de alienação em que se colocam inúmeras vezes que em passado recente compartilhavam do ideário ambientalista original, mas que paulatinamente foram cedendo e absorvendo o novo ideário hegemônico, já alterado e destituído de seu poder ameaçador. Inócuo, uma vez que tais vozes somam-se agora ao sistema social dominante, encarregam-se de afirmar que a sociedade passa necessariamente por etapas, e estaríamos agora em

pleno processo de mudanças. Como se fosse realmente necessário para uma sociedade percorrer determinadas etapas em direção à criação da sociedade sustentável, percebem essa, que por sua vez, obedece à lógica da ideologia evolucionista. O que tais vozes não percebem – e essa é a condição básica da alienação – é que as “mudanças” atualmente em curso inserem-se no chamado “conservadorismo dinâmico”, que é a apropriação ideológica. A ideologia hegemônica, confrontada com o poder subversivo, se vê assim forçada a produzir reformas, mas não transformações do porte das revoluções, e essas reformas são percebidas como as etapas sucessivas da ecologização da sociedade, sem perceber que o núcleo da ideologia hegemônica permanece não apenas inabalado, mas fortificado, na medida que a contra-hegemonia se enfraquece.

É necessário enfatizar que sim, todos os seres humanos provavelmente desejam construir uma sociedade sustentável. O objetivo, a meta a ser atingida é comum a todos. Porém, são os caminhos para se chegar lá que divergem. E são ocultados, sistematicamente omitidos pela ideologia dominante, que apresenta o seu caminho como o único possível.

No contexto da alienação, é frequente observar a realização de alguns atos críticos, questionadores, mas sem apresentar o potencial subversivo que comporta a ideologia contra-hegemônica, pois não representa uma crítica substantiva ao núcleo ideológico hegemônico. Não deixa de ser uma surpresa ver até que ponto se exerce o domínio da hegemonia. É possível criticar o consumismo, por exemplo, porque ele é um elemento inerte, periférico no capitalismo atual. A crítica ao consumismo representa uma pequena ou mesmo nula ameaça de desestruturação da ordem porque o consumo insustentável pode se tornar um consumo sustentável, na onda do “consumo verde”, da produção limpa, da reciclagem e das normas ambientais. Ou seja, trata-se de uma proposta reformista como projeto ambientalista. Mas podemos fazer o mesmo com relação à privatização dos recursos, tal qual ocorre atualmente em torno da polêmica da apropriação privada dos recursos genéticos? Poderíamos, no mínimo, questionar a ausência da função social da propriedade privada dos recursos ambientais. Até onde a crítica contra-hegemônica encontraria ressonância na sociedade e respaldo dos aparelhos ideológicos.

## A ideologia na educação

De acordo com Meksenas (2000) a Educação nasce, nas sociedades primitivas, como um meio de transmitir e assegurar a outros indivíduos, nas futuras gerações, o conhecimento das técnicas e comportamentos que o grupo social desenvolveu desde seus antepassados no relacionamento com o mundo, como uma estratégia de garantia de sobrevivência da coletividade. A Educação nasce, portanto, como um mecanismo de *reprodução social*, ao fixar normas que conformam os indivíduos para o bem da coletividade. Contudo, nas sociedades modernas, aquele saber compartilhado que assegurava a perpetuidade do grupo social não atua mais sozinho no campo da Educação. A Educação deixa de ser apenas uma, e se torna, também, múltipla, destinada à especificidade das diferenças entre os indivíduos, de acordo com seus papéis sociais assumidos e desempenhados no grupo.

Émile Durkheim, que pode ser considerado o fundador da sociologia da educação, entendia que quando a moral ou a consciência coletiva não eram mais compartilhadas por todos os indivíduos integrantes de um determinado grupo social, a harmonia e a ordem social que garantiam a perpetuidade da sobrevivência da coletividade eram perturbadas, ou seja, assim que as leis de convivência em sociedade deixam de ser obedecidas, ou quando perdem sua eficácia, surgem os problemas sociais. Era essa a interpretação que Durkheim realizou a respeito da nascente sociedade capitalista, ainda no período da Revolução Industrial, que provocava uma desordem social. Nesse sentido, Durkheim acreditava que apesar dos problemas, o capitalismo era um modelo para uma sociedade perfeita, e bastava corrigir as suas imperfeições. Com essa visão de sociedade, Durkheim entendia a Educação como um instrumento, cuja função fosse a promoção da moral social, a fim de garantir a ordem na sociedade. Nesse contexto, a Educação desponta como o elemento que adapta e conforma os indivíduos às normas instituídas, garantindo a integração dos indivíduos à sociedade, sem que os interesses individuais prevaleçam sobre os coletivos. Evitando a contradição entre os interesses individuais e coletivos, a Educação aparece como um elemento ideológico integrador, inculcando no indivíduo, os símbolos e as visões de mundo coletivamente compartilhados pelo meio social. Esse modelo de educação é conservador, pois parte do princípio de que a sociedade não precisa ser transformada, apenas reformada.

Diante desse importante papel ideológico, Durkheim percebeu que a Educação deveria estar subordinada a uma instituição capaz de controlar o destino do processo educativo, que coube, então, ao Estado, por intermédio da escola. A tarefa que cabe à escola, do ponto de vista durkheimiano, não é a transformação da sociedade capitalista, mas sim a reprodução dos valores morais dessa sociedade, integrando os indivíduos. Karl Mannheim, também sociólogo da educação, caminhou no mesmo sentido de Durkheim, aperfeiçoando suas análises.

Ao contrário de Durkheim e Mannheim, Marx acreditava que a sociedade capitalista era imperfeita por natureza, ou seja, ao invés de apenas corrigir suas imperfeições, ela deveria ser completamente transformada. E o único caminho possível era através da luta política travada pelos grupos sociais hierarquicamente inferiores aos grupos dominantes, abolindo a distinção entre os “proprietários dos meios de produção” e os “recursos humanos”. Embora Marx não tenha promovido reflexões acerca da Educação, sua obra permite uma interpretação sobre o assunto. Dessa forma, a perspectiva marxista entende que a educação atua na verdade como um instrumento de dominação de classes, onde a escola seria a responsável pela transmissão e reprodução da ideologia dominante, cristalizando os interesses da hegemonia sem o uso da força física ou da coerção jurídica. Assim, numa sociedade dividida e desigual, a própria educação se encarrega de reproduzir a divisão e a desigualdade.

Na esteira do raciocínio, Roger Establet e Christian Baudelot desenvolveram uma concepção crítica da educação no capitalismo na década de 70, na França, e chegaram à conclusão de que a educação seria um aparelho ideológico de reprodução social, que se encarrega de manter o *status quo* nas relações assimétricas entre os grupos sociais exploradores e explorados, evidentemente, favorecendo os interesses da ideologia hegemônica.

Mas, ainda na década de 70, surgiu uma nova interpretação sobre a educação como aparelho ideológico de reprodução social. George Snyders percebeu o limite da teoria de Establet-Baudelot, por atribuírem à educação apenas o papel de manutenção da ideologia dominante. Snyders, ao contrário, verificou que, na realidade, a Educação pode ser um aparelho ideológico tanto de reprodução como de transformação social, dependendo dos interesses e ações das forças sociais presentes na escola. Snyders afirmou que a escola e a educação não se resumem ao papel conservador, pois elas são vivas e dinâmicas, já que existem forças progressistas atuando no seu interior,

materializado pela resistência de alguns professores, alunos e movimentos sociais. Snyders demonstrou que a escola é um espaço institucional disputado tanto pelas forças sociais conservadoras como progressistas, e concluiu que a própria escola acaba reproduzindo a luta de classes.

Portanto, a Educação, assim como o Estado, a lei, a polícia, a mídia, e a moda, se constituem num eficaz aparelho ideológico, talvez dos mais privilegiados, pois se encarrega de reproduzir e perenizar os símbolos, valores culturais e paradigmas dominantes ao longo do tempo, transmitindo-os para as novas gerações. A Educação, para Baechler (1976), é o maior aparelho de difusão ideológica, sua eficácia é muito maior do que a da *intelligentsia*, porque ela promove a mediação entre os produtores e consumidores das ideologias. Nesse sentido, a luta ideológica se desenrola também no campo educativo, isto é, se materializa no confronto dos dois projetos pedagógicos possíveis: o oficial, hegemônico, que visa manter e reproduzir o *status quo*; e o alternativo, contra-hegemônico, que visa alterar esse *status quo*. Assim, o embate traduz-se nas correntes pedagógicas conservadoras/liberais (pedagogia tradicional, nova e tecnicista) e progressistas (libertadora e crítico-social dos conteúdos).

É importante assinalar que a passagem de uma relação de acomodação para uma de transformação da sociedade é o que a educação popular intitula como processo de *conscientização*, contra a alienação do conformismo, sobretudo por parte dos grupos marginalizados que não podem compreender os motivos da difícil conformação a uma sociedade desigual.

## Por uma tipologia ideológica da educação ambiental

Na medida que a educação ambiental pode ser considerada a porta-voz do ambientalismo, ela não pode ser analisada em separado do contexto anterior, e, nesse sentido, ela se circunscreve permeada pela mesma tensão ideológica existente tanto no ambientalismo como na Educação. À luz da teoria das ideologias, que nos auxilia a identificar os elementos ideológicos presentes, tanto no ambientalismo como na educação, verifica-se que a educação ambiental só se torna possível no plural. Ao contrário do processo de institucionalização da educação ambiental, que acaba por definir um modelo único e legítimo de educação ambiental, as práticas pedagógicas relativas à questão ambiental podem se situar nos dois pólos das ideologias.

Por isso, faz sentido perguntarmos se o processo de institucionalização da questão ambiental e da educação ambiental, em particular, não tem significado uma diluição dos conteúdos críticos presentes no ambientalismo original, que como atesta Lima (1999) “a perda do caráter crítico do ambientalismo pode ser observado na despolitização dos discursos e práticas e no esvaziamento dos conflitos socioambientais, que, gradualmente, são substituídos por discursos conciliatórios”.

Assim, verifica-se não ser por acaso que atualmente, passados pouco mais de vinte anos de existência da educação ambiental, alguns educadores comecem a sugerir a necessidade tanto de acrescentar um outro adjetivo para nomear e distinguir a educação ambiental contra-hegemônica, que seria a educação ambiental *crítica* (Guimarães, 2000), *emancipatória* (Quintas, 2000) ou *popular* (Carvalho, 2001), em contraposição à educação ambiental convencional, como para desenvolver uma tipologia para classificar os perfis ideológicos ou o tipo ideal da educação ambiental (Lima, 1999; Layrargues, 2000). É nesse sentido que Carvalho (1989) já havia nomeado a polarização da educação ambiental entre a oficial e a alternativa, a primeira representando a ideologia hegemônica, e a segunda, representando a ideologia contra-hegemônica. Seu trabalho, aliás, é de suma importância por se constituir num pioneiro esforço para “desfazer a coesão generalizante que o adjetivo ‘ecológico’ abriga”.

Ora, se a Educação convencional não é ambiental, foi preciso adjetivá-la com o “ambiental” para demarcar a diferença da Educação não sustentável, da nova, agora pretensamente sustentável, conforme salientou Brügger (1994). Contudo, temos o hábito de crer que isso por si só já basta, quer dizer, entendemos a educação ambiental no singular, encarregada de ser a legítima portadora dos valores contra-hegemônicos em resposta à Educação convencional. Ora, na verdade essa é simplesmente uma incompreensão derivada da condição de alienação, na medida que se aceita acriticamente o mecanismo do conservadorismo dinâmico, e perde-se a visibilidade da existência de dois projetos ideológicos diferentes para a educação ambiental, que ora trataremos de expor. Nomear e instituir uma educação como “ambiental”, no singular, constitui-se na estratégia reformista para diluir a crítica subversiva invadindo o terreno da educação.

As feições gerais desses dois modelos de educação ambiental, suas características, suas respectivas visões de mundo, suas diferentes

formas de interpretar a crise ambiental, e seus respectivos meios de implementar ações pedagógicas são os seguintes:

Enquanto a educação ambiental convencional concebe a humanidade como deflagradora e vítima da crise ambiental, a educação ambiental crítica identifica sujeitos sociais específicos, com níveis diferenciados, tanto de responsabilidade quanto de exposição aos riscos ambientais, de modo inversamente proporcional.

Enquanto a educação ambiental convencional concebe a problemática ambiental como uma decorrência da falta de conhecimento apropriado do funcionamento dos sistemas ecológicos, diante da constatação da proximidade de alguns dos limites ecossistêmicos serem atingidos, a educação ambiental crítica entende a problemática ambiental como um desdobramento do processo de apropriação privada dos recursos tanto humanos como naturais. E nesse sentido, a prática pedagógica da educação ambiental tradicional volta-se ao ensino da ecologia, aproximando-se da educação conservacionista, enquanto que a prática pedagógica da educação ambiental crítica volta-se à reflexão do funcionamento dos sistemas sociais, além dos sistemas ecológicos.

Com a ideologia hegemônica produzindo igualdades e reduzindo as diferenças, o apelo à interpretação biologicista é tão forte na tentativa de homogeneizar todos à mesma condição, tanto de culpados como de vítimas, que se torna necessária a aquisição de conhecimentos ecológicos para se conquistar mudanças de comportamentos. Por isso esse é o tema número um do debate na educação ambiental convencional, representante da ideologia hegemônica.

A educação ambiental convencional, pragmática, entende que a crise ambiental é derivada da perda de capacidade de compreensão do funcionamento dos sistemas ecológicos, por isso a confusão entre conteúdos ecológicos e abordagem biologicista, e se chega na premissa do conhecer para amar, amar para preservar, e sempre com argumentos utilitaristas. Já a educação ambiental crítica entende que a crise ambiental é decorrente do agravamento da tensão da lógica da apropriação privada dos recursos humanos e naturais, que na ordem econômica competitiva, são forçados ao uso abusivo. Analisar o funcionamento da sociedade resultará forçosamente na compreensão e conscientização dos processos sociais e econômicos que determinam as divisões sociais e as relações de

exploração e domínio de uns sobre outros; o que evidentemente não é do interesse dos grupos sociais dominantes. Por isso esse tema é enfaticamente negado, interdito, e desviado para outro contexto, situado fora do funcionamento da sociedade. Assim, apesar da crise ambiental ser, na verdade, uma manifestação de um dilema civilizacional, sob a ótica hegemônica a crise ambiental deve aparecer como um problema situado na interface da relação do ser humano com a natureza. E na esteira do raciocínio, o que deve ser discutido passa a ser o funcionamento da natureza. A biologia se torna então a principal disciplina a cumprir o papel de legitimadora dessa “verdade”, mantenedora da crítica alienada, até que finalmente a sociologia entra no exame da questão ambiental, trazendo novos argumentos complicadores para a hegemonia.

A ideologia hegemônica investe na crítica do consumo, mas não na da produção, pois o consumo distancia o panorama da escassez e anuncia o cenário da abundância. A política só faz sentido no reino da escassez, ao passo que a economia gira em torno da abundância. Daí o recurso ao “fim das ideologias”.

Enfim, a Educação Ambiental crítica é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática. Assim, a pergunta que atualmente deve ser feita é o tipo de ecologização da educação e da sociedade, e não o grau de incorporação da variável ecológica, pois, à medida que a educação e a sociedade se ecologiza pela vertente hegemônica, ocorre uma gradual diluição dos conteúdos emancipatórios do discurso ambiental alternativo. No mesmo sentido, devemos nos indagar a respeito do modelo de educação ambiental, refletido e praticado em todos os espaços pedagógicos disponíveis, aquele que possui como eixo de atuação, a transformação ou a conservação social.

Os quadros a seguir dão um resumo sobre as principais questões discutidas ao longo do texto.

<b>IDEOLOGIA POLÍTICA</b>	
<b>Hegemônica / dominante</b>	<b>Contra-hegemônica / Subversiva</b>
<p>Conservar os valores e a visão de mundo dominantes no grupo social.</p> <p>Conformismo, acomodação, adaptação</p>	<p>Alterar os valores e a visão de mundo dominantes no grupo social.</p> <p>Dissidência, transformação, libertação</p>
<b>AMBIENTALISMO</b>	
<b>Oficial</b>	<b>Alternativo</b>
<p>O problema ambiental é decorrente de falhas na interação entre o “homem!” e a natureza: a natureza é agredida pelo homem, por intermédio de uma cultura que opõe sociedade e natureza.</p> <p>Há um desequilíbrio ecológico num mundo <i>sem</i> conflito social.</p> <p><i>Vive-se uma crise ambiental.</i></p> <p>Os causadores e as vítimas da crise ambiental são a própria humanidade, o “homem abstrato e genérico”; as responsabilidades estão uniformemente distribuídas.</p> <p>Manifesta preocupação predominante com <i>gerações futuras</i>.</p> <p>Existem <i>problemas ambientais</i> a serem resolvidos por intermédio do planejamento, gerenciamento e controle ambiental na arena técnica.</p>	<p>O problema ambiental é uma manifestação de conflitos de interesses entre os próprios homens: o <i>meio ambiente</i> é explorado por <i>ações produtivas</i> e mercantis.</p> <p>Há um desequilíbrio ecológico num mundo <i>com</i> conflito social.</p> <p><i>Vive-se um dilema civilizacional.</i></p> <p>Os causadores e as vítimas da crise ambiental são sujeitos sociais específicos, diferenciados pela lógica da apropriação privada dos recursos naturais e humanos pelo capital.</p> <p>Manifesta preocupação predominante com <i>gerações presentes</i>.</p> <p>Existem conflitos socioambientais a serem enfrentados por intermédio da Gestão Ambiental na arena política.</p>
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<b>Liberal</b>	<b>Progressista</b>
<p>Processo educativo encarregado de socializar o educando, integrando-o aos valores culturais instituídos pelos grupos dominantes no poder.</p> <p>Reprodução social:</p> <p>Pedagogia tradicional, nova e tecnicista</p>	<p>Processo educativo encarregado de criticar a realidade historicamente dada e propor a alteração das injustas relações de poder.</p> <p>Transformação social:</p> <p>Pedagogia libertadora e crítico-social</p>

<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>Convencional</b>	<b>Crítica/Emancipatória/Popular</b>
Localiza as raízes da crise na perda da capacidade de “leitura do livro da natureza”	Localiza as raízes da crise na estruturação do capitalismo e respectivo valores
Prioriza ação pedagógica voltada ao ensino do funcionamento dos sistemas ecológicos	Prioriza ação pedagógica voltada à reflexão do funcionamento dos sistemas sociais
Abordagem global dos problemas ecológicos	Abordagem local dos problemas ecológicos
Aponta soluções de ordem moral e técnica	Aponta soluções de ordem política
Aponta soluções no âmbito do indivíduo	Aponta soluções no âmbito do coletivo
Promove mudança de comportamento	Promove uma leitura crítica da realidade
Metodologia da Resolução de Problemas Ambientais Locais como atividade fim <sup>1</sup>	Metodologia da Resolução de Problemas Ambientais Locais como tema gerador
Foco voltado à conservação da natureza, entendida como “recurso natural”	Assemelha-se com educação popular
Domínio afetivo positivo	Foco voltado à eliminação dos riscos ambientais e tecnológicos
Público-alvo: escola e criança	Domínio afetivo negativo
Concepção reducionista da problemática socioambiental (separa social do natural)	Público-alvo: comunidade e trabalhadores
Conceitos: ecologia, natureza, população, comunidade, ecossistema, bioma, biosfera, habitat, nicho ecológico, níveis de organização, espécie biológica, fauna e flora, fatores ecológicos, fatores bióticos e abióticos, relações ecológicas, ciclo da matéria, fluxo da energia, poluição, eutrofização, biodiversidade etc.	Concepção complexa da problemática socioambiental (une social com natural)
	Conceitos: Estado, mercado, sociedade, governo, poder, política, ideologia, alienação, classe, democracia, autoritarismo, tecnocracia, justiça social, distribuição de renda, exclusão social, mobilidade, cidadania, participação, público e privado, indivíduo e coletivo, sociedade e comunidade, produção e consumo etc.

<sup>1</sup> Ver, a respeito da Metodologia de Resolução de Problemas Ambientais Locais, Layrargues (2000).



## Referências bibliográficas

ANSART, P. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

BAECHLER, J. **Qu'est-ce que l'idéologie?** Paris: Gallimard. 1976.

BELL, D. **La fin de l'idéologie**. Paris: PUF. 1997.

BRETON, S. **Théorie des idéologies**. Paris: Desclée. 1976.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1994.

CARVALHO, I.C.M. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos**. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado) - IESAE/FGV.

\_\_\_\_\_. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 43-51, 2001.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. 39 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.  
DUMONT, F. **Les idéologies**. Paris: PUF, 1974.

DURHAM, E.R. Cultura e ideologia. **Dados**, v. 27, n. 1, p. 71-89, 1984.

EDER, K. The institutionalisation of environmentalism: ecological discourse and the second transformation of the public sphere. In: LASH, S., SZERSZYNSKI, B. & WYNNE, B. (Ed.). **Risk, environment & modernity: towards a new ecology**. London: Sage. p. 203-223, 1996.

FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1993.

GARCIA, N.J. **O que é propaganda ideológica**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GILES, T.R. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU. 1985.

GUARESCHI, P. Representações sociais e ideologia: **Revista de Ciências Humanas**, p. 33-46, 2000. (Edição Especial).

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso, um embate?** Campinas: Papyrus, 2000.

LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

\_\_\_\_\_. Solving local environmental problems in environmental education: a Brazilian case study. **Environmental Education Research**, v. 6, n. 2, p. 167-178, 2000.

LIMA, G. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 135-153, 1999.

LÓPEZ, A. La codificación del saber como ideología. **Anthropos**, v. 1, p. 5-24, 1993.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1991.

MALDONADO, T. **Meio ambiente e ideologia**. Lisboa: Sociocultur, 1971.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARÍN, S.O. Las ideologías ambientales. **Ciencias Humanas**, v. 7, n. 23, p. 91-97, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

McLELLAN, D. **A ideologia**. Lisboa: Ed. Estampa, 1987.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 2000.

MOREUX, C. **La conviction idéologique**. Montréal, 1978.

MOUFFE, C. Hegemonía e ideología en Gramsci. **Revista Arte Soceidad Ideología**, v. 5, p. 67-85, 1978.

QUINTAS, J.S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: QUINTAS, J.S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Ibama. p. 11-19, 2000.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SOUZA, A.B.; VIEIRA, R.A.A. **Poluição, alienação e ideologia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SROUR, R.H. **Classes, regimes, ideologias**. São Paulo: Ática, 1987.

VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

# Meio ambiente e cidadania

**José Silva Quintas**

*Educador e Coordenador-Geral de Educação Ambiental do Ibama.*

Texto apresentado no Workshop sobre Comunicação e  
Mobilização Social promovido pela Faculdade  
de Comunicação da Universidade de Brasília, em 30 e 31/10/95.



# A

Constituição Federal ao consagrar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribuiu a responsabilidade de preservá-lo e defendê-lo não apenas ao Estado, mas também, à coletividade. É neste quadro que este trabalho discutirá a relação meio ambiente/cidadania.

É na tensão entre a necessidade de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado com o bem de uso comum da população e, portanto, como espaço público e o modo como são apropriados os recursos ambientais, na sociedade, que se explicita a relação cidadania/meio ambiente.

Esta relação ocorre, principalmente, no contexto do processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico, natural e construído, aqui entendido como gestão ambiental. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes.<sup>1</sup>

No Brasil, o Estado, mediador principal deste processo, é detentor de poderes, estabelecidos na legislação, que lhe permitem promover desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais (incluindo a criação de mecanismos

---

<sup>1</sup> Price Waterhouse — Geotécnica. **Fortalecimento Institucional do Ibama** — cenários de gestão ambiental brasileira — relatório final. Brasília, 1992, doc.

econômicos e fiscais) até a reparação e a prisão de indivíduos pelo dano ambiental. Neste sentido, o Poder Público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso de recursos naturais, cria e gerencia áreas protegidas, obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, e promove o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora.

Por outro lado, observa-se, no Brasil, que o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente, seja ele físico, natural ou construído, e os benefícios e custos dele decorrentes estão distribuídos socialmente e geograficamente na sociedade, de modo assimétrico. Por serem detentores de poder econômico ou de poderes outorgados pela sociedade, determinados grupos sociais possuem, por meio de suas ações, capacidade variada de influenciar direta ou indiretamente na transformação (de modo positivo ou negativo) da qualidade do meio ambiente. É o caso dos empresários (poder do capital) dos políticos (poder de legislar); dos juízes (poder de condenar e absolver etc.); dos membros do Ministério Público (o poder de investigar e acusar); dos dirigentes de órgãos ambientais (poder de embargar, licenciar, multar); jornalistas e professores (poder de influenciar na formação da opinião pública), agências estatais de desenvolvimento (poder de financiamento, de criação de infra-estrutura) e de outros atores sociais cujos atos podem ter grande repercussão na qualidade ambiental e, conseqüentemente, na qualidade de vida das populações.

Há que se considerar, ainda, que o modo de perceber determinado problema ambiental, ou mesmo a aceitação de sua existência, não é meramente uma função cognitiva. A percepção dos diferentes sujeitos é mediada por interesses econômicos, políticos, posição ideológica, e ocorre num determinado contexto social, político, espacial e temporal.

Entretanto, estes atores, ao tomarem suas decisões, nem sempre levam em conta os interesses e necessidades das diferentes camadas sociais, direta ou indiretamente afetadas. As decisões tomadas podem representar benefícios para uns e prejuízos para outros. Um determinado empreendimento pode representar lucro para empresários, emprego para trabalhadores, conforto pessoal para moradores de certas áreas, votos para políticos, aumento de arrecadação para

Governos, melhoria da qualidade de vida para parte da população e, ao mesmo tempo, implicar prejuízo para outros empresários, desemprego para outros trabalhadores, perda de propriedade, empobrecimento dos habitantes da região, ameaça à biodiversidade, erosão, poluição atmosférica e hídrica, desagregação social e outros problemas que caracterizam a degradação ambiental.

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao assumir determinada postura diante de um problema ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos, e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído.<sup>2</sup>

Isto fica visível quando se investiga conflitos socioambientais<sup>3</sup> ocorridos em vários pontos do país. O IBASE<sup>4</sup>, em pesquisa que analisou 273 agressões ao meio ambiente, mencionadas na imprensa nacional, regional e local, constatou que em 50% dessas, o agente responsável pertencia à esfera do capital privado, enquanto que em 26% (empresas e órgãos da Administração Pública), ao Estado. Do total dos casos estudados, 63% referem-se a conflitos que envolviam poluição do ar (8%), de águas (32%) e degradação do solo (23%). Por outro lado, a pesquisa constata que “considerando a alta participação do capital privado e do Estado como atores de agressão ambiental (juntos somam 76% dos casos) é oportuno verificar que 40% dos casos onde o capital agiu como agressor não tiveram qualquer desdobramento, caracterizando uma margem expressiva de impunidade”.<sup>5</sup>

As desigualdades sociais, a impunidade das elites, o clientelismo político, a ineficácia do sistema educacional são fatores que tornam o exercício

---

<sup>2</sup> QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília. Edições Ibama. 1995. (Coleção Meio Ambiente em Debate, 1)

<sup>3</sup> Situações onde há um confronto de interesses representados por diferentes atores em torno da utilização/gestão do meio ambiente (ver IBASE. **Meio Ambiente em disputa** — Um ano de lutas ambientais na imprensa nacional — Rio de Janeiro. 1995) doc. mimeo.

<sup>4</sup> IBASE, *op. cit.*

<sup>5</sup> Idem.

da cidadania um constante desafio para o brasileiro.

Aumenta este desafio a constatação de que o brasileiro — independentemente do seu grau de escolaridade — não consegue estabelecer nexos entre o atual estilo de desenvolvimento praticado no país e os problemas ambientais observados em diversas localidades do território nacional<sup>6</sup>.

Portanto, apesar de os currículos de todos os graus e modalidades de ensino proporcionarem, em tese, a aquisição dos conhecimentos necessários à compreensão da problemática ambiental, o sistema educacional brasileiro não tem conseguido que seus alunos obtenham a competência cognitiva esperada.

Há, ainda, que se considerar, que em recente pesquisa<sup>7</sup> entre uma amostra de jovens brasileiros, de classe média, constatou-se que o meio ambiente ocupa o 17º lugar nas preocupações dos entrevistados.

Estes fatos configuram um quadro de dificuldades para que a sociedade brasileira se engaje na construção de um novo estilo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente seguro.

Por outro lado, o envolvimento permanente de setores da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais brasileiros, nos últimos anos, com a questão ambiental e, em particular, as articulações que obtiveram sucesso na Assembléia Nacional Constituinte e nas Constituintes Estaduais — e permitiram a incorporação de importantes princípios para a Gestão Ambiental, nas respectivas Constituições — e, ainda, a criação, em 1990, do Fórum de Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras, parecem confirmar que a preocupação com o meio ambiente está conquistando espaço na sociedade brasileira.

No que se refere à prática da educação ambiental no Brasil, duas tarefas fundamentais, inadiáveis e simultâneas, colocam-se diante do poder público e da sociedade brasileira. A primeira, diz respeito ao direcionamento da abordagem da dimensão ambiental, na esfera da educação formal,

---

<sup>6</sup> Ibama. **Programa Nacional de Educação Ambiental** – versão preliminar. Brasília. 1994 — doc. mimeo. p. 9.

<sup>7</sup> Revista *Veja*. 19/04/95 – O Planeta Teen – p. 106 a 113.

enquanto que a segunda, deve voltar-se à recuperação do passivo cognitivo da maioria da população brasileira, através da sua participação no processo de gestão ambiental.<sup>8</sup>

Neste sentido, para que os diferentes segmentos sociais tenham condições efetivas de intervirem no processo de gestão ambiental, é essencial que a prática educativa se fundamente na premissa de que a sociedade não é o lugar da harmonia, mas, sobretudo, de conflitos e dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (da política, da economia, das relações sociais, dos valores etc.).

Como se definiu na Conferência de Tbilisi, é fundamental que o processo educativo proporcione ainda:

– uma percepção integrada da natureza complexa do meio físico-natural e do meio construído pelos seres humanos, resultante da interação dos aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos e culturais; – a construção de valores sociais e aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades práticas voltadas para a participação responsável e eficaz na prevenção e solução dos problemas ambientais e da gestão da qualidade do meio ambiente;

– a compreensão das interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo atual, em que as decisões e comportamentos dos diversos países têm conseqüências de alcance internacional, para o que se requer desenvolver um espírito de solidariedade e uma atitude mais responsável entre eles.

A prática da educação ambiental deve ter como um dos seus pressupostos o respeito aos processos culturais característicos de cada país, região ou comunidade.

No caso brasileiro, constata-se a existência de diferentes contextos culturais, cada um com suas especificidades. Isto significa reconhecer que há diferentes modos de relacionamento homem/homem e homem/natureza na sociedade brasileira. Esses diferentes modos de relacionamento determinam a existência de conhecimentos, valores e atitudes que devem ser considerados na formulação, execução e avaliação da prática da educação ambiental.

---

<sup>8</sup> QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. **Nota técnica sobre a Implementação de Projeto de Educação Ambiental de Massa** - Brasília. 1995 - doc. mimeo.

A complexidade da questão ambiental exige, para sua compreensão, uma abordagem metodológica que, sem abrir mão do saber especializado, supere as fronteiras convencionais dos diferentes compartimentos disciplinares em que estão divididas as diversas áreas do conhecimento.

A abordagem interdisciplinar das questões ambientais implica utilizar da contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) para construir uma base comum de compreensão e explicação do problema tratado e, desse modo, superar a compartimentação do ato de conhecer, provocada pela especialização do trabalho científico. Requer, também, construir esta base comum, considerando-se os conhecimentos das populações nela envolvidas, tendo em vista a especificidade do contexto cultural em que são produzidos.

Delineado o problema, a questão que se coloca é o da formação de um educador capaz de construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico, com sujeitos envolvidos no processo educativo, superando, assim, a visão fragmentada desta. O educador deve, portanto, estar capacitado para atuar como catalizador de processos educativos que respeitem a pluralidade e diversidade cultural, fortaleçam a ação coletiva, articulem aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionem a compreensão individual e coletiva da problemática ambiental em toda a sua complexidade. Deve estar qualificado também para agir em conjunto com a sociedade civil organizada e, sobretudo, com os movimentos sociais, numa visão de educação ambiental como processo instituinte de novas relações dos homens entre si e deles com a natureza.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. **op: cit.**